

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Lorena Hellen de Oliveira

TRAVESTI ENVELHECE, NÃO VIRA PURPURINA!
**Um olhar interseccional sobre a(s) velhice(s) na experiência de
travestis em Belo Horizonte**

Belo Horizonte

2017

Lorena Hellen de Oliveira

TRAVESTI ENVELHECE, NÃO VIRA PURPURINA!

**Um olhar interseccional sobre a(s) velhice(s) na experiência de
travestis em Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais para a obtenção do título de Mestra em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Érica Renata de Souza

Belo Horizonte

2017

306
O48t
2017

Oliveira, Lorena Hellen de

Travesti envelhece, não vira purpurina! [manuscrito] : um olhar interseccional sobre a(s) velhice(s) na experiência de travestis em Belo Horizonte / Lorena Hellen de Oliveira. - 2017.

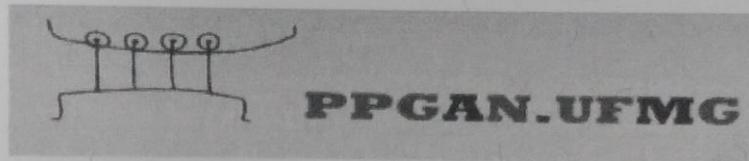
166 f.

Orientadora: Érica Renata de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

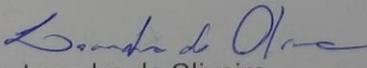
1. Antropologia – Teses. 2. Travestis - Teses. 3. Velhice - Teses .
4. Idosos - Teses. I. Souza, Érica Renata de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

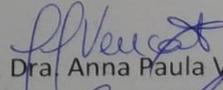


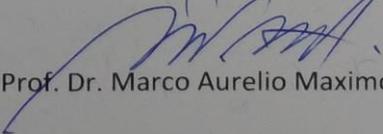
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA DE LORENA HELLEN DE OLIVEIRA (MATRÍCULA N.º 2015663929)

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio de 2017 (dois mil e dezesete), reuniu-se no Auditório prof. Bicalho, 1º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora, para julgar, em exame final, a Dissertação intitulada: "**TRAVESTI ENVELHECE, NÃO VIRA PURPURINA!**" *Um olhar interseccional sobre a(s) velhice(s) na experiência de travestis*", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, Área de Concentração: Antropologia Social - Linha de Pesquisa: Sistemas Simbólicos, Socialidades e Gênero. A Comissão Examinadora foi composta pelas professoras doutoras: **Érica Renata de Souza – orientadora (PPGAN-FAFICH/UFMG)**, **Anna Paula Vencato (PPGE/FaE/UFMG)**, **Leandro de Oliveira (DAA/FAFICH-UFMG)**, **Marco Aurelio Maximo Prado (Depto. Psicologia/FAFICH-UFMG)**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Érica Renata de Souza após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestranda Lorena Hellen de Oliveira, para apresentação de sua Dissertação. Seguiu-se a argüição pelas examinadoras, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a argüição das examinadoras, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente a candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 29 de maio de 2017.


Profa. Dra. Érica Renata de Souza
(Orientadora)


Prof. Dr. Leandro de Oliveira


Profa. Dra. Anna Paula Vencato


Prof. Dr. Marco Aurelio Maximo Prado

A Liliane Anderson Reis Caldeira

AGRADECIMENTOS

“O real não está nem na saída nem chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

(Grande Sertão: Veredas, João Guimarães Rosa)

Escrever agradecimentos é revisitar os caminhos da memória e reviver certos encontros que tornaram nossos sertões menos duros e mais férteis. Olho para as veredas transitáveis do meu ser e reencontro, feliz, uma multidão de pessoas que, acompanhando-me cada qual à sua maneira, trouxeram mais frescor e leveza pra esta minha caminhada. Às travestis e transexuais que, ao longo desses últimos anos, mostraram-me a força diária de florescer na aridez dos sertões, faltam-me palavras para lhes agradecer pelo aprendizado. Que esta dissertação expresse pelo menos parte do meu desejo genuíno de construir, com vocês, redes mais solidárias e alianças afetivas e políticas que nos preservem e fortaleçam.

Agradeço à Érica Renata de Souza por sua orientação amiga, pela atenção dispensada à mim em todo o processo de construção dessa pesquisa, por sempre ter acreditado em meu trabalho e me encorajado nos caminhos que escolhi percorrer.

À Anna Paula Vencato, obrigada pelas leituras tão cuidadosas do meu texto e por sua disposição e generosidade em contribuir com ele, desde seus princípios. Sou imensamente grata por tê-la como colaboradora dessa pesquisa.

Ao Marco Aurélio Máximo Prado, que me faz acreditar em uma universidade que rompa com seus muros, construindo pontes mais seguras e transitáveis.

À Yumi Garcia dos Santos que, há três anos, orientava-me em minha monografia e me incentivava a alçar outros voos. Esta dissertação só foi possível devido ao caminho que iniciamos juntas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado que me permitiu desenvolver a presente pesquisa.

Aos Carlos Eduardo Henning e Gustavo Saggese que, em diferentes ocasiões, contribuíram para o amadurecimento deste trabalho, mesmo que indiretamente.

À Viviane Vergueiro que, sem saber, reconstruiu-me para esta viagem.

Às interlocutoras desta pesquisa, obrigada por me abrirem suas portas e memórias e compartilharem comigo tantas histórias e intimidades. Me fortaleci a cada encontro vivido com vocês e espero, de coração, que este trabalho expresse meu desejo

de um mundo mais acolhedor e de vidas mais plenas e vivíveis a todas às travestis e transexuais. Obrigada Anyky Lima, Sissy Kelly, Zoraide, Cláudia e Suzuky (*in memoriam*).

À Vanessa Sander, amiga e companheira de aventuras acadêmicas e não-acadêmicas. Obrigada por todas as trocas e por me ensinar sobre o feminismo vivendo-o comigo. Esse trabalho tem muito de você.

À Renata Santos, irmã dessa e de outras vidas que torna o caminho por aqui mais verde e menos só. Obrigada pelo muito que sempre me proporciona.

Ao Lucas e Will, amigos tão amados e as melhores partes do meu mapa astral.

Ao Thiago Coacci, por contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa, trazendo-me importantes sugestões que acrescentaram o debate aqui proposto.

Às/aos minhas/meus companheiras/os de mestrado, com vocês o caminho se tornou menos áspero e mais palatável. À Aninha Mercês, por nos acolher em seu “coração de mãe”.

À Júlia e Olívia, com quem desbravei as *pistas* e, dessa aventura, jamais fui a mesma. Obrigada pela oportunidade incrível de descobrir um novo mundo com vocês.

À Rafaela Vasconcelos, que me inspira sobre os caminhos que ainda quero percorrer. Obrigada também Nicole, Anne, Bárbara e Karina, mulheres incríveis que tornam a universidade mais feminista e humana.

À minha avó Maria, que teceu-nos firmemente sob seus braços. Obrigada, vovó, pelo trabalho esmerado e paciente e pelas mãos tão delicadas e dedicadas neste ofício. A senhora é uma fortaleza.

Ao meu companheiro Luís, que “deixou de ser nome e virou sentimento meu”. Obrigada pela paciência, cumplicidade e apoio nos últimos meses. Você tornou a chegada mais doce.

Deixei os últimos agradecimentos à minha raiz. Agradeço à minha família pelo apoio e carinho incondicionais ao longo desse trajeto. À minha mãe Gessilda (*in memoriam*), que me ensinou sobre ser livre, mas alçou voo pra longe, deixando meu coração saudoso. Obrigada, mãe, pelo que ainda aprenderei com você e por me ter nutrido com sua alegria e coragem – empenho-me, diariamente, em (re)descobri-las em mim. Hoje, mais que nunca, reconheço sua força no enfrentamento às hostilidades desse mundo machista. Você me inspira, sempre.

Ao meu pai e amigo Ronaldo, que sempre me proporcionou mais que o necessário pra eu me aventurar nas minhas buscas. Obrigada, pai, por sempre ter

respeitado minha autonomia e confiado em minhas escolhas. Você me inspira, desafiando todos os dias as hipocrisias de nossa sociedade homofóbica e preconceituosa.

Ao meu amigo e irmão Lineker, companheiro de tantas lutas. Obrigada por transformar, através da sua arte, o mundo em um lugar mais possível. É um privilégio tê-lo comigo nesta caminhada. O orgulho que tenho de você é imensurável.

À minha amiga e irmã Lorraine, que, com sua força e delicadeza resilientes, floresceu no mais alto topo dos meus galhos. Obrigada por me ensinar sobre determinação e sobre crescer. Meu amor por você alcança o céu.

A todas/os que me acompanharam neste caminho, obrigada! Esse trabalho não é sobre minha chegada, mas sobre toda essa travessia.

O azul cálido da parede contrastava com o azul de fora da esquadria, e era aquele azul que eu sempre quis tocar. Eu olhei minha face no espelho... eu, num holograma minucioso com detalhes agudos, eu me enxergava nítida como numa poça de chuva, depois do turbilhão que se passava dentro da minha cabeça.

E sim, eu conseguia sorrir mesmo desfigurada.

Eu me vi mulher naturalmente, como se sempre houvesse sido. Eu experimentei minhas formas como se apenas tivesse tido a paciência de esperá-las desabrochar, feito uma menina boba que anseia por seios ainda aos 12 anos.

Eu me vi completa e absorvi cada dia como se fosse o último, porque a dádiva de estar viva sendo uma travesti é quase um milagre divino.

Nós somos a mutação natural do que a natureza falhou em esculpir.

Eu observei amigas sendo massacradas e homenageadas depois de mortas como se o mérito de ter existido bastasse. Não! A vida não se trata somente de existir ou não. É preciso sobressair, edificar, pisar a terra e sentir-se viva, mesmo aos prantos. Mesmo que a tal terra seja ao lado da cova de uma amiga que morreu por motivo torpe.

Somos travestis, mulheres ceifadas do direito de parir por um erro de DNA. Como se já não bastasse isso, somos privadas de termos o nome que bem quisermos e temos travado na linha fria da vida o direito também de caminhar como qualquer mulher: seja ela feliz ou não.

Eu turbinei meu corpo, fiz o alinhamento dos quadris, a calibragem do meu eixo e, na busca incessante de felicidade, eu talvez tenha me esquecido de trocar as velas do coração.

Mas aí eu me indago: de que serve o coração, em certos momentos, pra uma travesti? A não ser pra acomodar balas ou facas de transfóbicos, ou, ainda, o desamor do inaceitável?

Troquemos então. Troquemos nossos corações por discos rígidos, onde guardaremos os arquivos, os processos, as lembranças da família que não se vê mais, a agressão de ontem e, num cantinho com poucos bytes, quem sabe, os planos de amanhã?

Você se orgulha de quê? O que tem valido a pena na tua luta diária, travesti? No que você se apega quando está com medo? Em quem morta você pensa quando comete um erro? De quem morta você se lembra quando quer ser apenas você mesma? Mas, o mais importante, em quem viva, e essa pode ser você, você pensa pra seguir adiante?

Somos travestis e transexuais, as milhares guardadas dentro de containers lacrados, soltos à deriva esperando uma liberação federal para que possamos ser distribuídas nas prateleiras da vida.

Somos as tais bonecas de mau gosto que as mães não comprariam, que os pais esconderiam, e que os filhos teriam curiosidade, mas pasmariam em descobrir que, além de falar, também somos dotadas do poder insano de amar.

Sim, minhas caras e meus caros, somos as humanas pré-históricas, objetos de pesquisas e estudos científicos para que não se descubra nada além de incompreensão. Bicho mulher com instinto maternal, que abraça a criança desesperada que a família expulsou de casa, mais uma cria da vida exposta ao genocídio constante de almas. Somos nossas próprias mães, pais, aconchego e polícia. Somos das ruas, das casas, dos hospitais, das delegacias... Somos fruto da falta de entendimento entre o civil e o parlamentar, talvez; mas, creio eu, somos totais vítimas da falta de educação de um país onde não se respeita o que vai além do seu entendimento. E é assim com tudo: desde a religião ao próprio amor.

TRAVESTI, TRAVESTI, TRAVESTI... TRAVES EM TI O TEU PRECONCEITO: PORQUE A VIDA
JÁ É DIFÍCIL DEMAIS PARA TODAS NÓS

(Travesti o Teu Preconceito, poema de Rafael Menezes)

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1	21
1.1. (Des)ordenando o curso da vida	21
1.2. Entre temporalidades etnográficas e a construção de categorias etárias no ocidente	22
1.3. Escrevendo a(s) velhice(s) no(s) tempo(s)	27
1.4. Velhice(s) não normativa	31
1.5. Velhice(s) travesti(s)	37
Capítulo 2	43
2.1. Opções metodológicas, percursos etnográficos	43
2.2. Travesti de luta	52
2.3. Interlocutoras e percursos etnográficos	58
2.3.1. Anyky Lima	59
2.3.2. Sissy Kelly	64
2.3.3. Cláudia	71
2.3.4. Zoraide	74
2.3.5. Suzuky	77
2.4. Alteridade e diferença	84
Capítulo 3	85
3.1. Sobre tempos, corpos e a construção da velhice entre as travestis	85
3.2. Contra tempos e temporalidades normativas: efeitos da abjeção nas experimentações temporais	86
3.3. A velhice enquanto categoria de resistência	92
3.4. Temporalidades performativas	95
3.4.1. Travestilidades através do tempo	98
3.4.2. Entre vovós, tias e mães...	103
3.4.3. ... Bichas velhas, mariconas e senhoras...	112
Capítulo 4	117
4.1. Vivenciando as velhices	117
4.1.1. Enlaçando perspectivas	125
4.2. Entre tristezas e alegrias: direitos, acesso e dignidade	126
4.3. Mas saúde está pra além disso...	134
4.3.1. O negócio do afeto e as filhas bastardas do Estado	136
4.4. Dialogando interseccionalmente sobre a velhice	140
4.5. Da diferença às diferenças	141
Considerações Finais	145

Bibliografia----- **149**

Anexos----- **165**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- aids** – síndrome da imunodeficiência adquirida
- ANTRA** – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- APA** – Associação Americana de Psiquiatria
- APROSMIG** – Associação das Prostitutas de Minas Gerais
- AVC** – Acidente Vascular Cerebral
- BPL/LOAS** – Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social
- C.F.** – Constituição Federal
- CBO** – Classificação Brasileira de Ocupações
- CDH** – Casa de Direitos Humanos
- Cellos-MG** – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais
- CFM** – Conselho Federal de Medicina
- CID** – Classificação Internacional de Doenças
- CTI** – Centro de Terapia Intensiva
- DPOC** – Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica
- DSM** – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
- DST** – Doença Sexualmente Transmissível
- EJA** – Ensino de Jovens e Adultos
- ENTLAIDS** – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais na luta contra a Aids
- FAFICH** – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
- hiv** – vírus da imunodeficiência humana
- ICM** – Igreja da Comunidade Metropolitana
- INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social
- LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- MOBRAL** – Movimento Brasileiro de Alfabetização
- Nuh** – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- PEC** – Projeto de Emenda à Constituição
- PPGAS** – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
- SUS** – Sistema Único de Saúde
- TGE** – *Transgender Europe*
- UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar as vivências de travestis no que tange à velhice. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte (MG), com cinco entrevistas semi-estruturadas. A partir de uma perspectiva interseccional, propõe-se demonstrar como a combinação de processos históricos, sociais e políticos produziram, entre elas, identificações coletivas e sentimentos de pertencimento geracional, ao passo em que também se busca explorar a dimensão pessoal de suas experiências na velhice. Considerando que a articulação entre diferentes marcadores sociais atua não apenas na categorização dos sujeitos, mas também lhes abrem possibilidades de agenciamento, enfatiza-se como estas ganham forma, entre as interlocutoras, em suas (re)apropriação e recriação do(s) mundo(s), em suas micropolíticas cotidianas e em suas capacidades de resistência, que tornam possível não apenas envelhecer, mas envelhecer feliz, apesar de todos os constrangimentos sociais que enfrentam para sobreviver.

ABSTRACT

This work aims to investigate the experiences of *travestis*, transgender people, regarding old age. It is about a field research realized in Belo Horizonte (MG), with five semi-structured interviews. From an intersectional perspective, it proposes to demonstrate how the combination of historical, social and political processes produced, among them, collective identifications and feelings of generational belonging, while it both seeks to explore the personal dimension of their experiences in this period. Considering that the articulation between different social markers acts not only in the categorization of subjects but also opens to them possibilities of agency, in this work emphasizes to how they are executed among the interlocutors, in their (re)appropriation and re-creation of the world(s), in micropolitics relations in their daily and in the capacity for them to resist, which make it possible not only to grow old, but age happily, despite all the social embarrassment they confront to survive.

Introdução

Esta dissertação consiste em uma formulação “teórico-etnográfica” (PEIRANO, 2008; 2014) sobre a(s) velhice(s) na experiência das travestis¹. As reflexões aqui apresentadas, menos que um projeto isolado, consistem em um processo cumulativo de questionamentos originados ainda na minha graduação, desde minha inserção na pesquisa “Direitos e Violência na Experiência de Travestis e Transexuais da cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população”, desenvolvida pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, da Universidade Federal de Minas Gerais (Nuh/UFGM)². Passei a integrar este projeto em fevereiro de 2012 e foi a partir deste evento que não só minhas perspectivas se alteraram, mas todo meu percurso acadêmico.

Ao longo desses cinco anos, temáticas “trans” acompanharam-me de forma frequente e, entre as várias questões que me despertaram interesse, o aspecto geracional acabou por se tornar o mais recorrente em minhas análises. A partir de incursões etnográficas possibilitadas pela Pesquisa Trans nos espaços onde travestis e transexuais exercem trabalho sexual em Belo Horizonte, bem como em outros de seus espaços de sociabilidade, pude observar, logo de início, alguns efeitos determinantes operados pelo marcador etário naqueles contextos³. Esse interesse pelo tema resultou, em 2014, na construção de minha monografia intitulada “Significado(s) do envelhecimento na

¹ O conceito de experiência que utilizarei durante todo este trabalho alinha-se à definição de Scott (1999), e retomada por Brah (2006) em seu texto “Diferença, diversidade e diferenciação”, segundo a qual “não são os sujeitos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (ibid., p. 5).

² Também chamada de Pesquisa Trans, ao longo desta dissertação, foi realizada sob a coordenação do Prof. Marco Aurélio Máximo Prado e de equipe composta por alunos de diversos cursos de graduação, mestrado e doutorado, entre os anos de 2011 a 2015, a pesquisa buscou compreender de que maneira a dinâmica do preconceito impõe obstáculos à cidadania e aos direitos humanos da população de travestis e mulheres transexuais, em Belo Horizonte e Região Metropolitana, a partir do mapeamento de suas vulnerabilidades frente às áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública, Emprego e Renda. Visando construir um perfil social desta população, bem como uma maior imersão analítica naquelas esferas mencionadas, foram utilizados como métodos de investigação a pesquisa de campo, nos principais pontos em que travestis e mulheres transexuais exercem trabalho sexual na capital mineira e região metropolitana, além da aplicação de questionário sócio demográfico. Para mais informações, acesse: http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/projeto-trans (Nuh/UFGM, 2015).

³ Foi principalmente nas Av. Pedro II (localizada na região noroeste de Belo Horizonte) e Av. Santos Dumont (região central da capital) que realizei minhas incursões etnográficas. Estas são duas áreas tradicionais onde travestis e transexuais exercem trabalho sexual. Sobre os “outros espaços de sociabilidade” refiro-me, em especial, os VII, VIII e IX Encontro Sudeste de Travestis e Transexuais, realizados entre 2012 e 2014, bem como a participação em festas e eventos promovidos por elas, além de eventuais visitas às suas residências.

experiência de travestis e transexuais” (OLIVEIRA, 2014), apresentada ao curso de ciências sociais, da UFMG. Com o objetivo de apreender os significados que travestis e transexuais associavam ao processo de envelhecimento, realizei três entrevistas com travestis/transexuais que, à época, tinham entre 58 e 60 anos de idade, articulando-as à experiência etnográfica possibilitada pela Pesquisa Trans. Esse foi um primeiro ensaio de minhas investigações especificamente sobre o tema da velhice e foi dele que se desdobraram uma série de outras questões, impossíveis de explanação e aprofundamento naquela ocasião. Aliás, faz-se necessário destacar, a expressão “travesti envelhece, não vira purpurina!”, utilizada como título deste trabalho, refere-se à enunciação de uma das interlocutoras naquela pesquisa.

Em março de 2015, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFMG com intenção de dar continuidade àquelas reflexões. Ao longo desses dois anos, porém, os inusitados (e deliciosos) encontros que experimentei implicaram no constante deslocamento de minhas perspectivas, expectativas e subjetividade, reformulando grande parte do meu projeto inicial. Se, antes, eu partia do pressuposto de que poderia compreender o envelhecimento considerando apenas narrativas relativas ao período, essa proposta logo se desfez ao perceber a importância de um olhar mais atento aos processos históricos, sociais e políticos que o produziram, bem como sobre os próprios sujeitos que se constituíram por e através destes. É por este motivo que esta dissertação, embora sobre velhice, também versa sobre infância e juventude e sobre “se fazer” travesti durante toda uma vida.

Nos últimos anos, é notória a multiplicação de estudos que têm se dedicado a investigar o envelhecimento no percurso de mulheres transexuais e travestis⁴. Tais reflexões têm sido responsáveis por alargar não somente o conceito de velhice – que vem sendo lido, cada vez mais, por uma perspectiva contingente e plural – mas também as próprias compreensões sobre o gênero e sobre suas reinvenções ao longo do tempo, além de contribuir para a visibilidade de um segmento ainda pouco (re)conhecido. Esses estudos foram realizados em diferentes cidades brasileiras, nenhum deles, entretanto, em Belo Horizonte. Destaco que a opção metodológica por desenvolver este trabalho na capital mineira decorre, principalmente, da experiência proporcionada pela Pesquisa Trans neste local, através da qual estabeleci uma efetiva rede de contatos,

⁴ Siqueira (2004), Antunes (2013), Costa (2013), Nogueira (2013), Casteleira (2014), Sabatine (2014), Miguel (2015).

imprescindível para a execução do meu projeto. Além disso, foi também por meio desta pesquisa que pude acessar uma série de informações sobre as travestilidades⁵ neste contexto, dificilmente possíveis não fossem as atividades desenvolvidas através dela (Nuh/UFGM, 2015). Ter realizado minha monografia nesta mesma cidade foi outro motivo, evidentemente, que me fez querer prosseguir neste campo, que passei a encarar como “supostamente” conhecido.

Já no início deste percurso, muitas eram minhas perguntas. No seu decorrer, menos que diminuir elas aumentaram significativamente, sendo por esse motivo que acabei não me prendendo a respostas – embora tenha me empenhado em buscá-las. Os encontros vividos, sejam eles com pessoas, textos, teorias, poemas, músicas ou saudades (*quiçá*) foram me fazendo nesse meu “devir-pesquisadora”, reposicionando-me (e ao meu projeto também) com uma certa constância.

O que significa envelhecer para as travestis? Como elas vivenciam subjetiva e corporalmente esse processo a partir de suas experiências pessoais? E em grupo? Como reescrevem e reinventam temporal e cotidianamente suas performances? Quais os efeitos da intersecção entre temporalidade e abjeção, considerando que as travestis ocupam, comumente, aquelas zonas “inóspitas” da vida social não gozando, portanto, do status de sujeito (BUTLER, 2000)? Quem são suas atuais redes de apoio e suporte social? Como pensam e experimentam questões sobre saúde, adoecimento e cuidado na velhice? Considerando o quadro de persistente ininteligibilidade em que se inserem, quais são as estratégias acionadas por elas para vivenciarem a velhice? Como a visibilidade crescente deste segmento de travestis idosas vem sendo pensada nos movimentos sociais? Difusamente estas questões vão se interpondo ao longo deste trabalho.

Acompanham-me, por suas páginas, Cláudia, Zoraide, Anyky, Sissy e Suzuky⁶. Meu objetivo é refletir com elas sobre (possíveis) velhices, a partir da perspectiva interseccional, não priorizando um nível micro ou macro de análise, mas buscando estabelecer uma efetiva articulação entre tais dimensões ao problematizar os marcadores sociais. Por este motivo serão abordados aqui, de forma simultânea, tanto os processos

⁵ De acordo com Peres (2005) o termo travestilidade talvez possa “contemplar uma maior variação das formas e modos de se constituir enquanto travesti (...). Trata-se de uma multiplicidade de possibilidades na qual nenhuma deve ser tomada como modelo absoluto, processualidades infinitas de corpos que tomam a metamorfose como modos de felicidade” (p. 26).

⁶ Todas as interlocutoras deste trabalho autorizaram e/ou solicitaram que fossem utilizados seus nomes reais.

históricos, políticos e sociais que produziram essas sujeitas, quanto suas possibilidades de agenciamento, suas micropolíticas cotidianas e suas capacidades de resistência, recriação e reapropriação do(s) mundo(s), mesmo em contextos de marcada vulnerabilidade. Destaco que esta análise só se torna possível, entretanto, ao considerarmos que diferentes marcadores sociais atuam não apenas produzindo desigualdades, mas também possibilitando a ação dos sujeitos (PISCITELLI, 2008, 2012).

No primeiro capítulo, apresento uma revisão teórica sobre como a literatura antropológica vem discutindo a(s) velhice(s), considerando os tensionamentos discursivos colocados nesse campo epistemológico e as reformulações teóricas continuamente provocadas por novos/as autores/as. Situar este debate teórico parece-me essencial para que possamos perceber como esse campo está (esteve) atravessado por relações de poder que inscrevem, invisibilizam e/ou subalternizam experiências inconformes às normas sociais hegemônicas. Acredito que esse caminho informa hierarquias, inconsistências e também possíveis fissuras através das quais nossos argumentos encontram escape. Noções sobre temporalidade também são discutidas neste capítulo, pois nos fornecem subsídios para pensar como “nosso” tempo está marcado por lógicas que não abarcam a complexidade e pluralidade das experiências que formam os sujeitos. Sigo ainda por uma breve apresentação dos estudos sobre envelhecimento de pessoas gays e lésbicas, os quais, acredito, permitem algumas aproximações analíticas com o contexto das travestilidades. Finalmente, faço uma breve revisão dos trabalhos publicados sobre o tema do envelhecimento de travestis/transsexuais, apontando para alguns de seus elementos que também foram encontrados na presente pesquisa.

No segundo capítulo apresento minhas opções metodológicas e meus percursos etnográficos, enfatizando o caráter “teórico-etnográfico” (PEIRANO, 2008; 2014) desta dissertação. Discorro brevemente sobre as perspectivas teóricas com que dialogo, com destaque para o feminismo interseccional de Brah (2006), a teoria *queer*, além de alguns estudos produzidos por pessoas trans que me levaram a revisar constantemente este projeto e a tatear reflexões e estratégias discursivas para que nós – pesquisadores/as cisgêneros/as⁷ – possamos construir alianças mais responsáveis junto às diversidades

⁷ O conceito de cisgêneridade é definido por Vergueiro (2015) como sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao sexo atribuído à elas

corporais e de gênero, tanto nas interlocuções acadêmicas quanto fora delas. É neste capítulo que também problematizo minha localização, refletindo, com base em Haraway (1995), a “objetividade corporificada e feminista” do meu trabalho. Discorro ainda sobre alguns critérios metodológicos da pesquisa e sobre como a travestilidade emerge, nos discursos das interlocutoras, enquanto categoria geracional e de resistência política, produzida sob condições históricas específicas. Dedico também uma seção deste capítulo para apresentá-las ao/à leitor/a, parte de seus percursos biográficos e as dinâmicas referentes às nossas aproximações.

No terceiro capítulo, retomo a dimensão da temporalidade para explorá-la, agora, através das vivências das interlocutoras. Acredito que discutir processos de envelhecimento desconsiderando as experiências temporais dos sujeitos provoca um borramento de suas agências e reflexividades, capazes de transformar uma suposta temporalidade, “única” e “singular”, em temporalidades múltiplas. Partindo de suas narrativas, problematizo os efeitos, em suas trajetórias, do que Henning (2014) define como uma “teleologia heteronormativa”, uma forma normativa de estipular certos objetivos para os percursos biográficos (como casamento, reprodução, criação dos/as filhos/as etc.), que produz constrangimentos sobre aqueles/as que se desviam dessas prescrições. Exploro também certa instabilidade presente em suas percepções temporais, relacionada a um sentido de vivência permanentemente provisória entre elas. Tal condição, que se relaciona, principalmente, aos contextos de violência, vulnerabilidade e precariedade em que se inserem implica numa certa ressignificação da passagem do tempo, a velhice se configurando, entre elas, em torno de outros aspectos que não apenas o etário. Enfatizando o caráter relacional das identidades dessas sujeitas, exploro também como geração, corpo e feminilidade se intersectam podendo produzir distintas performances como as de *traveção*, *vovozinha*, *mãe*, *madrinha*, *maricona*, *bicha velha*, *senhora* etc.

Finalmente, no quarto capítulo, proponho refletir as diferentes velhices experimentadas por elas, articulando suas experiências coletivas e individuais. A discussão sobre direitos, acesso e dignidade, bem como sobre a própria cidadania destas sujeitas pareceu-me central para que pudéssemos compreender melhor todos os desafios colocados para elas durante o envelhecimento. Ao mesmo tempo, quando nosso foco

no nascimento. Para mais esclarecimentos sobre esse conceito ver também Jesus (2014) e Dumaresq (2014, 2016).

recai sobre as improvisações e estratégias de cada uma para vivenciar o período, o que se percebe são cotidianos marcados por resistências, micropolíticas do afeto e do cuidado e produção de outros contextos que tornam não apenas possível envelhecer, mas também envelhecer feliz, “apesar de”. Embora seja de extrema importância apontar os desafios enfrentados por esta população ao longo de suas trajetórias – e que parecem se acentuar com a chegada da velhice – entendo que consiste também em um projeto político crítico produzir outros registros onde outras alegrias, coragens e sensualidades também estejam presentes (VERGUEIRO, 2015).

A despeito de constrangimentos de várias ordens, travestis envelhecem⁸. Num ato comemorativo, reportagens são produzidas e circulam nas redes sociais provocando reações diversas, a perplexidade diante desse “inesperado” contrastando fortemente com as habituais notícias de homicídios e violências cometidos contra esta população. Para essas últimas, aliás, inexistente o espanto. Mas, como nos informa o poema que abre esta dissertação, “a vida não se trata somente de existir ou não. É preciso sobressair, edificar, pisar a terra e sentir-se viva...” Em seu conjunto – e cada qual à sua maneira – espero que estes capítulos nos provoquem a pensar sobre quais condições têm sido produzidas para que esta população não apenas “sobreviva”, mas viva, de forma plena, numa temporalidade onde o futuro deixe de ser mero “acaso”.

⁸ Ver, por exemplo, <http://www.nlucon.com/2016/12/aos-61-anos-militante-travesti-anyky.html>. Acessado em 13 de dezembro de 2016.
<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/28/vivo-abaixo-da-linha-da-invisibilidade-diz-ativista-trans-sissy-kelly-aos-60-anos/>. Acessado em 29 de janeiro de 2017.
<http://www.nlucon.com/2017/04/disseram-que-eu-nao-teria-futuro-enfim.html>. Acessado em 24 de abril de 2017.

Capítulo 1

1.1. (Des)ordenando o curso da vida

As reflexões sobre infância, juventude e velhice na antropologia conduzem-nos a análises mais amplas sobre os aspectos culturais, sociais e políticos imbricados nas invenções dessas categorias etárias e em suas aplicações na organização dos grupos sociais. A perspectiva com que este tema vem sendo abordado tem priorizado a contingencialidade e contextualidade de sua produção, permitindo-nos escapar às tendências naturalizantes e/ou generalizantes e perceber como diferentes sensibilidades são variável e culturalmente investidas nas referências construídas para cada um desses períodos.

Partindo de algumas considerações sobre a diversidade de experiências temporais exprimidas em alguns trabalhos etnográficos, este capítulo pretende problematizar como a periodização de vida, conforme a concebemos no ocidente, decorre de um sistema de manipulações arbitrariamente engendradas por/e através de certos dispositivos político-jurídicos, que transformaram a idade nesta dimensão básica de ordenamento social, sobretudo a partir do século XVIII. Esta reflexão permite que flexibilizemos nossas próprias referências no tratamento às categorias etárias, já que evidencia que a idade *per si* trata-se apenas de uma das formas de elaboração simbólica em torno do percurso biográfico, os níveis de maturidade e/ou geracionalidade podendo consistir também em outras formas de apreensão dessas experiências temporais.

Analisando a constituição social, política e anatômica da velhice através dos discursos gerontológicos e geriátricos – e também sua recorrente atualização ao longo do século XX – pretende-se discorrer sobre as regulamentações e normalizações que produziram experiências “plenas” e, supostamente, mais “inteligíveis” de envelhecimento, amparadas, principalmente, em perspectivas heteronormativas. Por heteronormatividade entende-se, aqui, tanto as práticas quanto as instituições que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e ‘naturais’ dentro da sociedade (COHEN, 1997), implicando, no contexto dessa pesquisa, na promoção de expectativas sobre os percursos biográficos dos sujeitos

acerca do que seria considerado (e necessário para) uma “boa velhice”. Trazendo as significações e elaborações dos processos de envelhecimento de sujeitos não enquadrados em uma presumida matriz heterossexual binária, aquela “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (BUTLER, 2013, p. 215), busca-se tensionar esses discursos hegemônicos que, através da atribuição de diferentes graus de valoração, produzem experiências que podem ser compreendidas como mais ou menos legítimas em torno do envelhecimento.

Considerando o papel da antropologia no questionamento das hierarquias engendradas na vida social e compreendendo seu projeto “teórico-político”, amparo-me na perspectiva de Goldman (2006), para elaborar as seguintes reflexões não como uma tentativa de reproduzir “teorias nativas” ou “científicas”, mas de elaborar “teorias etnográficas”, capazes de devolver à cotidianidade aquilo que estudamos, evitando as sobreinterpretações e literalizações que, em última instância, são as armas dos poderes constituídos. Neste sentido, ao trazer as perspectivas de envelhecimento de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), nossa preocupação é pensar a diferença que tensiona esquemas supostamente “universais” sobre o curso da vida e suas periodizações no ocidente, tradicionalmente ordenadas por práticas discursivas heterossexual-reprodutivas hegemônicas⁹(BUTLER, 1990 apud SIMÕES, 2004).

1.2. Entre temporalidades etnográficas e a construção de categorias etárias no ocidente

Foi, possivelmente, a partir dos estudos culturais que as análises das classificações etárias e geracionais e de suas manipulações passaram a se desenvolver com maior precisão no campo da antropologia. O trabalho de Mead *Coming of age in Samoa* (1973), por exemplo, pode ser considerado um marco desses estudos, ao revelar, através de uma abordagem comparativa, que a adolescência, vista como uma fase de crise e instabilidade na sociedade americana, não existia como tal entre os samoanos. Esse dado etnográfico permitiu problematizar hipóteses naturalizantes e universalizantes

⁹ Conforme será problematizado ao longo desta dissertação, as compreensões de temporalidade e periodização da vida na cultura ocidental estariam associadas a referenciais heteronormativos/reprodutivos, na medida em que, na maioria dos discursos vigentes sobre o desenvolvimento biográfico, a vivência de certas experiências como casamento monogâmico, reprodução, criação dos filhos e netos seriam marcos imprescindíveis para a maturação dos sujeitos e sua vivência plena e completa, sobretudo no período da velhice, quando seria no seio familiar que os indivíduos encontrariam suporte e acolhimento.

sobre periodização de vida que orientavam o discurso antropológico naquele momento, revelando o caráter cultural das sensibilidades investidas nesse processo.

O trabalho de Seeger *Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras* (1980) é outro exemplo neste debate, reorientando a perspectiva de que as etapas de vida, menos que biológica, são definidas e construídas socialmente. Assim, ao comparar os velhos *suyá* aos velhos de outras sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul, o autor descreve as diferentes interpretações fornecidas aos acontecimentos biológicos e sua integração – variável – na vida social. Segundo o autor, a partir de fixações arbitrárias, as sociedades definem o suposto momento em que uma pessoa se tornaria “velha”, prescrevendo-lhe, a partir daquele instante, comportamentos “adequados” que irão situá-la nesta categoria social. Ele também ressalta as diferentes sensibilidades envolvidas neste processo, variáveis a partir de cada contexto cultural.

A riqueza desses dados etnográficos, somada a outros importantes estudos, forneceu à antropologia a possibilidade de revisar teorias e rever conceitos que orientavam as reflexões sobre periodização de vida a partir de perspectivas exclusivamente biologizantes e/ou pensadas sob um único aspecto temporal.

Especificamente sobre a categoria “tempo”, base dessas organizações simbólicas, Durkheim [(1898)1988] já havia postulado que não há sociedade que não construa a sua própria noção, cada uma o fazendo empiricamente de forma diversa. Assim, essas diferentes perspectivas temporais podem ser observadas, segundo Schwarcz (2005), por exemplo, no tempo dos *Nuer*, que como mostra Evans-Pritchard (1940), adotavam um referencial interno; no tempo dos *Mendi*, um grupo que fazia tudo convergir pra si, conforme explica Sahlins (1997); no modelo pendular entre os *Kachin*, descrito por Leach (1974), no qual o tempo é representado como uma repetição de inversões; no tempo dos *Piaroa*, descrito por Overing (1995), em que ora se apresenta como linear ora não; no tempo dos *Umeda*, praticado no ritual pesquisado por Gell (1992), quando se encenam os ciclos da vida com diferentes cores; e no “nosso” tempo – um tempo que se apresenta como seriado e cumulativo.

Apreender estas diferentes experiências temporais deve implicar não só na relativização de nossa perspectiva, mas também na própria problematização de seus efeitos em nosso contexto já que a experiência do tempo enquanto processo sequencial, linear e cumulativo produz diferentes cargas valorativas atribuídas a cada

momento no curso da vida. Bourdieu (1983), por exemplo, problematiza essa categorização no ocidente, a partir de seu caráter ideológico, evidenciando que essas divisões lógicas tratam-se, na verdade, da repartição de poderes, a juventude e a velhice sendo construídas socialmente a partir da luta entre jovens e velhos. Já Henning (2014) evidencia essas hierarquizações nas associações, de um lado, da juventude com o “início da vida” e como momento propício às possibilidades vindouras e, de outro lado, no forte peso simbólico de finitude, limitação de possibilidades sociais e proximidade da morte que tende a estar presente na ideia de velhice, no ocidente.

Analisando a historicidade da idade cronológica, alicerce dessa temporalidade linear e sequencial, observa-se que é precisamente na transição para o Estado moderno que ela vai se tornar esta dimensão fundamental. Hareven (1999), por exemplo, pontua que nas sociedades pré-industriais fatores demográficos, sociais e culturais combinavam-se de tal modo que produziam uma diferença mínima entre os períodos da vida. Sob o impacto da industrialização e das mudanças demográficas do século XIX, porém, percebe-se uma diferenciação gradual entre os grupos etários e uma maior especialização nas funções relacionadas a cada idade. Ariès (1978), indo um pouco mais além em seu estudo sobre a história social da infância e da família, identifica que foi a partir do século XVIII, na França, que a idade passou a operar nos registros civis com a “consciência de exatidão de um Estado moderno” (ibid., p. 30), através da ação dos párocos e da conseqüente imposição de reformadores religiosos e civis – que, já por volta do século XVI, intervinham na documentação das camadas mais instruídas da sociedade. Sobre a construção social da categoria da infância, o autor localiza sua gênese afirmando que, até o século XIII, a figura da criança era inexistente na sociedade, não havendo distinção entre sua condição e a de pessoas adultas. Deste período em diante, observa-se a representação da imagem infantil a partir de iconografias específicas até sua construção na época moderna. Hareven (1999) escreve que a descoberta da adolescência no final do século XIX seguiu a um padrão semelhante ao da infância, constituindo-se por e através de determinados saberes responsáveis por identificar estilos de comportamento em torno do que poderia ser caracterizado como uma “cultura adolescente”.

Não diferente dessas categorias histórica e socialmente inventadas, está também a velhice. A emergência desta etapa de vida, tal como a concebemos hoje, também resulta das transformações ocorridas na sociedade ao longo do século XIX, que

impuseram novas formas de se ver e conceber as experiências sociais daqueles não mais enquadrados aos limites da utilidade produtiva – lógica imperativa daquele contexto. Não mais aptos ao trabalho e, portanto, excluídos da condição econômica de trabalhadores, os velhos passaram a integrar uma classe reconhecida como marginalizada e pauperizada, o que serviu de mote para sua construção enquanto sujeitos políticos e para a consolidação de políticas sociais voltadas a eles, como a institucionalização universal das aposentadorias (LENOIR, 1979; PEIXOTO, 2006; SILVA, 2008).

Toda esta regulamentação do curso da vida ocidental, a partir de um sistema de datação, atravessa a vida dos sujeitos do nascimento à morte, passando pelas fases de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria, situações produtoras (e produzidas) das/pelas percepções sobre idade infantil, idade adulta e velhice. Esse sistema, portanto, poderia ser irrelevante não fosse crucial para o estabelecimento de direitos e deveres políticos, ou seja, para a configuração do *status* de cidadão. Verifica-se, assim, que a idade cronológica só passa a ter relevância quando o quadro político-jurídico ganha precedência sobre as relações familiares e também de parentesco que, anteriormente, eram responsáveis pela organização da vida social. Se tomamos, portanto, em nossas análises, apenas o número de anos vividos pelos sujeitos como referência no tratamento às categorias como velhos, jovens e adultos, estaremos excluindo toda a plasticidade das formas pelas quais o curso da vida pode ser concebido (DEBERT, 2006, 2012). O artigo de Fortes *Age, Generation and Social Structure* (1984), ao considerar as distinções entre “níveis de maturidade”, “idade geracional” e “idade cronológica” deu um importante passo nesta discussão, permitindo-nos flexibilizar as noções relativas às diferentes “incorporações” da passagem do tempo nos grupos sociais. Essas considerações nos abriram à possibilidade interpretativa de analisar a constituição de grupos e sujeitos a partir de sua localização não apenas nesta única temporalidade (linear, cronológica e sequencial), mas também em termos de uma coetaneidade experiencial, já que idade cronológica, nível de maturidade e idade geracional não se configuram enquanto experiências excludentes.

Muitos/as autores/as no campo dos estudos socioantropológicos têm privilegiado, principalmente, o uso da geração em suas análises como forma de compreender as experiências dos sujeitos, considerando suas disposições e respostas coletivamente engendradas em contextos histórica, cultural e politicamente delimitados.

Partindo, principalmente, da abordagem de Mannheim (1982), esses/as autores/as informam-nos como muito mais que a idade, o sentimento de pertencimento à determinada geração permite aos indivíduos elaborar interpretações e significações múltiplas dos processos vivenciados em seus percursos biográficos. A partir da revisão dos pressupostos teórico-metodológicos que orientam esses estudos, novas possibilidades têm surgido nas reflexões sobre periodização de vida como se observa, por exemplo, na perspectiva crítica adotada por Simões (2004). Este autor propõe o “paradigma do curso da vida” como uma alternativa para deslocar as narrativas de vida enquanto “ciclo”, “desenvolvimento” e “queda” que, segundo ele, seriam responsáveis por representar as etapas da vida como processos descontínuos e marcados por diferentes graus de valoração¹⁰. Segundo o autor

“O paradigma do curso da vida se coloca como tendência alternativa voltada para o reconhecimento de que qualquer ponto da trajetória de vida precisa ser analisado de uma perspectiva dinâmica, como consequência de experiências passadas e expectativas futuras, e de uma integração entre os motivos pessoais e os limites do contexto social e cultural correspondente” (ibid., p.7-8).

Esta proposição confronta narrativas de previsibilidade e ordenamento no processo da vida humana, assinalando que mudanças culturais e históricas alteram padrões de desenvolvimento e transição para diferentes grupos, gerações ou coortes, ao mesmo tempo em que não negligencia a dimensão das agências individuais dos sujeitos. Tendo em vista os ganhos proporcionados por este paradigma, pretende-se abordar, neste trabalho, as experiências de envelhecimento de pessoas travestis através deste prisma. Ainda segundo este autor, narrativas são formas de dar sentido às vivências e expressam rupturas subjetivas que marcam as experiências, bem como o pertencimento a um momento e lugar particular, de uma geração em relação à outra (SIMÕES, 2013).

Conforme buscarei apresentar ao longo desta dissertação, as narrativas de envelhecimento das interlocutoras que entrevistei estiveram alinhadas a esta perspectiva, relevando tanto os sentimentos de pertencimento geracional compartilhados por elas como, ao mesmo tempo, suas possibilidades e capacidades (re)inventivas de

¹⁰ Segundo Simões (2004), a ideia de ciclo de vida traduz a concepção de fases de crescimento, maturação, reprodução, declínio e morte que se reproduzem sucessivamente através de gerações. Já a perspectiva que toma a vida como uma progressão contínua e linear, característica da psicologia do desenvolvimento, traduz uma concepção de progresso constante, rumo a um objetivo estabelecido, cujas versões mais recentes veem mesmo as perdas biológicas do envelhecimento sendo compensadas pelos ganhos culturais específicos desta etapa. Por fim, a ideia de vida como queda traduz a concepção que valoriza a infância e a juventude como pontos altos da vida, ficando as demais etapas marcadas pela busca frustrada de recuperação desses valores.

experimental o período. Antes de avançar, porém, nestas discussões, faço ainda neste capítulo algumas breves explicações sobre a produção discursiva da velhice e de como esta – construída enquanto categoria supostamente homogênea – vem sendo gradativamente desconstruída por/através de múltiplos discursos que tensionam seus pressupostos de universalidade, muitos deles através de uma perspectiva interseccional – à qual, aliás, me alinho teórica e politicamente neste trabalho¹¹.

1.3. Escrevendo a(s) velhice(s) no(s) tempo(s)

Analisando especificamente a constituição da velhice, Silva (2008) situa seu surgimento como etapa diferenciada na transição entre os séculos XIX e XX. Partindo das análises foucaultianas de Katz (1995, 1996) sobre a história da velhice no ocidente, a autora aponta para seu surgimento como resultado da convergência de diferentes discursos que reordenaram o curso da vida e anatomizaram a velhice. Neste fluxo, a geriatria e a gerontologia foram os saberes emergentes que se debruçaram, respectivamente, sobre o corpo velho e sobre os aspectos sociais da velhice.

Os processos de envelhecimento entendidos como problemas clínicos, certezas biológicas e processos invariáveis reconstruíram o corpo com base em uma perspectiva patológica que, tomando por base a questão da degenerescência física, originou discursos sobre a senilidade. Se, por um lado, a geriatria se encarregou de produzir esta velhice corporalizada e situada, a gerontologia, por outro, foi responsável por sua configuração enquanto problema social, a ser gerido por um conjunto de agentes especializados. Mais complexo que o nascimento da geriatria¹², a gerontologia se constituiu na confluência de diferentes saberes, a demografia, a sociologia e a psicologia consistindo em seu principal substrato teórico.

Debert (2012) também nos oferece um panorama completo desse processo constitutivo, apresentando como a combinação desses diferentes discursos foram responsáveis por transformar a velhice, paulatinamente, em problema social e os idosos em novos atores políticos. Segundo a autora, foi principalmente com a criação da

¹¹ Segundo Vergueiro (2015) aponta, “o conceito de interseccionalidade é fundamental para a complexificação das análises sociais antinormativas e antiopressivas” (ibid., p. 29).

¹² Segundo Silva (2008), a disciplina surgiu por volta de 1910, com o trabalho do médico norte-americano Ignatz Nascher, o primeiro fisiologista a estabelecer as bases clínicas para a identificação da velhice (p. 158). Já sobre a gerontologia, a autora pontua que, segundo Katz (1996), o termo teria sido cunhado em 1913 por Elie Metchnikoff.

gerontologia que se estabeleceu um significativo número de instituições e profissionais dedicados à gestão da velhice. A autora destaca ainda que a hipótese fundante deste campo disciplinar foi a de que a velhice seria uma experiência homogênea entre os sujeitos, seus problemas sendo tão prementes e semelhantes que minimizariam as diferenças em termos de etnicidade, classe ou raça. Ela também discorre sobre como a geriatria especializou-se na anatomização e medicalização da velhice, descrevendo as (in)capacidades dos idosos em torno de associações patológicas como a senilidade e outras possíveis disfunções fisiológicas.

Essa gestão da velhice pode ser refletida à luz das transformações da razão de Estado e de suas tecnologias de poder, observadas, principalmente, ao longo do século XIX. Se, até o século XVIII, predominava um poder disciplinar, instituído essencialmente sobre o corpo individual e alimentado por um sistema de vigilância, hierarquias e inspeções, observa-se no fim do mesmo século e início do XIX a instalação de uma nova técnica de poder, não mais individualizante, mas massificante, e que consistia não mais em uma anátomo-política dos corpos, mas em uma biopolítica da espécie humana. Esta nova técnica de poder não disciplinar, esse biopoder, não irá substituir aquele antigo, mas o complementar em certa medida, e irá se dirigir agora ao conjunto dos processos da vida humana como natalidade, mortalidade, longevidade etc. dimensões que irão consistir nos primeiros alvos de controle dessa biopolítica. Esta nova racionalidade de Estado prevê uma regulamentação dos processos biológicos desse “homem-espécie”, desse corpo global, como uma forma de otimizar um estado de vida (FOUCAULT, 1976:1999)¹³. Essa nova forma de governar subscreve-se num conjunto de saberes e sua lógica pode ser observada tanto nas emergentes especialidades médicas que surgem, como nos campos da demografia e da gerontologia (embora esta seja mais recente), disciplinas responsáveis por analisar e ordenar sistematicamente a população e seus processos “reprodutivos”, e materializadas nos diferentes aparelhos estatais e instituições públicas encarregados dessa gestão. A produção de um “corpo-velho” global e dessa “população envelhecida” promovidos, respectivamente, pela geriatria e gerontologia alinhava-se diretamente à essa nova racionalidade governamental, a essa biopolítica da espécie humana. Se, por um lado, esses discursos só tenham se

¹³ Na aula de 17 de março de 1976, ministrada por Michel Foucault em um de seus cursos no Collège de France, publicada no livro *Em Defesa da Sociedade* (1999), o autor discorre sobre as transformações do direito soberano, na passagem do século XVIII ao XIX, pautado no exercício do poder a partir do “fazer morrer e deixar viver”, em uma nova razão de Estado, pautada numa biopolítica da espécie humana, um poder exatamente inverso que consistiria em “fazer viver e deixar morrer”.

institucionalizado na passagem do século XIX ao XX, a gênese do seu pensamento pode ser encontrada muito antes, na eminência mesma dessas transformações sócio-históricas e políticas.

Percebe-se na convergência desses primeiros discursos gerontológicos e geriátricos a produção de uma imagem de velhice homogênea e naturalizada, além de marcada por algo que denomino como uma “gramática das ausências”, já que a representação do período passou a ser invocada, exclusivamente, nos termos de uma suposta incapacidade produtiva e biológica, do abandono e da ausência de atividades sociais. Concomitantemente, essa inequívoca associação da velhice com as perdas e a invalidez foi responsável pela delimitação de ações específicas voltadas aos mais velhos, bem como para a própria conformação de seu *status* enquanto sujeitos políticos de direito. Esse movimento evidencia uma socialização progressiva da gestão da velhice (DEBERT, 2012), um processo que a deslocou das esferas privada e familiar transformando-a numa questão pública, gerida por especialistas de diferentes áreas.

Se até o fim da década de 1960, a gerontologia ainda era dominada por duas grandes teorias, a teoria da atividade e a teoria do desengajamento¹⁴, sendo a velhice, em ambas, concebida por esta ótica da perda, é principalmente a partir de 1970 que este quadro começa a se alterar. Neste novo contexto, percebem-se esforços na direção de desconstruir tais estereótipos negativos sobre a velhice, bem como de pontuar a heterogeneidade de experiências existentes. Assim, o que se observou, por um lado, foi a introdução gradativa de novos eixos analíticos, como classe, raça, etnia e gênero e, por outro, a sucessiva reescrita desse processo a partir de referências mais afirmativas, como na denotação da categoria “idoso”, que passou a substituir a de “velho” e na invenção de uma nova idade, a “terceira idade”, designando os “jovens velhos”, aqueles comprometidos com um envelhecimento ativo e saudável (LENOIR, 1979; DEBERT, 1994, 2006, 2012; MOTTA, 2006; LINS DE BARROS, 2006; PEIXOTO, 2006; MINAYO, COIMBRA JR., 2011)¹⁵.

A promoção mais recente deste envelhecimento “bem sucedido” apresenta-se como resultado do empenho de três grupos de atores específicos: os próprios gerontólogos (outrora, produtores daquelas imagens negativas), as pessoas de mais idade e também a mídia. O delineamento de ações específicas para os idosos, como os

¹⁴ Para mais informações sobre estas teorias ver Doll; Gomes; Hollerweger; Pecoits; Almeida (2007).

¹⁵ Esses/as autores/as apontam que a introdução desses termos no contexto brasileiro esteve diretamente relacionada ao seu uso no caso francês.

programas sociais voltados à terceira idade¹⁶, o grande interesse em tecnologias de rejuvenescimento e a consequente instituição de um novo mercado de consumo os reposicionaram em um campo de possibilidades e agências e implicaram, paradoxalmente, tanto na já mencionada socialização progressiva da velhice como na responsabilização individual de seu sucesso/fracasso, relativos à adesão (ou não) a um estilo de vida ativo e saudável. Este processo vem sendo denominado por Debert (2012) de “reprivatização da velhice” e a autora o tem problematizando a partir de seus efeitos nas experiências sociais, apontando como a visibilidade conquistada por aquelas experiências “inovadoras” e “bem sucedidas” acaba por implicar no recrudescimento de espaços para situações de abandono e dependência¹⁷.

Há, por certo, um encontro de linguagens públicas antagônicas neste enredo, consubstanciadas por diferentes canais – como aparatos político-jurídicos, instituições sociais e pela mídia – responsáveis por produzir, de um lado, um sujeito idoso desvalido e desamparado e, por outro, um sujeito autônomo e bem integrado às atividades cotidianas. Destaca-se que o papel da mídia tem sido preponderante neste processo, sendo a partir dela que um novo regime estético se consolida e um novo mercado de consumo ganha visibilidade. Considerando ainda que, em nossa cultura, o corpo, além de capital físico, é também um capital simbólico, econômico e social, importante nos mercados de trabalho, de casamento e de sexo, lidar com os impactos da degenerescência física e das limitações biológicas da existência torna-se desafiador já que se espera que ele esteja sempre jovem, bonito, sexy e em boa forma (GOLDENBERG, 2011).

Simões (2004) problematiza que, se a preferência pela juventude e a antipatia pela velhice constituem sentimentos disseminados na chamada cultura de consumo contemporânea, eles parecem atingir seu ápice quando se considera a “cultura gay masculina”. No caso específico das travestis, esta premissa também parece ganhar força, já que o que se verifica é a centralidade do corpo em seus processos como elemento produtor de significados, sendo nele (e a partir dele) que elas se produzem enquanto sujeitos (BENEDETTI, 2005). Pensar os impactos físicos e subjetivos desses discursos

¹⁶ A tônica geral desses programas é a tentativa de rever os preconceitos e estereótipos por meio dos quais se supõe que a velhice é tratada em nossa sociedade. Eles concebem basicamente o idoso como um todo integrado necessitando de um atendimento médico especializado e que ao mesmo tempo busca reencontrar seu lugar na sociedade recuperando assim sua autoestima (DEBERT, 1994).

¹⁷ Recentemente, li um texto provocativo da jornalista Eliane Brum sobre as “cosméticas da linguagem” para se referir à velhice. Está disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/02/me-chamem-de-velha.html>. Acessado em 07 de abril de 2017.

sobre suas experiências nos conecta a uma série de questões por vezes invisibilizadas nos debates sobre o envelhecimento, mesmo entre aqueles que, como destacou Goldman (2006), têm buscado romper com sobreinterpretações e literalizações. A seguir, busco apresentar sobre a ainda emergente inclusão de alteridades “abjetas” nestas discussões, apontando para algumas especificidades que permeiam “teorias etnográficas” (ibid., 2006) sobre o assunto.

1.4. Velhice(s) não normativa

A contestação da velhice enquanto experiência homogênea, bem como a problematização das categorias referentes ao período – e suas transmutações no decorrer dos anos – têm sido objeto da atenção de antropólogas/os há bastante tempo. Porém, o que se observa é que a inclusão das experiências de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais nesse debate é relativamente recente, sobretudo no Brasil.

Fernandes, Barroso et al. (2015), por exemplo, em uma investigação acerca da literatura portuguesa, espanhola e anglófona sobre gênero, sexualidade e envelhecimento na base de dados *Scielo*, localizaram apenas 39 artigos correspondentes ao assunto, publicados entre 2001 e 2013. Conforme os/as autores/as apontam, os artigos analisados possuem diferentes abordagens e pressupostos teórico-metodológicos, estando sua maior concentração na área da Saúde, seguida das Ciências Sociais e, dentre essas áreas, identificam como os maiores campos científicos de produção a Enfermagem, a Saúde Coletiva e a Psicologia. Segundo eles/as, esta timidez na produção acadêmica pode ser melhor compreendida ao ponderarmos a (eventual) ausência de interesse sobre o tema, o insuficiente investimento para a realização de pesquisas ou mesmo o complexo acesso aos meios de publicação. Diante deste contexto, é preciso que não percamos de vista também que tal desinteresse anunciado, mais que uma causa, corresponde a um efeito de determinados dispositivos que, por muito tempo, se empenharam na produção discursiva de um “sujeito idoso ideal” que excluía as vivências de pessoas LGBT deste campo analítico.

Refletindo esta relativa ausência de atenção às experiências que entrelaçam gênero, sexualidade e velhice, Henning (2014), em sua tese de doutorado¹⁸, supõe que este seria o resultado da disseminação do que postula como um “panorama

¹⁸ *Paizões, Tiozões, Tias e Cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo.*

heteronormativo da velhice”. Tal panorama, também passível de extensão a outras transições dentro do curso da vida (como adolescência, juventude, vida adulta, meia idade etc), seria consubstanciado por uma “teleologia heteronormativa”, uma forma de estipular metas, fins e objetivos para o percurso biográfico guiados (inequivocamente) por referenciais heterossexuais. Assim, se nos atemos a esta perspectiva, não nos surpreende o fato de que, por muito tempo, as narrativas produzidas sobre o envelhecimento tenham se absterido em relação à experiência de sujeitos que escapam à norma, se situando fora dos âmbitos de uma matriz heterossexual binária (BUTLER, 2013), já que a própria periodização de vida nas sociedades ocidentais capitalistas tem sido comumente orientada por práticas discursivas heterossexual-reprodutivas hegemônicas (BUTLER, 1990 apud SIMÕES, 2004).

Nos últimos anos, porém, percebe-se um esforço de algumas/alguns autoras/autores em revisar as teorias sobre o envelhecimento, no que tange à sua intersecção com outros marcadores sociais, comumente suprimidos. Henning e Debert (2015), por exemplo, ao lançar um olhar em perspectiva para as principais tendências surgidas nas investigações sobre velhice e gênero nas últimas décadas, verificam que

as análises contemporâneas sobre envelhecimento estão crescentemente sensibilizadas pela compreensão de que existem inúmeras expressões sociais díspares de “velhice” – ou melhor, de *velhices*, no plural –, tendo em mente, por exemplo, que a inter-relação de marcadores sociais como gênero, etnicidade, “raça”, classe social, geração, localidade, nível educacional, identidades sexuais, entre outros, influencia e abre terreno para a promoção de experiências peculiares de envelhecimento. (ibid., p.11)

Esse movimento tem provocado um alargamento semântico do próprio conceito de velhice ao incluir novos protagonistas em suas reflexões e criticar modelos hegemônicos até então invocados nas representações sobre o período.

Pode-se dizer que determinadas narrativas, ao priorizar certas experiências em detrimento de outras, criaram mecanismos de (des)valorização das velhices, amparados em discursos hetero e cisnormativos¹⁹ e com específicos recortes de classe e de raça. Tal problematização ganha respaldo no trabalho de Pocahy (2011), considerando seu argumento de que, em nossas sociedades ocidentais contemporâneas, o corpo que importa e que porta uma medida inteligível é o corpo do adulto jovem e re/produtivo,

¹⁹A cisnormatividade ou normatividade cisgênera, conforme proposto por Vergueiro (2015), exerce, através de variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos.

heterossexual, em uma superfície lisa, branqueada, viçosa e ágil. Segundo o autor, estes seriam os referentes quase incontestáveis para a inteligibilidade que encontramos por meio dos escombros do projeto da modernidade. Se transferimos alguns destes referentes (sexualidade, gênero, classe, raça/cor) para pensar o envelhecimento, é possível argumentar que determinada(s) velhice(s) figurarão também como mais legítima(s) que outras.

Esta foi uma das proposições exploradas por Henning (2014) ao conceber um “sistema hierárquico de valoração da velhice”. Inspirado no trabalho da antropóloga Rubin [1984(2011)], o autor propõe a construção de uma “pirâmide da boa velhice”, onde “boas” e “más” velhices estariam distribuídas segundo elementos sociais e comportamentos, trajetórias e atributos físico-morais individuais. Apresentando de forma sucinta este esquema, cabe dizer que estariam situados nos estratos superiores da pirâmide velhos heterossexuais, aposentados ou pensionistas, com bom poder aquisitivo, saudáveis, que seguem o “ideal da juventude como estilo de vida”, com bons índices de escolarização e que permaneçam atuantes quanto às práticas erótico-sexuais realizadas no âmbito da conjugalidade monogâmica; aqueles que constituíram família, que sejam pais e avós, que possuam laços fortes e próximos com a família de origem, que possuam fontes de suporte social sólidas e que estejam integrados às atividades defendidas pelos programas sociais voltados aos idosos. Na contrapartida, situados abaixo do topo da pirâmide e distribuídos até sua base, estariam os velhos frequentemente adoentados, com práticas sexuais homoeróticas e/ou identidades homossexuais, transgêneros e transexuais, que não se aposentaram ou não recebem pensões, pobres ou de classes populares, solteiros, sem filhos, com relações distantes ou inexistentes com a família de origem, com baixa escolaridade, que concebem a sexualidade como encerrada (ou excessiva), que não mantêm um estilo de vida jovial, entre outros elementos. Embora Henning nos alerte para o caráter ensaístico de sua proposta, ela nos fornece um valioso instrumento para pensarmos como certos discursos criam/criaram mecanismos valorativos sobre boas e más velhices, gerando, conseqüentemente, efeitos sociais, subjetivos e políticos sobre aqueles que envelhecem.

Pesquisando a literatura sobre o envelhecimento de pessoas LGBT – e/ou que vivenciam práticas sexuais homoeróticas²⁰ – percebe-se a confluência de grande parte

²⁰ O termo “prática sexual homoerótica” é utilizado em um conjunto de textos (SIMÕES, 2004; POCAHY, 2011; HENNING, 2014; SAGGESE, 2015; PASSAMANI, 2015a, 2015b) para significar a

das narrativas para alguns dos elementos abordados pelo autor nesse esquema valorativo. Em alguns desses estudos, a associação entre velhice, homossexualidade, travestilidade e transexualidade aparece carregada de estereótipos negativos, endossando a perspectiva de que a soma desses marcadores provocaria um processo de dupla estigmatização dos sujeitos. Além disso, quando comparadas às experiências de homens e mulheres cisgêneros(as)/heterossexuais, situados dentro de uma mesma coorte etária, aqueles estariam em situação de maior vulnerabilidade, uma vez que contariam, em grande parte das vezes, com a ausência de suporte familiar, social e político, exprimidos ao longo de suas trajetórias biográficas e enfatizados durante a velhice, o que reforçaria sua localização nas zonas de abjeção e/ou nos estratos inferiores da pirâmide proposta pelo autor.

Esta visão vem sendo explorada por alguns autores, tanto no sentido de reforçá-la quanto de contrapor-se à ela²¹. Introduzindo a perspectiva interseccional neste debate, é possível tensionar esse quadro prescritivo, através da argumentação de que a articulação desses marcadores sociais, menos que agindo na produção de opressões que vão se superpondo umas às outras, agem interacionalmente, e, embora produzam desigualdades, também oferecem recursos que possibilitam a ação dos sujeitos (PISCITELLI, 2008, 2012). Neste sentido, embora as interlocutoras de minha dissertação – travestis, em sua maioria pardas, de classe popular e com baixa escolarização – possam ser situadas na base desta pirâmide, e embora seus discursos

experiência de homens que mantêm relações afetivo-sexuais com outros homens, numa tentativa de não circunscreve-los ao limite de uma “identidade homossexual”.

²¹ Em seu artigo *Is old age Always already heterosexual (and cisgender)? The LGBT Gerontology and the formation of the “LGBT elders”*, Henning (2016a) apresenta uma revisão crítica da literatura anglófona empenhada em discutir os processos de envelhecimento de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, oferecendo ao/à leitor/a uma ampla reflexão do campo analítico que se convencionou a chamar de “gerontologia LGBT”. Segundo o autor, este movimento retórico poderia ser dividido em quatro diferentes momentos, iniciados em finais da década de 1960 e desenvolvidos até os dias atuais, nos quais diferentes imagens teriam sido produzidas sobre a velhice LGBT. Conforme aponta, no primeiro momento, imagens negativas associadas à homossexualidade e envelhecimento (como processo de sofrimento, solidão e duplo preconceito) teriam sido o foco narrativo dos autores. Já num segundo momento (entre os anos 1970 e 1980), este foco teria consistido em desconstruir esses estereótipos negativos, apresentando um *momento positivo gay* (gay positive moment) na literatura. Nesta perspectiva, buscou-se ver como velhice e homossexualidade, quando combinados, poderiam promover vantagens quando comparados ao envelhecimento heterossexual. No terceiro momento (iniciado nos anos de 1980), o foco narrativo seria para uma maior diversificação das análises, incluindo nelas a experiência de envelhecimento de lésbicas e, mais timidamente, de bissexuais e transgêneros. Finalmente, o quarto e último período (entre final da década de 1990 até os dias atuais) consistiria numa guinada “pragmática”, por haver desfocado as discussões teóricas do passado (tais como as controvérsias sobre “envelhecimento acelerado”, “domínio do estigma etc) e virar sua atenção e preocupação para as ações práticas no domínio da gerontologia.

corroboem, em certa medida, esse posicionamento devido às inúmeras dificuldades que enfrentam na terceira idade, é preciso problematizar que essa localização não implica em processos unívocos de sofrimento e vitimização em uma perspectiva que nega suas capacidades auto criativas e de agência na reelaboração de seus contextos.

Alguns autores vêm se dedicando a reverter esse quadro de associações “negativas”, apresentando aspectos positivos dessa experiência quando comparada à de pessoas cisgêneras e heterossexuais. Nesta perspectiva, uma das possíveis hipóteses seria a de que o conjunto de situações difíceis enfrentadas pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias teria o efeito de prepara-los melhor para encarar os desafios da velhice. Porém, esta perspectiva mantém o mesmo tom diferencialista adotado por aquela anterior, ao pensar o envelhecimento de pessoas LGBT sempre na contraposição ao de pessoas cis/heterossexuais, o que, por vezes, também tem sido alvo de constantes reflexões. Simões (2004), por exemplo, ressalta que as investigações não têm demonstrado objetivamente que a orientação sexual *per si* acarrete diferenças significativas na experiência de envelhecimento, tendo alguns pesquisadores afirmado que o que influiria nos processos de diferenciação de envelhecimento seriam as “experiências de estigma e preconceito vividas a partir de identidades sexuais tidas como desviantes” (HENNING, 2014, p. 124).

O trabalho de Simões (2004) foi bastante influente, inaugurando uma tendência, até então tímida no país, de abordar o recorte específico de sexualidade em seu entrelaçamento com a velhice. Priorizando em suas análises a contingencialidade da passagem do tempo, os efeitos (práticos e subjetivos) dos contextos históricos e culturais nas experiências dos sujeitos, bem como questionando os pressupostos de ordenação e previsibilidade dos processos da vida humana a partir do paradigma do curso da vida, mencionado em outro momento, esse autor introduziu uma perspectiva dinâmica para pensar experiências geracionais dentro de um recorte temporal, destacando as singularidades de cada processo, conforme a localização dos sujeitos.

Outro trabalho pioneiro e que remete à mesma época foi o de Siqueira (2004). Este inaugura a tradição dos estudos que irão articular as experiências de envelhecimento e travestilidade no Brasil, apresentando-nos múltiplas formas de se pensar e performatizar o gênero na velhice. Como o faz Simões (2004), a autora também debate a coexistência de imagens negativas e positivas nas referências ao período, corroborando a polêmica anteriormente apresentada dos estudos

gerontológicos. Esses dois autores representam um marco nos estudos sobre envelhecimento no país, expandindo os horizontes antropológicos e analíticos acerca do tema.

O conjunto de estudos decorridos destes dois somam, atualmente, um relevante número, evidenciando o crescente interesse de pesquisadores em dialogar sobre/com estas experiências. Embora a pesquisa de Fernandes, Barroso et al. (2015), na base de dados *Scielo*, tenha revelado o pequeno número de publicações referentes à temática naquele banco até 2013, percebe-se, principalmente nos últimos dois anos, um avanço significativo desses estudos, sobretudo no formato de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Embora meu foco seja discutir o envelhecimento na perspectiva das travestilidades, situar o debate sobre a velhice de gays e lésbicas no Brasil é também fundamental tanto por essas experiências também tensionarem prescrições socialmente reiteradas de “boa velhice”, como pelo fato de que, sendo elas coetâneas, apresentam em seu enredo pontos de encontro não só no momento atual, mas também em diferentes momentos da história, extremamente importantes para sua constituição enquanto sujeitos políticos no país. Não sendo, porém, minha intenção realizar uma revisão bibliográfica sobre tais recortes, apresento a seguir apenas alguns dos estudos que embasaram minhas reflexões, incorrendo ao risco de simplificar tanto a análise quanto o conjunto de autores que vêm se dedicando à discussão do tema.

Em se tratando da articulação entre velhice e homossexualidade/sujeitos que vivenciam práticas sexuais homoeróticas, além dos trabalhos de Simões (2004, 2011, 2013); destacam-se os trabalhos de Henning (2008, 2014, 2016a, 2016b); PocaHy (2011), Saggese (2015), Passamani (2015a, 2015b), Seffner e Duarte (2015) – entre outros – que trazem importantes contribuições para este campo teórico. Estes estudos, em geral, descrevem os modos de subjetivação dos sujeitos frente à experiência da velhice, suas formas de sociabilidade, dinâmicas de diferenciação implicadas nesse processo²², bem como analisam os agenciamentos e estratégias de resistência

²² A maioria desses estudos (SIMÕES, 20014; POCAHY, 2011; HENNING, 2014; SAGGESE, 2015) problematiza o uso de determinadas categorias êmicas para posicionar os sujeitos segundo lógicas valorativas e dentro de quadros etários. Desta forma, as denominações *coroa*, *bicha velha*, *irene*, *maricona* etc são utilizadas para classificar os sujeitos segundo as performatividades que empreendem na velhice, e figuram dentro daquilo que Henning (2014) denomina como um *espectro representacional do envelhecimento e homoerotismo masculino*. Assim, enquanto algumas dessas categorias marcam positivamente a experiência de alguns sujeitos, outras são acionadas para depreciá-los, dentro desse ínterim valorativo. Conforme será analisado em outro momento, esta dinâmica também está presente nas diferenciações operadas pelas travestis em suas redes de sociabilidade.

empreendidas por eles frente aos discursos normativos invocados na produção do que seria um “envelhecimento socialmente legítimo”. Por sua vez, com relação ao envelhecimento de lésbicas, o número de estudos que encontrei é bem menos significativo, destacando-se, principalmente, os de Lacombe (2010, 2013) e Alves (2010), que se dedicam a investigar como idade e sexualidade se interpellam na trajetória de lésbicas idosas, e como determinados códigos e performances convertem-se em mecanismos de diferenciação em suas redes de sociabilidade. Alves, assim como o faz Simões (2004), destaca que a etapa mais avançada da vida não adquire marcas únicas porque os velhos em questão sejam gays ou lésbicas, sendo “as trajetórias de vida marcadas pelas vivências comuns de certas coortes etárias, que podem emprestar ao envelhecimento marcas distintivas” (ibid., p. 231).

No tópico subsequente, analiso de forma mais detida os estudos que vêm discutindo a velhice em sua interface com as experiências específicas de travestis e transexuais.

1.5. Velhice(s) travesti(s)

Com relação aos estudos que investigam a articulação entre velhice e travestilidade/transexualidade, percebe-se também um aumento significativo nos últimos anos. Embora a dissertação de Siqueira (2004) seja um marco desses estudos, é sobretudo nos últimos três anos que o debate sobre o tema vem ganhando corpo. Assim, a partir de um mapeamento realizado, identifiquei um conjunto de trabalhos sobre o assunto, concentrados nas áreas de Ciências Sociais²³, Psicologia e Gerontologia, e publicados principalmente entre 2013 e 2015.

Em meados de 2014, ano em que escrevi minha monografia, realizei uma primeira revisão bibliográfica sobre o assunto. Na época, principalmente em razão do prazo disponível, acabei localizando apenas os trabalhos de Siqueira (2004, 2009) e Antunes (2013). Foi basicamente sobre eles em que me amparei na construção de minhas primeiras reflexões e argumentações. Passados dois anos desta primeira pesquisa, retomei novamente minha busca pela literatura e consegui localizar outro conjunto de trabalhos até então desconhecidos, dentre os quais destaco os de Costa (2013), Nogueira (2013), Casteleira (2014), Leite Junior (2015), Miguel (2015),

²³ Com enorme destaque para os campos da Antropologia Social e Sociologia.

Sabatine (2014, 2015), Moutian (2015), Sander (2015) e junto aos quais situo agora meu trabalho de monografia (OLIVEIRA, 2014). Considerando que, até pouco tempo atrás, este tema pouco era debatido, surpreendi-me com este resultado. Embora estes estudos estejam permeados de perspectivas diferentes e também conflituosas – já que as interlocuções de cada um não podem ser descoladas dos marcadores de raça, classe e região que localizam cada sujeito entrevistado –, foi possível observar certa comunalidade nas discussões, muitas das impressões sobre o processo de envelhecimento no universo *trans*²⁴ estando igualmente compartilhadas neles.

Partindo desses estudos, bem como das entrevistas realizadas para esta dissertação, percebe-se como as noções de envelhecimento e/ou geração agenciadas pelas travestis constroem-se menos em referência à idade cronológica que às dinâmicas interacionais e de socialidade²⁵ engendradas por elas. Desta forma, seus pertencimentos geracionais mostraram-se construídos relacionalmente (em oposição às “mais novas” e/ou *novinhas*) e bastante afeitos a memórias de um passado compartilhado. A memória, neste contexto, opera como mecanismo aglutinador de suas experiências coletivas e, embora nem todas tenham sido expostas da mesma maneira aos mesmos processos, o entretecido de suas narrativas reconstrói seu passado ao passo em que também dão sentido ao seu presente (RAGO, 2013). É assim que elas vão se constituindo, no presente, relacional e subjetivamente, enquanto *travestis das antigas* (SIQUEIRA, 2004; 2009), *travestis da velha guarda* (SANDER, 2015) ou, simplesmente, travestis “mais velhas” (MIGUEL, 2015). Conforme será apresentado ao longo desta dissertação, aproximar-se destas categorias é identificar-se com certas trajetórias, discursos, práticas e corporalidades que as distinguem social, cultural e politicamente de outras performatividades²⁶. Desta forma, o signo “travesti”, assim como ocorre com o de

²⁴ A expressão universo *trans* – eventualmente acionada neste trabalho – é utilizada em conformidade com Benedetti (2005, p. 17) o qual a emprega em função de sua “propriedade de ampliar o leque de definições possíveis no que se refere às possibilidades de ‘transformação do gênero’”.

²⁵ A ideia de socialidade aqui invocada remete à conceituação de Strathern (2006). Tal noção supõe a construção das pessoas como “lôcus plural e compósito das relações que as produzem” (p. 40). Esta é uma perspectiva que nos auxilia a pensar nos processos constitutivos das pessoas travestis a partir de matrizes relacionais.

²⁶ A performatividade refere-se, nesta dissertação, à prática reiterativa e citacional através da qual o discurso produz os efeitos que nomeia (BUTLER, 2000). Operada a partir destes preceitos, esta noção permite que reconheçamos a produção dos sujeitos como parte de efeitos discursivos. No contexto desta pesquisa, observar-se-á como as travestis vão se constituindo, temporalmente, sob a reiteração de diferentes signos, corporais e de feminilidade, que apontam para o caráter fluido e performativo do próprio gênero. Portanto, ao invocar o termo “performatividade”, ao longo deste texto, estarei me referindo à repetição dessas práticas e discursos que produzem o que é ser travesti, em cada condição específica.

“mulher”, tem sua especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero, seu fluxo semiótico também assumindo “significados específicos de diferentes ‘feminilidades’ onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares” (BRAH, 2006, p. 341).

Se o pertencimento a uma mesma geração, conforme afirma Mannheim (1982, p. 72) “proporciona aos indivíduos participantes uma situação comum no processo histórico e social”, é preciso atentar também para os riscos das sobreinterpretações que uma definição como esta pode implicar. Ou seja, embora, neste estudo, considere a geração como constituída por (e constitutiva de) sentimentos de pertencimento construídos a partir de situações históricas específicas, adoto a perspectiva interseccional para pensar em como as diferentes posições sociais dos sujeitos também lhes oferecem recursos que possibilitam suas ações (PISCITELLI, 2008; 2012). Este argumento será melhor desenvolvido ao longo desta dissertação, minha proposta, neste momento, consistindo em demonstrar como alguns elementos se coadunam para produzir uma experiência coletiva, a comunalidade desse processo só se tornando significativa quando articulada a um discurso da diferença (BRAH, 2006). Destaco que a noção de diferença será central em toda esta análise, sendo compreendida, de acordo com Brah, enquanto categoria analítica, perspectiva que evita possíveis essencialismos ao considerar a dimensão processual dos sujeitos. Neste esquema analítico, a diferença emerge como experiência, relação social, subjetividade e identidade, constituindo sujeitos multiplamente situados. É por este motivo que, embora reconheçamos “gerações de travestis” no sentido proposto por Mannheim (1982), a partir de uma perspectiva mais macro que releva as condições históricas, sociais e políticas de formação dos sujeitos, não negligenciamos a dimensão micro destas análises, a problemática da subjetividade e da identidade emergindo para compreendermos a dinâmica de poder da diferenciação social (BRAH, 2006)²⁷.

²⁷ Seguindo a perspectiva de Brah (2006) a identidade não é entendida neste trabalho como uma entidade fixa nem singular, mas como uma multiplicidade relacional em constante mudança. No curso desse fluxo, as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas. A autora pontua ainda que a “identidade pode ser entendida como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como eu” (p. 371).

A bibliografia consultada sobre o tema do envelhecimento de travestis parece priorizar elementos de uma ordem mais macro, a diferenciação social das interlocutoras destes trabalhos se articulando em torno dos eixos de gênero e idade para produzir experiências e/ou identificações coletivas. Nela, são de comum acordo percepções sobre a velhice como estando marcada por certa precocidade: muitas afirmam que com 35, 40 anos já são percebidas, em suas redes de sociabilidade, como “velhas”. Os desafios para se alcançar essa fase da vida configurando, entre elas, *status* sociais como os de *sobreviventes*, *vitoriosas* e *guerreiras*, categorias apontadas com frequência nesses estudos. Além disso, corporalidades e práticas sociais são descritas como aspectos distintivos de suas gerações as diferenciando das *novinhas* que têm se construído a partir de outros padrões estéticos e de feminilidade atualmente disponíveis. Todos esses aspectos estiveram presentes nas narrativas de minhas interlocutoras e em suas elaborações simbólicas sobre o período, tendo, ainda, emergindo em meu campo de análise outras importantes questões para aprofundar essas reflexões. Nos capítulos subsequentes, procuro apresentá-las ao/à leitor/a, buscando expandir o quadro de referência sobre as dinâmicas envolvidas nesses processos. Assim, questões referentes a temporalidade, corpo, saúde, cuidado, sociabilidade e visibilidade política serão alguns temas que buscarei aprofundar. A exposição a três eventos em especial: os bailes de carnaval²⁸, a violência policial (principalmente, durante a ditadura militar), e o contexto epidêmico do hiv/aids²⁹ no Brasil, também parece em grande parte desses estudos bem como nas entrevistas que realizei fornecer um esquema lógico através do qual memórias – individuais e coletivas – são acionadas, atuando na (re)construção de identidades (POLLAK, 1989).

Ainda que se observe, por um lado, o esforço de muitos/as pesquisadores/as em alargar o conceito de velhice, trazendo outras possibilidades semânticas pra dentro dele

²⁸ Green, em seu livro *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2000), fornece-nos um complexo panorama sobre a participação das travestis nas festividades carnavalescas durante, principalmente, as décadas de 1950 e 1960, apontando para um processo de crescente visibilidade desses sujeitos no contexto urbano, a partir desses eventos. Em suas etnografias, Siqueira (2004, 2009) também destaca a importância da participação das travestis nesses bailes de carnaval, uma vez que, numa época de intenso controle e repressão policial, como entre as décadas de 1950 a 1970, esse se constituía num momento de *devir* para elas. O Scala, o Gala Gay e o Baile dos Enxutos são alguns dos exemplos fornecidos pela autora desses bailes carnavalescos no contexto carioca. Entre as interlocutoras de minha pesquisa, uma delas relatou ter tido a oportunidade de participar desses bailes durante a juventude, recordação que trouxe com bastante saudosismo durante a entrevista.

²⁹ Opto por utilizar, ao longo do texto, as palavras hiv/aids grafadas em minúsculo, concordando com Miskolci e Pelúcio (2009) que propõem seu uso em uma perspectiva crítica sobre o pânico sexual criado em torno da aids.

(conforme demonstrado ao longo deste capítulo), por outro, é preciso problematizar de que maneira temos nos voltado à contingencialidade não só desse processo, mas também de nossas próprias práticas discursivas. Digo isto porque é evidente que este não é um tema simples, complexificando-se na medida em que nos aventuramos a discorrer sobre ele. Supor quaisquer “esgotamentos” desta discussão, portanto, seria desconsiderar toda essa complexidade envolvida. Mas outro aspecto que merece ser refletido são as próprias possibilidades ativas e parciais de cada um/a (pesquisador/a) ler o(s) mundo(s). É por este motivo que, ao considerar no meu trabalho a objetividade feminista na produção de um conhecimento situado e corporificado, minha responsabilidade, aqui, não é a de preencher lacunas – deixadas por outros/as estudiosos/as – em prol de um saber “totalizante”, mas construir interlocuções possíveis, “conversas compartilhadas”, no sentido epistemológico, e solidariedades, no sentido político, apoiadas em redes de conexão (HARAWAY, 1995).

Profundamente afetada pelas reflexões de Vergueiro (2015) acerca das possibilidades e limitações envolvidas nas supostas “humanizações”³⁰ pelas quais passariam pesquisadores/as cisgêneros/as dedicados/as ao estudo no campo das identidades de gênero, a escrita desta dissertação me conduziu, constantemente, a processos autorreflexivos (em permanente construção) que me levaram a observar com maior zelo possíveis condescendências e/ou exotificações – realizadas por mim – sobre as experiências das interlocutoras entrevistadas.

Conforme aponta Vergueiro (2015), a única forma de produzirmos – pessoas trans e cis – efetivamente, “alianças e ampliações de presenças crescentemente diversas e afetivas” (ibid., p. 102), seja nos espaços acadêmicos e/ou políticos, é trespassando nossos conhecimentos, necessariamente, pelo crivo das críticas epistemológicas, uma vez que condescendências e exotificações estabilizam posições de poder que “caracterizam colonialidades de saber e consequentes injustiças epistêmicas contra estas diversidades” (ibid., p. 103). Embora “afetada” pelas provocações de Vergueiro (2015), reconheço também, na contrapartida, a importância e potência de inúmeros trabalhos acadêmicos produzidos por pessoas cisgêneras sobre as travestilidades e transexualidades, muitos dos quais cito ao longo desta dissertação. Porém, não se pode

³⁰ Esta “humanização” de pessoas cis, conforme a autora argumenta, é obtida e efetivada através dos “objetos” trans. Considerando que, por vezes, esta “humanização” se constitui em um elemento discursivo de manutenção de condescendências e exotificações desses “objetos”, pode-se dizer que ela depende da “permanência da injustiça” para se manter, em muitos casos.

negar o fato de que são comuns os discursos que produzem e reiteram epistemologias patologizantes e estigmatizantes, que não só subalternizam as experiências de pessoas travestis e transexuais como também as reduzem a sofrimentos e passividades que lhes apagam suas capacidades de agência e resistência na produção de novos contextos³¹.

Em uma discussão que combina esses elementos à questão da velhice – comumente relatada também por uma ótica de sujeições, perdas e incapacidades – o risco de incorrer a tais reducionismos torna-se, em minha opinião, ainda maior. Portanto, atenta a tais riscos, pretendo desenvolver neste trabalho uma discussão sobre alguns aspectos envolvidos nos processos de envelhecimentos de pessoas travestis, os quais, a partir de minha localização social, posicionamentos políticos, convicções e trajetória pessoal, pareceram-me relevantes para uma melhor compreensão sobre esta questão. Espero que, dentro de minhas possibilidades, contribua para a expansão deste debate e para a construção dessas alianças “diversas e afetivas”, nos espaços acadêmicos e não acadêmicos também.

No capítulo seguinte, apresento ao/à leitor/a o percurso metodológico empreendido até aqui, bem como as interlocutoras que construíram comigo as reflexões aqui compartilhadas, avançando, em seguida, para dimensões mais analíticas sobre o assunto.

³¹ Ver, por exemplo, Bento (2006). Em seu trabalho, a autora analisa como o discurso médico patologiza as experiências trans tomando por referência protocolos que visam reiterar os binarismos de gênero e a normatização dos corpos.

Capítulo 2

2.1. Opções metodológicas, percursos etnográficos

“Para ter mais certezas, tenho que me saber de imperfeições”

(O livro sobre nada, Manoel de Barros)

No presente tópico apresento alguns dos pressupostos teórico-metodológicos que orientaram o desenvolvimento deste trabalho. Ressalto que este percurso não se apresentou de forma linear, estando marcado por constantes rupturas e descontinuidades reflexivas, impulsionadas pelos (deliciosos e inesperados) encontros que vivenciei ao longo deste processo, bem como pelas perspectivas críticas de alguns/algumas autores/as, responsáveis por trazer novas possibilidades epistemológicas para as discussões aqui propostas.

Situo esta dissertação como uma “formulação teórico-etnográfica”, a etnografia sendo compreendida aqui não enquanto método, mas como a própria “teoria vivida”, teoria que se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com novas experiências de campo, consistindo em ação social, em formas de ver, de interagir, de ouvir e de interpretar (PEIRANO, 2008, 2014). Esta perspectiva torna-se especialmente relevante neste trabalho, pois, ao longo desses anos de ensaio sobre o tema da velhice na experiência das travestilidades, iniciados ainda na minha graduação em ciências sociais (OLIVEIRA, 2014), muitos foram os deslocamentos experimentados – deslocamentos que atualizaram, constantemente, minha prática reflexiva dentro (e fora) do espaço acadêmico. Se todo/a antropólogo/a está, conforme Peirano (2014, p.381), “constantemente reinventando a antropologia; cada pesquisador repensando a disciplina” e se esta consiste no “resultado de uma permanente recombinação intelectual”, ocupo-me destes – e nestes – interstícios para explorar novas possibilidades epistêmicas, buscando registrar como os encontros teóricos, políticos e afetivos que vivenciei durante este processo modificaram substancialmente minhas experiências pessoal e antropológica.

Compartilhando do posicionamento de Haraway (1995) de que todo conhecimento será sempre parcial e limitado, levo em conta neste trabalho a “objetividade corporificada e feminista”, objetividade que se revela em relação à

“corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades” (ibid., p. 21). Posicionar-se, portanto, é assumir uma perspectiva crítica e com ela as responsabilidades e riscos envolvidos no que se produz, bem como sobre seus efeitos. Ao situar-me enquanto mulher cis, branca, heterossexual e feminista, demarco meu lócus de enunciação e, ao mesmo tempo em que delimito um lugar de fala, abro também outras possibilidades dialógicas a partir dele. As vantagens de um conhecimento assim produzido, conforme Haraway assinala, estão nas “possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece”. Assim sendo, ela conclui, “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar particular” (ibid., p. 33).

Porém, Bonetti (2007) ressalta que produzir conhecimentos antropológicos sobre o Outro – mesmo que sejam críticos, parciais e arbitrários – é exercer também uma forma de poder, dadas suas potencialidades como instrumento poderoso de exotização desse Outro. Assumir tais premissas, segundo a autora, é adotar uma postura política frente à produção do conhecimento e lidar com as diversas dimensões de poder implicadas nas pesquisas e análises antropológicas. Neste sentido, uma antropologia influenciada pelo ponto de vista feminista deve estar atenta tanto para o posicionamento do/a pesquisador/a quanto para as relações de poder imbricadas nas trocas que este/a estabelece com o/a pesquisado/a. Ela aponta como implicações destas transformações metodológicas “a busca pela manutenção de uma postura crítica sobre o trabalho de campo, a transformação das noções convencionais sobre pesquisa qualitativa através da imaginação e a luta por projetos e coalizações politicamente significativas” (PANAGAKOS, 2004 apud BONETTI, 2007, p. 23), o que contribui para o fortalecimento de uma antropologia adjetivada enquanto feminista, a afirmação do “feminista” consistindo em “uma atitude política de positivar e desvelar o político na produção do conhecimento antropológico” (ibid., p. 245). Se a antropologia, conforme salientou Peirano (2014), carrega consigo um caráter de (re)feitura, sendo renovada nos e pelos materiais que analisamos – sejam eles eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos – aproveito-me dessa condição de possibilidade para pensa-la através dessas perspectivas críticas, de modo a colaborar para a reflexão de conhecimentos mais engajados.

Logo que iniciei minhas incursões etnográficas sobre o tema das travestilidades e transexualidades, há cerca de cinco anos quando ingressei no Nuh/UFMG, acredito que meu conhecimento operava, principalmente, via sentimentos de empatia, seja na acepção de “se imaginar no lugar do outro”, seja na de se “identificar com ele”, por meio de uma afetividade compartilhada (FAVRET-SAADA, 2005). Esta foi uma perspectiva especialmente relevante tanto para o que viria a se transformar em um certo ativismo (e construção de redes solidárias em torno daquelas causas), quanto para a proposição de certas reflexões no espaço acadêmico. Embora considere a empatia fundamental na produção de um conhecimento mais engajado e na produção de relações mais afins entre os sujeitos (pesquisadores/as e interlocutores/as), permitindo, desta forma, uma efetivação daquelas coalizações “politicamente significativas”, mencionadas por Bonetti (2007), tenho observado também, com certa reserva, sua utilização como fonte exclusiva e “inesgotável” de reivindicação e legitimação de saber(es) que não se submetem ao crivo de uma autocrítica mais eficiente. Esta é uma reflexão que tem me acompanhado nesse “devir” pesquisadora, tendo sido provocada em mim através dos encontros etnográficos que vivenciei, sejam eles com pessoas, textos, eventos e/ou situações aleatórias. As “afecções” experimentadas em campo, nos termos de Favreta-Saada (2005), tornaram-se um potente dispositivo metodológico que me possibilitaram comunicações não previstas e bastante profundas durante esse processo, mudando o próprio curso de minhas análises. Ser afetado supõe, aliás, que se assuma o risco de ver o próprio projeto de nosso conhecimento se desfazer, mesmo porque um projeto de conhecimento onipresente não permite tal tipo de aventura (ibid.).

Essas comunicações, não apenas com as interlocutoras dessa pesquisa, mas também com outros/as amigos/as, colegas de curso, companheiros/as de vida, pessoas transexuais e travestis engajadas em desnudar os processos cisnormativos que estabelecem colonialidades do poder, do saber e do ser³², (re)produzindo violências sociais, institucionais e epistêmicas sobre sujeitos inconformes às normas – e, nesse

³² O conceito de colonialidade do poder foi originalmente desenvolvido por Aníbal Quijano e busca denunciar como relações de colonialidade não findaram com a destruição do colonialismo. Neste sentido, esse conceito passa a se referir não a uma prática específica, mas a uma “colonização do imaginário dos dominados” (1992, p. 12). Grosfoguel (2002, 2008), desenvolve este argumento, apontando como ele se relaciona com hierarquizações múltiplas que entretecem e constituem o sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno. Segundo este autor, o patriarcado europeu e as noções europeias de sexualidade, epistemologia e espiritualidade foram exportadas para o resto do mundo através da expansão colonial, transformadas em critérios hegemônicos que passaram a classificar, racializar e patologizar a restante população mundial.

caso em específico, àquelas normas heterossexual-binárias (VERGUEIRO, 2014, 2015; DUMARESQ, 2016) – foram essenciais para que eu pudesse rever, constantemente, de que lugar, de que modo e com quais intenções esta etnografia vinha sendo produzida. Ressalto que a leitura que faço dessas interpelações apresenta-se em conformidade com aquilo que Goldman (2003) caracteriza como uma “desterritorialização sofrida em campo” – em decorrência daquelas afecções – e que, ao ser revivida durante a escrita etnográfica, pode encontrar um novo solo onde se reterritorializar, ao passo em que essa reterritorialização só foi possível, eu acredito, através do exercício de uma escuta mais receptiva às críticas endereçadas a nós – pesquisadores/as cisgêneros/as que se dedicam a estudos no campo das identidades de gênero.

O trabalho de Vergueiro *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* (2015), foi um dos mais provocativos nesta questão, sua discussão sobre o processo de “humanização” das populações cisgêneras a partir de seu contato com o universo trans tendo me “afetado” profundamente, levando-me a refletir como esta suposta “humanização” – que se vale dos “objetos” trans para se constituir, através do que autora define como “atitudes de condescendência e exotificação” – trabalha para a estabilização de posições de poder e influência que estas populações têm sobre aquelas atravessadas por diversidades corporais e de gênero. “Condescendências, exotificações e posições que caracterizam”, segundo Vergueiro (2005, p. 101), “colonialidades do saber e consequentes injustiças epistêmicas contra estas diversidades”. Foi principalmente a partir de provocações como esta que passei a questionar este projeto etnográfico, bem como as possíveis “limitações” da própria empatia. Neste último caso, o que foi se tornando evidente é que quando esta não se combina a posturas mais críticas e autorreflexivas sobre as práticas discursivas acadêmicas, corre-se o risco de esvaziar sua potencialidade na construção de alianças e presenças crescentemente diversas e afetivas, transformando-as, ao contrário, em “falsas generosidades” e “boas intenções” que apenas reiteram utilizações colonialistas dessas experiências diversas (ibid.). Assim sendo, se a antropologia, por si, já carrega o peso tendencioso da exotização do Outro, apenas uma maior disponibilidade às interpelações colocadas pela(s) alteridade(s) poderá renovar a disciplina e contribuir para o desenvolvimento das sensibilidades éticas dos/as pesquisadores/as (SEGATO, 2006).

Em um longo percurso, marcado por (des)encontros teóricos, esta dissertação foi sendo tecida. A comunhão proposta entre diferentes autores/as, perspectivas e proposições reflete menos a busca pela execução sistemática de um projeto previamente definido que meu próprio “devir-pesquisadora”, marcado por coalizões, rupturas, afecções, afetividades e (in)satisfações que foram me des-re-territorializando³³. Desta forma, referenciais feministas (que prezam por uma leitura interseccional das diferenças), *queer* e trans se combinam em um *bricoleur* intelectual (PEIRANO, 2014), sua justaposição evidenciando uma estrutura complexa das colonialidades do poder³⁴, que se traduzem na produção de hierarquias em torno das experiências de gênero e sexualidade e do próprio curso de vida dos sujeitos. Destaco que um ponto em comum entre essas perspectivas é a forma como a identidade é conceituada. Em todas elas, os sujeitos não são compreendidos como entidades “fixas” “estáveis” e “unitárias”, mas em constante fluxo, em uma perspectiva processual. A identidade, portanto, torna-se dinâmica, não pronta e em constante atualização.

Os teóricos *queer*, ao voltarem suas críticas à oposição binária heterossexual/homossexual e ao mostrar como ela constitui um regime de poder/saber que molda a ordenação dos desejos, dos comportamentos e das instituições sociais (LOURO, 2004), bem como ao apontar para o caráter performativo do gênero e discursivo do sexo (BUTLER, 2013), permitiram que fossem realizadas outras leituras das travestilidades, descoladas de referenciais heteronormativos, essencialistas e patologizantes. Por outro lado, as proposições trazidas por autoras trans como os conceitos de cisgeneridade, cisnormatividade e cistema (JESUS, 2014; LANZ, 2014; VERGUEIRO, 2015; DUMARESQ, 2016) tornam-se importantes ferramentas analíticas para compreendermos as opressões que marcam as experiências das travestilidades³⁵.

³³ Segundo Deleuze e Guatarri (1997, p. 224), a desterritorialização é inseparável de reterritorializações correlativas. “É que a desterritorialização nunca é simples, mas sempre múltipla e composta: não apenas porque participa a um só tempo por formas diversas, mas porque faz convergirem velocidades e movimentos distintos, segundo os quais se assinala a tal ou qual momento um ‘desterritorializado’ e um ‘desterritorializante’. Ora, a reterritorialização como operação original não exprime um retorno ao território, mas essas relações diferenciais interiores à própria desterritorialização”.

³⁴ Especificamente sobre o encontro da teoria *queer* e do pensamento decolonial, ver Pereira (2015).

³⁵ Através da convivência com amigos/as e colegas transexuais e travestis pude observar que o uso da categoria cis (e suas derivações) é bastante controverso entre eles/as. Porém, como esta foi acionada recorrentemente por algumas interlocutoras de minha pesquisa e tendo observado também, entre as autoras mencionadas, a importância estratégica de seu uso no espaço acadêmico tomo-a como componente fundamental nesta dissertação.

Nos caminhos iniciais desta pesquisa, eu partia de certas suposições a respeito das formas como as travestis experimentavam suas velhices, pensando-as como processos unívocos de sofrimento, abandono e estigma. Contudo, meus encontros etnográficos têm sido suficientemente felizes para demonstrar que, a despeito dessas dores, superações, alegrias e prazeres são também recriados cotidianamente por elas, dando outros contornos a essa experiência da velhice. Acredito que o contato com a perspectiva interseccional de algumas teóricas feministas tenha sido imprescindível para que eu pudesse reler meu projeto a partir desse outro viés.

Pelúcio (2011, p. 79) aponta para a emergência desse movimento teórico enquanto

uma crítica à miopia do feminismo vigente, voltado, segundo formularam diversas autoras, para as mulheres brancas, anglófonas, heterossexuais, protestantes e de classe média. Estas vozes periféricas se articulam também para propor uma epistemologia crítica capaz de superar as limitações teóricas expressas nos binarismos homem/mulher, masculino/feminino, homo/hetero, *West/rest*, tomados como essencializadores e biologizantes. O feminismo da diferença procura salientar que o sujeito é social e culturalmente constituído em tramas discursivas nas quais gênero, raça, religião, nacionalidade, sexualidade e geração não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais.

Foi Crenshaw (1989) quem primeiro se utilizou do termo interseccionalidade no desenvolvimento de uma crítica feminista negra. Conforme a autora discute, o tratamento de raça e gênero como categorias de experiência e análise mutuamente exclusivas é o que contribui para a marginalização das mulheres negras na teoria feminista e no discurso político antirracista. Neste sentido, a experiência interseccional, de acordo com ela, ao referir-se mais do que à soma de racismo e sexismo, proporcionaria uma compreensão mais profunda das formas de subordinação às quais as mulheres negras estão submetidas. Em uma definição mais precisa do termo, ela escreve

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (id., 2002).

Embora sua perspectiva tenha influenciado (e continue influenciando) muito positivamente outras teóricas feministas, algumas de suas fragilidades vêm sendo concomitantemente apontadas no debate sobre as interseccionalidades. Piscitelli (2008), por exemplo, ao retomar os exemplos fornecidos por Crenshaw (2002) de violências étnicas e de casta sofridas por mulheres em Ruanda, Bósnia e na Índia, critica a autora, a partir de uma perspectiva antropológica, por esta ter fundido, em sua abordagem, a ideia de diferença com a de desigualdade. Outros aspectos problematizados são os fatos de gênero, raça e classe serem pensados como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam identidades, exclusivamente vinculadas aos efeitos da subordinação social e ao desempoderamento, e também a forma como o poder é tratado nesta abordagem, sendo lido como uma propriedade que uns têm e outros não, e não como uma relação (PRINS, 2006 apud PISCITELLI, 2008).

Ainda de acordo com Prins (2006 apud PISCITELLI, 2008, p. 268), na abordagem de Crenshaw, “a interseccionalidade aparece voltada para revelar o poder unilateral das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação”, levando os sujeitos a aparecerem como “constituídos por sistemas de dominação e marginalização e, nesse sentido, carentes de agência”.

Já em uma segunda abordagem sobre as interseccionalidades, e à qual me alinho teoricamente neste trabalho, enfatizam-se as distinções entre diferença e desigualdade, a noção de articulação sendo central para a compreensão das identidades como resultado da prática articulatória entre os elementos, os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não significando que alguém será sujeito a um poder soberano, existindo algo mais que ofereceria possibilidades para o sujeito. Conforme Piscitelli (2008) sintetiza “os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação” (ibid.).

Brah e Phoenix (2004), por exemplo, irão reformular o conceito de interseccionalidade pensando-a enquanto os efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis que ocorrem quando múltiplos eixos de diferenciação se intersectam em contextos historicamente específicos. Essa perspectiva trouxe consigo um refinamento teórico da noção de diferença nos debates feministas, pois esta passou a ser pensada e mobilizada enquanto categoria analítica, podendo ser compreendida apenas

relacionalmente. É sobretudo das contribuições teórico-conceituais da feminista e socióloga indiana Avtar Brah que parto nesta dissertação, pensando, pois, a diferença como “experiência”, “relação social”, “subjetividade” e “identidade” (BRAH, 2006). Ao pensá-la desta forma, conforme alertou Pelúcio (2011, p. 80), torna-se possível articular os níveis micro e macrossocial, a fim de refletir “quais são os processos que marcam certos indivíduos e grupos como distintos e como, a partir da experiência da diferença enquanto desigualdade, os sujeitos se constituem subjetivamente”, abordagem que possibilita, portanto, uma leitura mais ampla sobre as políticas de agência dos sujeitos.

Ao acionar este conceito em minhas reflexões, pude observar como as travestis experimentam pessoal e coletivamente suas velhices, quais são os significados que atribuem a este período, além de como vão se constituindo, objetiva e subjetivamente, neste trajeto. Apenas olhando para os imbricamentos entre gênero, geração, classe, raça, sexualidade, corpo, saúde e sociabilidade, por exemplo, foi possível perceber as dinâmicas inerentes às suas constituições (experienciais, identiárias e subjetivas), bem como suas possibilidades de agência e resistência em contextos historicamente violentos e marginalizados. Aliás, uma das contribuições que me pareceu mais relevante em todo este debate é que, ao enfatizar a dimensão processual dos sujeitos, a própria agência dos sujeitos pode ser reformulada, abrindo-se espaço para pensá-la através de práticas culturais e de políticas cotidianas, em leituras alternativas que rompem com discursos vitimizantes e exotizantes que, frequentemente, congelam o sujeito subalterno em um espaço excludente e destituído de possibilidades de poder e agenciamento (ALMEIDA, 2013).

No início deste tópico, situei esta dissertação como uma formulação teórico-etnográfica, pensando, nos termos de Peirano (2008, 2014), que uma etnografia é muito mais que um método, consistindo na própria teoria vivida. Isso implica, conforme ela demonstra, em um diálogo íntimo entre teoria e etnografia – diálogo que sinto ter “vivido” intensamente durante todo este trajeto. Os referenciais teóricos em que embaso as reflexões aqui propostas de longe foram definidos previamente, sendo “encontrados” no caminho tanto por interesse quanto por necessidade, o campo me (re)orientando constantemente nessa procura.

Consiste como parte desta etnografia entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco travestis (com idades entre 39 e 68 anos)³⁶, minha participação em eventos pela visibilidade e direitos da população trans e travesti³⁷, minha participação na Pesquisa Trans entre 2012 e 2015, minha monografia (OLIVEIRA, 2014) e as reflexões emergidas dela, bem como todo este aporte teórico mencionado até aqui, configurando, a meu ver, um sinuoso, porém potente campo de observação e construção reflexiva.

Ao considerar esses “múltiplos sítios” como parte integrante deste trabalho, aproximo-me das discussões metodológicas da antropologia sob o enquadramento da pesquisa multissituada. Marcus (1995) apresenta uma revisão deste modo de pesquisa, apresentando como no atual contexto do sistema-mundo e de sua economia política capitalista, produções culturais e sujeitos estão multiplamente localizados e fragmentados, a etnografia multissituada sendo, portanto, a estratégia empírica mais adequada no mapeamento desses fluxos e descontinuidades que marcam esse objeto da antropologia nas sociedades ocidentais contemporâneas. Este método³⁸, segundo o autor, tem sido fortemente influenciado pelas perspectivas pós-modernas e tem se construído na interdisciplinaridade da antropologia com outras áreas de conhecimento, como tem sido percebido nos estudos feministas, por exemplo. Destaca-se que estas múltiplas localidades que posicionam o sujeito na contemporaneidade não são exclusivas dos “objetos” de investigação, o/a próprio/a etnógrafo/a se vendo, constantemente, em posições ambivalentes que, por vezes, o/a localizam dentro do próprio terreno que mapeia. É nesse fluxo de constantes negociações sobre sua própria identidade que o/a pesquisador/a se encontra, o que nos leva a retomar outra vez a perspectiva de Haraway (1995) para pensar na construção de saberes localizados e objetivos.

Embora tenha me utilizado de entrevistas semiestruturadas para acessar um conjunto de informações junto às interlocutoras, é preciso enfatizar que o trabalho com

³⁶ Inicialmente, minha expectativa era realizar um número maior de entrevistas. Deixei, porém, que o campo me conduzisse nesse processo, sendo através dos encontros vividos com as interlocutoras que novos nomes/sugestões iam emergindo. Embora almejasse ainda outras conversas e trocas, supus que seria extremamente difícil continuar esta busca, haja vista a própria densidade dos dados que iam se acumulando neste trajeto. Foi principalmente por este motivo que acabei me limitando a este número (de 5).

³⁷ Destaco, principalmente, a participação nos 7º, 8º e 9º Encontros Regionais de Travestis e Transexuais do Sudeste, realizados, respectivamente, em Belo Horizonte- MG (2012), Guarapari – ES (2013) e São Paulo – SP (2014).

³⁸ Embora a etnografia seja compreendida por Marcus (1995) enquanto um “método”, mantenho meu posicionamento alinhado ao de Peirano (2008, 2014) para pensar esta questão.

a memória é um aspecto central desta dissertação. Falar sobre envelhecimento significou falar também sobre infância, juventude, expectativas e frustrações e sobre como cada uma delas avalia todo este percurso. A memória, portanto, emerge como instrumento privilegiado na mediação de suas relações – comigo, com outras travestis (sobretudo mais jovens) e consigo próprias. A transmissão de lembranças por meio das “narrativas de si”, a produção de estórias alternativas através desses atos do contar, as constantes trocas intergeracionais (em uma perspectiva de aprendizado mútuo), bem como as identificações e/ou rupturas subjetivas que marcaram suas experiências (MANNHEIM, 1982; POLLAK, 1989; RAGO, 2013; SIMÕES, 2013; SABATINE, 2014) foram alguns dos aspectos fundamentais para compreender como elas se constituem no presente. Dito isso, avanço, no próximo tópico, para algumas considerações sobre os critérios metodológicos utilizados na seleção das interlocutoras, bem como os percursos percorridos junto a cada uma delas antes e durante a realização deste trabalho.

2.2. Travesti de luta

Quando optei por desenvolver este projeto, uma das questões metodológicas centrais dizia respeito aos critérios de identificação utilizados na seleção das interlocutoras. Ciente das frequentes disputas ideológicas em torno das categorizações “travesti” e “transexual” e de como este pode ser um terreno bastante ardiloso, permiti que o próprio campo me conduzisse neste processo, ao invés de partir de recortes identitários pré-defenidos e supostamente engessados. Coincidentemente, as cinco interlocutoras com quem dialoguei nesta dissertação se autoidentificavam, naquele momento, como travestis, o que acabou por facilitar algumas das reflexões e argumentos aqui apresentados.

Autores como Leite Jr. (2008), Barbosa (2010) e Carvalho (2011) discutiram os conflitos e disputas engendrados em torno destas categorias, apresentando como uma série de convenções são articuladas na produção de suas diferenças³⁹. Essas convenções, segundo apontam, se expressam tanto pelas experiências de gênero, sexualidade, classe, raça/cor e geração quanto pela apreensão (e reelaboração), por parte dos sujeitos, de

³⁹ É preciso destacar, porém, que enquanto Leite Jr. (2008) reflete a construção das categorias travesti e transexual no discurso científico, Barbosa (2010) e Carvalho (2011) analisam essa construção e a produção de suas diferenças a partir dos contextos políticos e de militância trans/travesti.

concepções médico-psiquiátricas produzidas historicamente nos/pelos discursos científicos⁴⁰. Embora pelo senso comum – e mesmo por parte de travestis e transexuais – essa diferenciação possa ser lida em termos do maior ou menor grau de desconforto com relação ao órgão genital e ao possível desejo de modifica-lo, onde as transexuais seriam aquelas levadas a procurar por cirurgias de transgenitalização, percebe-se que o posicionamento dentro de uma ou outra dessas categorias é muito mais complexo do que se poderia estabelecer *a priori*, complexidade que não diminui, entretanto, sua ênfase nessas diferenciações. Sobre os emaranhados de definições, representações e classificações, Vencato (2003) comenta, situando também as experiências das *drag queens* que

a diferenciação entre um e outro grupo é constantemente requerida por esses sujeitos, que não pretendem confundir-se, mas, ao contrário, buscam uma espécie de diferenciação dentro da diferença, uma vez que o transvestismo enquanto fenômeno está longe de ser uma norma em nossa sociedade e mesmo dentro do universo homossexual (ibid., p. 191).

Esta etnografia foi um profícuo campo para esta reflexão, os elementos acionados pelas interlocutoras em suas diferenciações enquanto travestis apresentando-se bastante afeitos aos argumentos propostos por aqueles autores. Entre elas, tanto os desconfortos com relação ao órgão genital e as supostas associações entre travestilidade e prostituição – transformando a distinção conceitual entre travestis e transexuais em uma diferenciação sócio-moral (Leite Jr., 2008) – foram acionados como justificativas para suas autoidentificações, quanto suas próprias trajetórias biográficas, conferindo um sentido político e historicamente relevante para a categoria travesti. Conforme uma das interlocutoras comentou: “travesti é um nome de luta e esse era o único nome que eu conhecia! Então eu nunca vou deixar de usar ele... nunca!”. Outra interlocutora trouxe uma interessante reflexão sobre esse aspecto, pois, em 2014, quando realizei minha monografia, eu a havia entrevistado e, naquela ocasião, ela se identificara como

⁴⁰ Segundo Leite Jr. (2008), o “transexualismo” teria se formado a partir do “travestismo” no discurso científico, como uma variação deste, adquirindo, depois, uma *nosografia* e caracterização próprias. O autor aponta que é principalmente com os estudos de Harry Benjamim (1953, 1954) que essas diferenças se tornarão mais rígidas, *o profundo desejo de mudar o estado sexual* marcando a experiência das/os “verdadeiras/os” transexuais. Esta lógica taxonômica estabelece, dentro do discurso científico, uma aproximação cada vez maior da transexualidade à patologia (que pede intervenção) enquanto a travestilidade vai sendo identificada no campo das *perversões* e *parafilias*. É interessante refletir aqui como muitas vezes esses discursos são acionados pelas travestis/transexuais e reelaborados em suas narrativas, os estudos de Barbosa (2010) e Carvalho (2011) sendo excelentes exemplos desse agenciamento discursivo. É possível concluir que as frequentes diferenciações em termos de *doidas e putas* constituem um reflexo de como tais enunciados científicos criam modos de ser, pensar e performatizar.

transexual. Passados dois anos, em nova entrevista, ao questionar sobre sua identificação, ela me deu a seguinte explicação:

Olha... sempre éramos travestis, depois a gente teve conhecimento da transexualidade e eu comecei a me apresentar como transexual, mas, depois, em rodas de conversa, a gente com algumas travestis mais idosas, a gente começou a questionar se a gente, ao deixar de se apresentar como travesti, a gente não tava higienizando toda uma história da gente, questão de política mesmo... então voltei a me identificar como travesti.

O que se observa nesses relatos, portanto, é que o que está em jogo nesta reivindicação identitária é o reconhecimento de contínuas lutas que marcaram suas experiências pessoais e coletivas. Uma vez que a maioria das interlocutoras nasceu entre 1948 e 1957, suas vivências estiveram entrelaçadas a eventos que impactaram profunda e diretamente a construção de seus reconhecimentos social e político no país. Entre os três eventos apontados no capítulo anterior como mote aglutinador das experiências geracionais de *travestis das antigas* e/ou da *velha guarda*, dois deles pareceram ganhar maior relevância nos discursos aqui presentes: as torturas e perseguições policiais sofridas durante a ditadura militar e o conjunto de perdas, violências e processos de estigmatização que viveram em função da epidemia do hiv/aids no Brasil⁴¹.

Partindo das considerações de Simões (2013) de que narrativas são formas de dar sentido às vivências e expressam rupturas subjetivas que marcam experiências e pertencimentos a um momento e lugar particular, de uma geração em relação às outras

⁴¹ Um terceiro evento que apareceu em outras etnografias como demarcando fronteiras geracionais entre travestis foi sua participação nos antigos bailes de carnaval (Siqueira, 2004, 2009; Antunes, 2013). Este não foi um denominador comum em meu estudo e acredito que se deveu tanto a uma questão propriamente temporal – já que esses bailes tiveram sua maior profusão entre as décadas de 1950 e 1960 – quanto geográfica. Diferentemente da expressividade, ressaltada por Green (2000), das travestis nos bailes carnavalescos ocorridos neste período na cidade do Rio de Janeiro – sendo o mais famoso deles o *Baile dos Enxutos* – sua participação nesses eventos no contexto belo horizontino parece ter sido marcada por maiores resistências e perseguições dos ditos “guardiões da moral e dos bons costumes”. O doutor em estudos literários pela UFMG, Luiz Morando, publicizou recentemente em seu perfil do *Facebook* parte de seu acervo sobre as histórias de populações LGBT na capital mineira, apresentando as investidas sem sucesso de certos grupos em realizar bailes desta natureza décadas atrás. Recuperando uma notícia veiculada pelo *Diário da Tarde*, em fevereiro de 1959, intitulada “Gorou o baile de carnaval dos ‘enxutos’ da cidade”, a reportagem mencionava que, em Belo Horizonte, “tentaram imitar os ‘coleguinhas’ do João Caetano (lugar onde era realizado o *Baile dos Enxutos* carioca), mas a polícia cortou a ‘festinha’ pela raiz”, demonstrando o caráter retaliativo da polícia naquela época. Partindo dos documentos de seu arquivo, o literato aponta ainda para outra tentativa de realização da festividade – agora com sucesso – que ocorrera quase uma década mais tarde, e que fora noticiada pelo *Diário de Minas*, em fevereiro de 1967. Desta vez, o título da reportagem era “Travestis fazem seu baile fechado na Boite Financeira com três bandinhas”. Embora também ciente de que nem todas as interlocutoras desta pesquisa residissem em Belo Horizonte na época relatada, trazer tais considerações nos permite vislumbrar – mesmo que superficialmente – um contexto mais amplo de ocupações e construções de espaços de (re)existência em meio ao cenário de conservadorismo mineiro. As imagens das reportagens constam em anexo neste trabalho.

gerações, o que se observa é que, de fato, ao discorrerem sobre suas autobiografias, as interlocutoras vão se (re)construindo em contraposição às *novinhas*, conforme se verifica nos seguintes relatos:

“Hoje é tudo mais fácil, né? Por isso não podemos abrir mão dessa palavra travesti... Elas encontram tudo mais fácil, com uma liberdade muito maior! Já encontram um caminho construído, algumas políticas públicas já...” (Sissy)

“No nosso tempo era terrível! Era muita tortura, muita violência! Hoje tudo mudou, tá outra coisa! Acabou a vadiagem, surgiram os direitos humanos... Mas se não fosse a gente, até hoje elas iam tá correndo de polícia!” (Zoraide)

“Porque hoje o que elas passam na rua, o que elas enfrentam é mamão com mel! Porque na minha época era polícia espancando, era cachorro avançando na gente, agressão e agressão por causa de tanto preconceito! Hoje é diferente! Nós abrimos as avenidas pra elas...” (Suzuky)

Apesar de a violência ser ainda um denominador comum em suas trajetórias, seus discursos parecem apontar para expressões mais sutis desse fenômeno na atualidade, sobretudo quando seu principal agente perpetrador é a polícia. Elas rememoram a atuação desta instituição caracterizando-a, no contexto mineiro, como sendo “a mais truculenta e violenta de todas”, uma delas tendo comentado que seu “pior inimigo era a polícia e a violência mais temida a que vinha dela!” Assassinatos, torturas e espancamentos policiais, naquela época, figuram como parte da violência cotidiana em suas narrativas. Por sucessivas décadas, esta perseguição esteve respaldada no Decreto-Lei 3.688/41 (BRASIL, 1941) que, conforme suas disposições, previa a apreensão por crime de vadiagem, categoria penal que incluía as travestis profissionais do sexo naquela época. Atravessando todo o período da ditadura militar e se estendendo até mais precisamente o final da década de 1980 – embora não revogada atualmente⁴² – esta contravenção penal implicou em uma reescrita de suas vivências, ajustadas às imposições violentas desse discurso. Como mecanismo de resistência (e mesmo de sobrevivência), elas desenvolveram a prática de se cortar quando eram detidas nas Delegacias de Vadiagem, forma encontrada para barganhar por libertação. Referindo-se a esse período como os *tempos do gilete na boca*, elas escondiam giletes na gengiva para se defender da repressão policial e de possíveis ataques contra elas. Ao trazer esta situação durante as entrevistas, as respostas foram semelhantes entre aquelas que exerciam trabalho sexual na época:

⁴² Esta lei ainda é utilizada, porém para casos de menor potencial ofensivo como, por exemplo, perturbação do sossego. A pena privativa não vigora atualmente neste dispositivo, tendo sido substituída pela pena de multa e de prestação de serviços à comunidade.

“Olha aqui minhas cicatrizes! Isso é porque a gente não aguentava mais a perseguição e se atracava com eles e se cortava toda! Colocava o gilete na boca, aqui assim na gengiva, e aí já era! Levavam a gente pro pronto socorro pra dar ponto, mas aí a gente quebrava o pronto socorro todinho também! (risos) Proibiram! Não levavam mais! Aí... toda cortada e tudo, cheias de sangue, eles xingavam e mandavam a gente sumir! Era a conta de chegar em casa, lavar e mal mal já tava na rua de novo! Só assim pra gente conseguir batalhar⁴³!” (Zoraide)

Eu me cortei muito!!! Eu acho que a polícia pensava assim “se essa travesti tá cortando ela, imagina que que vai fazer comigo! É doida, né?” Então salvava-se quem pudesse! E a gente se cortava mesmo, pois se prendesse a gente, a gente não aguentava de tanto tomar choque e ser violentada! (Sissy)

Se, durante o período anterior à emergência do hiv, esta prática já era comum entre elas, a eclosão de seu quadro epidêmico no Brasil atualizou seu significado. Neste novo contexto, o ato de se cortarem passou a ser visto pelos policiais como eminente ameaça de contaminação, sobretudo devido aos processos que estigmatizaram esta população no enquadramento “grupo de risco”. A manipulação do estigma discutida por Goffman (1988) parece ganhar, neste contexto, uma enorme relevância pragmática.

Antes de avançar, porém, gostaria de destacar que, embora a violência “possa” ter se dissolvido em outros canais e mecanismos coercitivos e de violações, ela se mantém ainda presente nas experiências desta população. Prado et al. (2016), por exemplo, apresentaram recentemente uma caracterização dos tipos de violência praticados contra travestis e transexuais no contexto belo horizontino, demonstrando um ciclo sistemático entre estas, o silenciamento de instituições públicas e a estreita inteligibilidade dos agentes públicos para compreender questões de gênero, o que tem caracterizado “uma política de extermínio bastante voraz contra pessoas trans” (ibid., p. 261). Jesus (2013) também aponta para a gravidade desse quadro, mostrando que o contexto de violência letal contra as pessoas trans no Brasil pode ser designado como um verdadeiro genocídio. Deste modo, embora seja fundamental reconhecer o pioneirismo da *velha guarda* nesses enfrentamentos, bem como suas conquistas, não se pode subestimar a condição de permanência que tem marcado esse grave quadro social.

A segunda questão, já mencionada, que também reúne suas experiências e identificações em torno de um eixo comum, refere-se à epidemia do hiv/aids no Brasil e os efeitos perversivos desta. Através do acionamento das memórias dolorosas sobre esse processo, elas também mostraram se construir narrativa e subjetivamente no presente

⁴³ A expressão *batalhar* é utilizada pelas travestis/transexuais para se referirem à prática do trabalho sexual.

em contraposição às *novinhas*. Ser travesti, pra elas, significou ter resistido e enfrentado todas as dificuldades imputadas pela ameaça e letalidade do vírus. A hostilidade com que foram tratadas nos discursos sociais, midiáticos e mesmo políticos, configurou sobre elas um quadro estigmatizante, produtor de violências que as impactaram profundamente. Algumas de suas falas fornecem uma breve dimensão desse processo:

“Muitas amigas minhas se foram por causa da aids! E pior é que tinha homem que vinha e batia nas bichas. Falava que as bichas tinham botado aids neles. Horrível! O povo dizia que a gente tava passando aids pros outros. Tinha gente que passava, cuspiam na gente! Até escreviam no muro da casa das bichas ‘poço de aids! Sai fora aidética! Vai embora daqui aids!’ Um monte de coisas desse tipo!” (Anyky)

“Menina, você não imagina que coisa horrorosa foi! A gente pisava nos ônibus eles já começavam a gritar lá no fundo ‘a aids tá entrando’!” (Zoraide)

Essas narrativas revelam como o dispositivo da aids (PERLONGHER, 1987; PELÚCIO, MISKOLCI, 2009) atuou produzindo uma “nova espécie”, a categoria do/a “aidético/a” emergindo enquanto identidade estigmatizada. Conforme apontou Valle (2002, p. 185),

a categoria implicava a objetividade e a violência simbólica dos significados culturais de doença e morte, compreendidos num modo bastante negativo e associado com devastação corporal e uma finitude não desejada. Finalmente, o aidético era aquele que tinha passado sobretudo por uma trajetória moralmente condenada.

Ao mesmo tempo, o delineamento de um sujeito travesti no campo político ocorreu impulsionado pela atenção às DST/aids, aliado aos discursos e práticas de movimentos sociais, dando contorno a certo “ator coletivo” (SABATINE, 2014). Assim como Simões (2013) aponta ao discutir experiências geracionais e de envelhecimento de homens gays, não é possível compreender o desenvolvimento de uma linguagem de direitos para esta população, desconsiderando o efeito de toda a rede de solidariedade que se rearticulou em resposta à aids. No caso das travestis, também foi em torno das demandas iniciais de prevenção às DST/aids que os grupos voltados ao reconhecimento e promoção de seus direitos foram se fortalecendo – sobretudo através dos Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais na luta contra a Aids (ENTLAIDS), que passaram a ocorrer em 1993 – expandindo, paulatinamente, suas reivindicações com relação a outras pautas. Se a experiência, tal como é compreendida neste trabalho, não se refere a algo que os indivíduos possam ter, sendo, antes, aquilo que os constitui enquanto sujeitos, experienciar todo esse processo implicou, evidentemente, em (re)elaborações

de si e de suas relações e afetividades. Neste sentido, conforme Sabatine (2014) argumentara, a angústia coletiva vivida pelas travestis mais velhas frente à aids, por exemplo, também as levou a adquirir competências para lidar com o sofrimento e o medo. Retomarei esta discussão mais à frente, quando proponho pensar nas práticas de cuidado intergeracional, minha intenção neste momento sendo apenas ressaltar como o dispositivo da aids produziu assujeitamentos, mas também resistências e ressignificações.

Ao se voltarem reflexivamente para o passado, as interlocutoras desta pesquisa demonstraram como a memória atua na reconstrução de suas identidades e subjetividades, o sentido da categoria travesti sendo, por isso, constantemente atualizado no decurso de suas narrativas. A partir desses relatos, verifica-se que a demarcação desta categoria figura não apenas como objeto de discursos sociais, mas também como amplo tema de mobilização política entre elas (BRAH, 2006).

Por fim, reitero como a travestilidade, tal como acionada pelas interlocutoras, traz consigo um histórico de lutas, resistências e cicatrizes (memoriais e corporais), demarcando não apenas uma experiência coletiva, mas também uma fronteira geracional. É no ato de (re)afirmação constante desta trajetória que elas pareceram construir não só sentimentos de pertencimento como também uma certa autoridade diante das mais novas. Mais que uma questão metodológica, portanto, essas dinâmicas de diferenciação identitária emergiram nesta etnografia como intrinsecamente relacionadas à própria discussão sobre o envelhecimento e experiências geracionais neste universo.

No tópico seguinte, finalmente, apresento aos/às leitores/as, pontualmente, cada uma das interlocutoras deste trabalho.

2.3. Interlocutoras e percursos etnográficos

“Vem por aqui” — dizem-me alguns com os olhos doces
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: “vem por aqui!”
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali...
A minha glória é esta:
Criar desumanidades!
Não acompanhar ninguém.

— Que eu vivo com o mesmo sem-vontade
 Com que rasguei o ventre à minha mãe
 Não, não vou por aí! Só vou por onde
 Me levam meus próprios passos...
 Se ao que busco saber nenhum de vós responde
 Por que me repetis: “vem por aqui!”?
 Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
 Redemoinhar aos ventos,
 Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
 A ir por aí...
 Se vim ao mundo, foi
 Só para desflorar florestas virgens,
 E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
 O mais que faço não vale nada.
 (...) Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém!
 Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;
 Mas eu, que nunca principio nem acabo,
 Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.
 Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,
 Ninguém me peça definições!
 Ninguém me diga: “vem por aqui!”
 A minha vida é um vendaval que se soltou,
 É uma onda que se alevantou,
 É um átomo a mais que se animou...
 Não sei por onde vou,
 Não sei para onde vou
 Sei que não vou por aí!”
 (Cântico Negro, poesia de José Régio)

2.3.1. Anyky Lima

Anyky nasceu no Rio de Janeiro, no bairro Padre Miguel, em 26 de setembro de 1955. Ela se autoidentifica como travesti, heterossexual, branca e de classe popular e seu grau de escolaridade é ensino fundamental incompleto. É solteira e vive em uma casa na região noroeste de Belo Horizonte, que divide com outras travestis e transexuais. Ela também administra uma pensão, localizada proximamente a sua casa, onde aluga quartos para outras *meninas*⁴⁴, principalmente vindas de fora da cidade⁴⁵. Anyky é presidenta do Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (Cellos - MG), representante da terceira idade pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), ativista e militante na causa LGBT.

⁴⁴ Meninas é uma expressão muito comum entre as travestis e transexuais para se referirem umas às outras, sobretudo àquelas mais jovens. Ao longo destes anos, acabei me habituando a utilizar

⁴⁵ Em janeiro de 2017, Anyky me relatou ter “entregado” a pensão, uma vez que não conseguira manter as despesas. Conforme me contou, as *meninas* que viviam na “casa de baixo” (modo como ela se referia à pensão, já que se localizava há alguns metros abaixo de sua casa), tinham se mudado para viver com ela na “casa de cima”.

Conforme relata, aos sete anos de idade ela já não se identificava com seu irmão, em termos do gênero masculino, “sentia que havia algo errado”, tendo sido expulsa de casa aos doze anos. Ela conta que por quase um ano viveu na rua, vagando por diferentes regiões do Rio, como a Estação Central e Madureira, tendo começado a *batalhar* já nessa época. Foi no convívio com outras *bichas* que ela foi se fazendo na travestilidade, as *madrinhas* tendo sido figuras essenciais neste processo, tanto nas indicações sobre hormonização e transformação do corpo quanto em seu deslocamento para outras regiões do país, onde poderia *fazer a vida*. Aos treze anos de idade ela chegou em Vitória (ES) com duas *bichas* e por lá permaneceu durante muitos anos, *batalhando* e *se fazendo*. Após um relativo período fora do Rio ela voltou à sua cidade natal e foi nesse momento, ela conta, que começou a trabalhar com costura, incentivada por um companheiro da época, que lhe comprou algumas máquinas para exercer a atividade. Foi também neste período que ela terminou de *se fazer*, *bombando* peito, quadril e bumbum, já por volta dos seus 21 anos.

Foi mais ou menos há cerca de 32 anos que Anyky veio pra Minas Gerais, tendo chegado, primeiro, em Diamantina, onde viveu por dois anos, mudando-se em seguida pra Belo Horizonte. Durante esta época, Anyky também exerceu o ofício de *bombadeira*⁴⁶, esta tendo sido uma importante fonte de rendimento durante muitos anos, até começar a administrar a pensão. O convívio com outras travestis/transsexuais fez parte de toda sua trajetória, já que seus vínculos com a família “de sangue” são praticamente inexistentes. Atualmente, junto às *meninas* com quem convive/conviveu ela ocupa um lugar de reconhecimento, sendo frequentemente chamada de *tia/mãe* pela maioria delas⁴⁷.

Nós nos conhecemos no início de 2012, quando passei a integrar o Nuh/UFMG e a desenvolver a Pesquisa Trans. Anyky foi uma das principais responsáveis pela idealização deste projeto e atuou junto à equipe tanto na construção do questionário sociodemográfico aplicado, prestando-nos constantes consultorias, quanto intermediando nossas inserções em campo e aproximação junto às travestis e

⁴⁶ As *bombadeiras* são travestis, comumente mais velhas, que detêm o saber das técnicas de aplicação do silicone industrial (*bombaço*). Seu ofício é prestigioso entre elas, sendo frequentes comentários a respeito da eficiência e legitimidade de sua prática na arte de *fazer corpos*.

⁴⁷ Uma das primeiras vezes que pude observar essa relação de forma mais expressiva foi em seu aniversário de 57 anos, quando as travestis/transsexuais que viviam com ela naquela ocasião contrataram um carro de telemensagem para prestar-lhe uma homenagem. A mensagem de aniversário escrita pelas *meninas* e lida no alto falante trazia frequentemente os termos *tia* e *mãe* de forma bastante afetuosa para se referir à ela.

transexuais, alvos da pesquisa. Sendo presidenta do Cellos - MG, ativista e militante na causa LGBT, além de proprietária da pensão, sua ampla rede de contatos foi fundamental para a efetivação de nosso trânsito em espaços sociais, institucionais e políticos constituídos por (e para) a população trans e sem os quais aquela pesquisa teria se tornado praticamente inviável.

Recordo ainda do nosso primeiro encontro em uma das reuniões semanais do Nuh, ocorridas numa sala do segundo andar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Era uma segunda-feira – dia definido para nossas reuniões – e assim que acessei o corredor do segundo andar avistei Anyky ainda de longe. Ela estava sentada num banco de concreto, ao lado de fora da sala, e fumava um cigarro enquanto conversava animadamente com as pessoas ali presentes. Como não tínhamos sido apresentadas ainda, lembro que assim que a avistei fiquei curiosa sobre sua presença, imaginando quem seria aquela senhora e o que fazia ali. Pensei a princípio ser parente de alguém da equipe, mãe, avó, não sei, e só quando fui apresentada formalmente à ela compreendi, com surpresa, que se tratava de Anyky Lima. Confesso que sua *passabilidade*⁴⁸ causou-me, a princípio, certa confusão, levando-me ao deslocamento das minhas próprias expectativas (equivocadas) com relação à performatividade das travestis mais velhas e/ou idosas. De aí em diante, nossos encontros tornaram-se bastante frequentes, o compartilhamento de certas vivências tendo sido essencial no estreitamento de nossa relação.

Pra além do constante contato via pesquisa, a participação conjunta em certos encontros, festividades e mesmo em ocasiões casuais aproximou-nos ao longo desses cinco anos. Poderia mencionar entre esse conjunto de situações as numerosas reuniões promovidas junto a instituições públicas pela defesa dos direitos humanos e cidadania LGBT em Belo Horizonte, a participação nos 7º e 8º Encontros de Travestis e Transexuais da Região Sudeste, acontecidos, respectivamente em Belo Horizonte e Guarapari (ES), as rodas de conversa, debates e demais eventos pela visibilidade trans,

⁴⁸ Tiago Duque (2013) discute o conceito êmico de *passabilidade* caracterizando-o como um regime de visibilidade/conhecimento que revela normas e convenções sociais que prescrevem performances de feminilidade e masculinidade, conferindo-lhes reconhecimento. Segundo o autor, a constituição do passar por “se dá via a agência dos interlocutores diante de uma diversidade de elementos como a materialidade do corpo, uma legitimidade dos documentos legais, a localidade espacial em que se encontram e a forma como se aprendeu a revestir o corpo, mas, sobretudo, porque há interação com os outros, os olhares dos outros” (p. 8). No caso de Anykky, sugiro esta passabilidade frente à confusão que sua performance muitas vezes provoca entre as pessoas, conforme ela mesmo ressaltou em nossa entrevista. Este elemento será explorado mais à frente, nesta dissertação, cabendo neste momento salientar como sua figura – tão próxima à de uma senhora idosa – gerou-me a princípio esta confusão que menciono.

celebrações de aniversário, natal e outras datas comemorativas, além, é claro, das fortuitas visitas e/ou ligações que estabelecemos neste período.

Contudo, não poderia deixar de ressaltar um evento em particular, o qual acredito ter reposicionado, de certa forma, nossa relação, atualizando-a no próprio campo das afetividades, já que novos contornos e significados passaram a compor nossas interlocuções, sempre em referência ao ocorrido.

Tínhamos acabado de sair de uma reunião na Casa de Direitos Humanos (CDH), localizada no centro da cidade, e como estava de carro ofereci a ela uma carona até sua casa. Dirigindo em uma rua bastante movimentada da região central fui surpreendida por um homem que, aproveitando que o semáforo havia fechado pros motoristas, aproximou-se do carro e forjou um assalto, pedindo que eu entregasse meu celular ao mesmo tempo em que ameaçava me ferir, caso não o fizesse. Ao perceber o que se passava e vendo minha falta de reação, Anyky começou a gritar ameaçando sair do carro e ir até ele, ao mesmo tempo em que o chamava de louco por querer “*assaltar travesti!*”⁴⁹. Na mesma hora, o homem saiu apressado e ao mesmo tempo em que eu ria com Anyky permanecia assustada com o ocorrido, o que acabou me fazendo confundir a saída desta via e a cometer uma certa “barbearagem”, gerando uma enorme confusão no trânsito, enquanto os motoristas buzonavam e nos dirigiam alguns xingamentos. Ainda na defensiva, Anyky se pôs a gritar com os outros motoristas pela janela, devolvendo no mesmo tom as provocações direcionadas a nós, enquanto eu tentava corrigir meu trajeto para, finalmente, sair daquele completo caos. (Trecho diário de campo, agosto de 2014)

Passada a adrenalina, divertimo-nos muito com o ocorrido e desde então passei a ocupar em sua memória o lugar da “louca do carro”, forma como ela passou a se referir a mim em tom de brincadeira. A importância em trazer esse evento, a meu ver, é pela forma como ele reajustou nossa relação a partir dessa especificidade, permeando-a com uma certa jocosidade, antes não tão evidente.

Nosso contato estreitou-se durante a elaboração da minha monografia, ainda em 2014. Partindo do método da história oral, acabei tendo acesso a um conjunto de informações até então desconhecidas por mim sobre o percurso biográfico de Anyky, ao mesmo tempo em que compartilhei com ela minha trajetória individual, minhas vivências atuais, além de também tê-la apresentado à minha família em determinada ocasião, o que, em conjunto, acredito ter tornado nossa relação um tanto mais íntima. Assim, informações frequentes sobre meus familiares, bem como sobre situações de seu cotidiano e de suas relações passaram a integrar recorrentemente nossos diálogos.

⁴⁹Tal tipo de enunciação pode ser pensada à luz da ideia de “manipulação do estigma” de Goffman (1988), uma vez que o que se observa é a utilização, por parte de Anyky, de um subterfúgio que remete aos preconceitos frequentemente associados às travestis. A associação entre estas e a um suposto “perigo” e “marginalidade” não é algo raro de se encontrar nos discursos sociais.

Ao longo de 2015 tivemos encontros mais esporádicos, embora não menos significantes, devido à própria indisponibilidade de agenda – já que, no mestrado, este foi um ano voltado exclusivamente às exigências do programa como o cumprimento de disciplinas e eventos presenciais. Ainda assim, realizei algumas visitas a sua casa, almocei com ela algumas vezes, além de ter recebido um convite muito especial pra acompanhá-la em uma comemoração de natal realizada por um grupo religioso perto de sua casa.

No ano de 2016 foi quando me propus, de fato, a retomar minha rede de contatos para o desenvolvimento desta pesquisa, o que significou uma reaproximação junto a ela e às demais interlocutoras que constroem comigo este trabalho. Assim, ao longo desse ano, encontramos-nos em variadas situações, trocamos mais por telefone, e realizamos a entrevista que estrutura grande parte das análises aqui presentes. Foi assim que no dia 19 de agosto entrei em contato por telefone com Anyky e agendamos nosso encontro, em sua residência. No meio da semana, ela ainda me telefonou para confirmar o horário, pensando ter feito confusão em sua agenda, mas, desfeito o mal entendido, mantivemos a mesma data, horário e local. Como de costume – herança da época em que realizava a Pesquisa Trans junto às demais companheiras de equipe – passei em uma padaria e comprei alguns lanches (afinal, nunca se sabe quanto tempo pode durar a entrevista, além de ser uma boa forma de quebrar certas formalidades protocoladas).

Na época em que realizei a entrevista, moravam com Anyky apenas três travestis/transsexuais, enquanto na “casa de baixo”, o número de *meninas* conviventes era sete. Conforme me explicou, as meninas que moravam na “casa de cima” com ela eram, sobretudo, aquelas que não *batalhavam* na madrugada, mas frequentavam os motéis do centro retornando cedo pra casa, o que evitava possíveis conflitos e/ou problemas de convivência, provenientes da rotina de quem trabalha na madrugada e chega em casa de manhã. Anyky também comentou que as *meninas* que costumavam viver com ela sob o mesmo teto eram aquelas com quem podia sempre contar em situações emergenciais sendo também aquelas mais fáceis de se relacionar⁵⁰.

Sua casa é espaçosa e aconchegante e, assim que adentramos na sala de estar, no primeiro cômodo, vemos à esquerda um bonito conga, onde estão dispostas algumas

⁵⁰ Conforme mencionado anteriormente, durante a escrita deste trabalho fui informada por Anyky de que *meninas* que viviam na “casa de baixo” subiriam para viver com ela em sua casa, já que havia entregado a pensão. Possivelmente, essas dinâmicas de convivência passaram por um processo de mudança, porém, até esse momento, não havia conversado com ela sobre este assunto.

imagens e representações dos orixás no candomblé, religião da qual Anyky é adepta, embora atualmente seja frequente com assiduidade terreiros, como me informou. À direita, numa pequena prateleira, estão distribuídas em porta-retratos fotos de algumas travestis e transexuais que vivem ou já viveram com Anyky, entre as quais está a foto de Fernanda, uma travesti covardemente assassinada em 2013, morte pela qual Anyky segue lutando por justiça.

Passando pela sala adentramos na copa, um segundo cômodo, o qual dá tanto para o quarto de Anyky, localizado à esquerda, como para um pequeno corredor, à direita, que dá caminho a outros dois quartos, banheiro e cozinha e, finalmente a uma área de serviços externa, onde ficam os cachorros de Anyky, companhias que ela considera “indispensáveis” em sua vida. Realizamos a entrevista em seu quarto mesmo, sentadas sobre sua cama, e nossos diálogos estiveram entrecortados por diferentes assuntos, sendo necessário, em alguns momentos, reconduzir mais sistematicamente nossa conversa, sem prejudicar, porém, a fluidez dessas interlocuções. Considero que esta foi mais uma oportunidade de intensa troca e aprendizado e de compreensão e reflexividade conjunta sobre diferentes temas e situações.

2.3.2. Sissy Kelly

Sissy nasceu em Aimorés, interior de Minas Gerais, em 06 de abril de 1956. Ela se identificava, no momento da pesquisa, como travesti⁵¹, heterossexual, parda, de classe popular e seu grau de escolaridade é ensino fundamental incompleto. É solteira e vive numa república destinada ao acolhimento de mulheres em situação de rua em Belo Horizonte. Sissy faz parte do Movimento de População de Rua (POP Rua), ativista e militante na causa LGBT e de pessoas positivas⁵².

Em sua família, Sissy começou a vivenciar muitos conflitos quando, ainda na adolescência, começou a se identificar como homossexual – já que, à época, ela ressalta, “não se falava em travestilidade, tampouco em transexualidade”. Nessa época, então, foi trazida a Belo Horizonte e internada em clínicas psiquiátricas, tendo permanecido no

⁵¹ As identificações de Sissy no campo das identidades de gênero apresentou-se muito mais difusa que com as demais interlocutoras. Como já mencionado, anteriormente, ela havia se identificado em outra situação a mim como transexual e, frequentemente, vejo em seu *Facebook* várias postagens onde ela reivindica o direito de transitar entre as diversas possibilidades identitárias sem ser questionada por isso.

⁵² Forma utilizada para se referir às pessoas que vivem na condição da sorologia positiva do hiv.

Galba Veloso por um maior período. Ela conta que, por muito tempo, sentia dificuldade em falar sobre esse assunto, mas que, ao longo dos anos, tem se sentido mais livre e confiante para trazê-lo em seus diálogos. Após fugir da clínica⁵³, Sissy ainda voltou pra Aimorés (MG) e sua ideia inicial era se alistar no exército, pois imaginava que, “mesmo sendo um lugar extremamente difícil, seria uma chance de ter uma profissão”. Rejeitada ainda no alistamento, ela resolveu ir embora pra Vitória (ES), aos 17 anos, onde, de fato, começou a construir sua travestilidade e vivenciar seus processos de transformação corporal que, segundo ela, contaram com hormonização e aplicação de silicone industrial no rosto, quadril e seios.

Sissy *batalhou* muitos anos em Vitória (MG), viveu em outras cidades também, e em 1984 conseguiu ir para a Europa. Ela conta que, da primeira vez em que foi, acabou sendo deportada oito meses depois, retornando no ano seguinte e permanecendo por lá até 1986, quando foi diagnosticada com hiv e precisou voltar, já que sua saúde estava muito debilitada. Ela conta que passou por um processo de reabilitação na casa dos pais e que, após esse período, se engajou na luta e militância contra a aids, contando como foi a partir deste movimento de engajamento que aprendeu a se assumir enquanto uma pessoa soropositiva e a se desfazer do próprio preconceito. Há trinta anos convivendo nesta condição, ela traz uma série de reflexões sobre os efeitos da sorologia positiva em sua vida, que marcam, principalmente, a forma como experimenta a velhice. Em 2012, Sissy se mudou para Belo Horizonte, quando veio fazer uma série de exames para seu tratamento do hiv, tendo ido morar, para isso, na Casa de Apoio à Saúde Nossa Senhora da Conceição⁵⁴, temporariamente. O que era pra ser apenas 17 dias acabou se estendendo e ela acabou ficando por lá até conseguir uma vaga na República Maria Maria⁵⁵, atual espaço onde que vive.

⁵³ Ela conta que vivenciou um “romancezinho” com um funcionário da clínica e que foi ele quem deu fuga à ela, na ocasião de uma festa que acontecia no local.

⁵⁴ A casa de Apoio Nossa Senhora da Conceição fica localizada no bairro Lagoinha, região noroeste de Belo Horizonte. A residência presta assistência, acolhimento temporário, apoio, orientação e incentivo para portadores do hiv/aids, que não disponham de condições financeiras ou apoio familiar.

Fonte: <http://saude.mg.gov.br/gripe/story/1635-casa-de-apoio-para-portadores-de-hiv-aids-e-inaugurada-sesmg>. Acessado em 24 de abril de 2017.

⁵⁵ A unidade de acolhimento faz parte da rede de atenção à população de rua da Política de Assistência Social de Belo Horizonte. O Maria Maria é um Serviço de Acolhimento Institucional que se assemelha a uma residência, tem capacidade para atender até 25 mulheres, cujos os vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados. O acolhimento pressupõe o funcionamento ininterrupto (24 horas) como espaço de moradia, condições de repouso, higiene pessoal, alimentação, além do atendimento socioassistencial.

Fonte:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=38923&pIdPlc=&app=as_lanoticias. Acessado em 24 de abril de 2017.

Nós nos conhecemos em setembro desse mesmo ano, no aniversário de Anyky, comemorado em um almoço entre amigos em sua residência. Sissy tinha acabado de chegar de Brasília e me contou que passaria um curto período de tempo em Belo Horizonte, que hoje já completa mais de quatro anos. Sissy e Anyky se conhecem desde a juventude, quando *batalharam* juntas em Vitória – ES, e em suas memórias e narrativas enlaçam-se muitas vivências e elementos comuns, referentes a essa experiência coetaneamente situada.

Naquela ocasião, eu acabei permanecendo um tempo após o encerramento da comemoração e, enquanto conversávamos sobre vários assuntos, Anyky começou a nos mostrar algumas fotografias suas mais antigas, o que suscitou entre elas uma intensa rememoração do vivido, de décadas passadas e de travestis e transexuais que tiveram uma participação significativa em seus percursos biográficos, muitas delas já falecidas. Embora não tenha durado muito tempo, essa foi uma situação que mobilizou nelas sensibilidades diversas com relação ao passado, resgatando histórias e pessoas há muito não lembradas. Estar presente nesta situação foi algo que, definitivamente, me marcou, sendo a partir dela que várias de minhas reflexões – que hoje busco explorar – foram também suscitadas.

De aí em diante, meu contato com Sissy permaneceu constante, mantido, principalmente, pelas redes sociais e por ligações telefônicas. Quando optei, em 2014, por pesquisar a velhice pela perspectiva das travestilidades/transexualidades, Sissy Kelly foi outra importante interlocutora naquele trabalho e permitiu que uma série de reflexões sobre o processo de envelhecimento fossem levantadas, provocando-me constantemente às implicações do recorte de classe nessas análises que, à época, eu acabei não conseguindo dar a devida atenção e que procuro, no presente trabalho, explorar mais profundamente.

Embora não tenhamos nos visto frequentemente, mantivemos um contato suficientemente constante ao longo desses três anos, compartilhando tanto nossos recentes projetos individuais (incluindo, no meu caso, a proposta de continuar, no mestrado, a discussão sobre a velhice trans) como nossas expectativas e projeções futuras. Além de nos encontrarmos casualmente, em visitas realizadas à república Maria Maria e/ou nos eventos pela visibilidade trans, um evento em específico nos aproximou novamente: a comemoração de seu aniversário de 60 anos. Certo dia do mês de março,

conversávamos ao telefone, quando Sissy me propôs como forma de celebrar seus 60 anos uma roda de conversa que trouxesse a discussão específica das dificuldades e desafios experimentados pelas travestis e transexuais na terceira idade. A princípio, pensamos em alguns espaços institucionais que poderiam agregar travestis e transexuais, porém, corrido mais de um mês, não tínhamos ainda nenhuma possibilidade viável. Foi quando Sissy entrou em contato comigo dizendo que conseguira o apoio da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM-BH) para a realização desse evento, sediando nosso encontro.

Confesso que, a princípio, estive bastante resistente. A ideia de realizar uma roda de conversa que visibilizasse travestis e transexuais idosas em uma igreja evangélica soou-me meio absurda num primeiro momento. Embora Sissy tenha me explicado que se tratava de uma igreja inclusiva, pautada no acolhimento e reconhecimento das minorias, permaneci desconfiada, já que não são raros os relatos de violações transfigurados de “boas intenções”. De fato, esta desconfiança estava relacionada a um próprio desconhecimento meu em relação a um interessante movimento mais recente de algumas igrejas evangélicas que têm se dissonado das prescrições normativas das igrejas cristãs, conduzido por lideranças que se identificam como gays ou lésbicas. Conforme Natividade e Oliveira (2007, 2009) apontam, essas “igrejas inclusivas” – ou mesmo “igrejas gays” – são responsáveis por formular uma teleologia que reinterpreta a proibição da homossexualidade, recusando propostas de cura da homossexualidade, defendendo a aceitação e integração de pessoas homossexuais ao culto evangélico. A ICM é uma delas.

Após pesquisar um pouco mais sobre esta igreja o inicial sentimento de desconforto foi cedendo lugar a certa curiosidade para ver como seria aquele encontro, que relato logo abaixo:

Hoje, dia 09 de abril realizamos a roda de conversa “Vulnerabilidade Trans na Terceira Idade”. O evento esteve marcado pras 18 hs e conseguimos dar início por volta das 19. Eu e Sissy chegamos juntas ao local e fomos recebidas pelo pastor da igreja e alguns membros que estavam do lado de fora. A acolhida foi muito calorosa, o que fez com que aquela tensão inicial fosse esmorecendo e se transformando em uma sensação de bem-estar. Fomos encaminhadas ao segundo andar do espaço, onde havia um salão pequeno, porém suficiente pra quantidade de pessoas ali dispostas. Chamou-me a atenção uma tira de pano colocada sobre os braços cruz, nas cores do arco-íris, consistindo, suponho eu, pra quem quer que adentrasse no espaço, em mecanismo de visibilidade e acolhimento à população LGBT. O evento contou com a participação de pessoas trans, gays e lésbicas, membros da ICM, pessoas ligadas à instituições/grupos em prol de direitos LGBT, além

de estarem presentes alguns familiares de Sissy. A roda de conversa foi pensada num formato que eu, Sissy e Nina (uma travesti mais jovem), pudéssemos, cada uma, falar sobre a articulação entre velhice e travestilidade/transsexualidade, considerando os respectivos lugares de fala e a possibilidade de construção conjunta de reflexões. Assim, as falas de uma travesti idosa, de uma travesti jovem e de uma mulher cis pesquisadora estiveram posicionadas segundo suas respectivas experiências de mundo e pontos de vista, o que, em conjunto, trouxe uma discussão bastante potente, a meu ver. Conforme Sissy havia me pedido, apresentei os dados da minha pesquisa de monografia, onde esbocei uma primeira análise do assunto, partindo das histórias de vida de três travestis idosas, incluindo Sissy Kelly. Após a roda de conversa, houve uma apresentação surpresa, uma performance realizada numa espécie de show transformista, em que a *drag queen* Simone Star, integrante da igreja, dublou algumas músicas, alcançando a simpatia do público ali presente. Esta situação, definitivamente, me surpreendeu. Em seguida à apresentação, outros membros subiram as escadas cantando parabéns, enquanto alguém apareceu com um bolo de aniversário. Após os parabéns, descemos pro primeiro andar onde fizemos uma confraternização e pudemos conversar mais calmamente. Com tanto carinho recebido Sissy estava radiante e me senti extremamente feliz em compartilhar desse momento com ela (Trecho do diário de campo, abril de 2016).

Vários foram os efeitos desse evento em minha experiência pessoal e em minha relação com Sissy. Primeiramente, sem dúvidas, experimentei um deslocamento real com relação aos meus próprios pré-conceitos e expectativas com relação à abordagem religiosa dos temas de gênero e sexualidade, naquela situação. Conversando com o pastor e demais membros da igreja, pude entender mais sobre a proposta original da ICM e sobre a própria dinâmica inclusiva que orienta suas práticas. Mais recentemente, após ter tido contato com o trabalho de Jesus (2012), onde a autora reflete as articulações entre gênero, sexualidade e vivência religiosa na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo (ICM – SP), pude compreender um pouco melhor do valor ritualístico da *drag* naquela ocasião. Conforme aponta, a presença constante das travestis e *drag queens* neste espaço tem um papel extremamente significativo para a efetiva prática da “inclusão”. A autora demonstra ainda como a feminilidade é um valor central para a vivência religiosa na igreja estudada, lésbicas, travestis e *drag queens* ocupando espaços importantes na hierarquia leiga da igreja.

Outra questão importante decorrida desta minha participação foi que ter sido convidada a compartilhar parte de minhas reflexões, bem como ouvir as Sissy e Nina, foi algo que me impulsionou mais na atual pesquisa. A importância de dar visibilidade a essa pauta específica do envelhecimento foi apontada como urgente por elas, ambas relatando a falta de atenção dada ao tema, seja na militância, na academia e demais espaços. Fui apresentada a parte da família de Sissy (duas irmãs, um cunhado, uma

sobrinha e um sobrinho), com os quais voltei a me encontrar em outras oportunidades, uma relação agradável sendo mantida entre nós.

Desse evento em diante, nossos encontros tornaram-se mais frequentes e Sissy foi uma interlocutora extremamente presente no desenvolvimento deste trabalho. Outra vez, provocou-me constantemente para várias questões, a situação de desamparo da população em situação de rua na terceira idade sendo constantemente levantada por ela que, atualmente, vive institucionalizada. Foi também por meio dela que consegui contatar outras duas interlocutoras que constroem este trabalho, sua participação sendo, portanto, peça fundamental deste projeto.

Realizamos nossa entrevista em 26 de agosto, na casa de sua irmã na região do Barreiro, em Belo Horizonte. Era sexta-feira e Sissy havia me pedido que a levasse à sua residência para passar o fim de semana, pois vinha sofrendo sucessivas transfobias por parte de uma das mulheres também institucionalizada na República. Alegando que ela não seria uma “mulher de verdade” para estar ali, essa pessoa vinha constantemente desqualificando seu direito de acessar e transitar por aquele espaço. Na ocasião, já havíamos formalizado muitas denúncias, mas sob a justificativa de uma suposta “mudança de gestão” nenhuma atitude mais incisiva havia sido tomada por parte da direção. Sissy relata que esses tipos de violações são frequentes quando do acesso da população LGBT aos serviços de acolhimentos institucionais, situação agravada na terceira idade quando, no caso das travestis e transexuais, sua identidade de gênero é frequentemente (con)testada, tanto pelos usuários dos serviços quanto por seus próprios gestores. Diante desses desafios todos, extremamente desgastantes, uma das “estratégias” de Sissy foi buscar amparo na casa dos familiares, dos quais voltou a se aproximar mais recentemente. Embora não tenha planos de viver com eles, esses momentos de “fuga”, como ela mesma qualifica, têm se tornado extremamente importantes para ela. Foi numa dessas situações, pois, que ela me concedeu uma entrevista pra presente investigação.

Havíamos combinado de eu ir busca-la por volta das 13 horas, na República onde reside, e de lá seguimos pra casa de sua irmã. Chegamos por volta das 14 horas e fomos muito bem recebidas por sua irmã e uma de suas sobrinhas. A casa fica localizada no final de uma rua bastante tranquila e, no mesmo lote em que foi construída, fica também situada a casa de uma outra irmã de Sissy, ambas as casas dando passagem uma à outra e divididas por apenas alguns passos de distância. Enquanto

Sissy arrumava o quarto onde deixaria seus pertences, fiquei conversando com uma de suas sobrinhas (que não conhecera até àquela oportunidade) e com sua irmã (a qual, no caso, já havia conhecido em seu aniversário), conversa que foi bastante agradável. Em seguida Sissy me convidou a chegar ao quarto onde havia arrumado suas coisas e foi ali que realizamos a entrevista.

Sissy conta que vem vivendo um processo de reaproximação com a família, sobretudo com essas duas irmãs que têm sido importantes companheiras nos momentos em que ela necessita de ajuda. Também com seus cunhados e sobrinhos mantem uma boa relação, embora relate que é preciso ter cautela nessas aproximações, pois sabe que é uma relação marcada por contradições. Ela também mantém contato com sua mãe, que continua vivendo em Aimóres (MG), a quem vai visitar sempre que possível.

Assim como ocorreu com Anyky, minha sensação durante a entrevista foi de que o contato já estabelecido entre nós, embora facilitasse o trânsito em alguns assuntos e aspectos da entrevista, implicavam também em um certo “congelamento” das narrativas, já que, por vezes, algumas informações questionadas eram dadas por já conhecidas.

Mais recentemente, foi comemorado seu aniversário de 61 anos e, outra vez, a ICM foi uma importante parceira/idealizadora do evento “político-festivo”. Digo isso, pois Sissy buscou seu apoio outra vez para realizar uma roda de conversa para a qual propôs o tema “População TRANS em Situação de Rua”. Desta vez, participaram da mesa Sissy, o artista e homen trans João Maria, Pitty, poetisa travesti, e Ana Paula, mulher cis assistente social. Agregando mais pessoas que no ano anterior, principalmente travestis e transexuais – que ocuparam, desta vez, a quase maioria das cadeiras ali dispostas – foi um bonito evento, deixando-a, outra vez, feliz e realizada. Outra vez contamos com a participação da *drag queen* Simone Star que, na ocasião, fez um show de dublagem aos presentes, além de nos ler dois poemas ao final. A seguir, apresento um trecho do meu diário de campo onde apresento sucintamente essa experiência:

Hoje, 01 de abril, foi comemorado na ICM o aniversário de Sissy. Outra vez, sua proposta comemorativa foi uma roda de conversa, onde trouxe o debate sobre a população trans em situação de rua. Há alguns dias, ela vinha me enviando mensagens de divulgação sobre o evento. Devido à própria rotina corrida, acabei não conseguindo confirmar minha participação, embora tivesse já reservado essa tarde de sábado para estar com ela. Acabei me atrasando um pouco – a sede da igreja havia mudado e eu acabei me perdendo no novo endereço fornecido – o que me fez entrar no salão durante a fala de Sissy. A igreja, que antes funcionava em um salão, funcionava agora

uma espécie de auditório em um edifício comercial da região centro-sul de Belo Horizonte, em um espaço razoavelmente maior que o anterior. Entrei discretamente pelo salão, mas, assim que me viu, Sissy – com o microfone em mãos – me acenou apontando para uma cadeira vazia quase à sua frente. Sentei-me, um pouco constrangida por interromper sua fala, porém, pouco tempo depois, senti-me lisonjeada quando ela me agradeceu – outra vez ao microfone – por estar ali. O tema proposto para o debate – a população trans em situação de rua – esteve articulado, o tempo todo, à questão da terceira idade em sua fala, apontando para os desafios mais agravantes enfrentados por esta parcela da população. As falas de João, Sofia e Ana Paula, cada um/a de seus respectivos lugares, também trouxeram muitas provocações para pensarmos neste assunto. Terminado o debate fomos agraciados com um bonito show de Simone Star e em seguida encerrou-se o evento no hall de entrada deste auditório, onde cantamos parabéns para Sissy e nos servimos de alguns comês e bebes fornecidos também pela igreja. Na ocasião, reencontrei os familiares de Sissy – outra vez presentes – e pude conversar com ela por um longo período. Ofereci-lhe uma carona de volta para a República (onde permanece vivendo) e, no caminho, ela acabou se emocionando enquanto me contava da alegria em realizar o evento, bem como de contar com a presença de suas irmãs e sobrinhos/as ali. Outra vez, senti-me feliz por estar perto dela naquela ocasião. No dia seguinte, quando acordei, havia recebido uma mensagem sua no meu celular, onde me agradecia por ter estado presente e completava dizendo que eu “fazia parte de sua família” também. Sissy também ocupa um lugar muito especial para mim e me senti feliz por sentir essa reciprocidade afetiva. (Trecho diário de campo, abril de 2017)

Acredito que a vivência de situações como esta, ao mesmo tempo em que nos aponta as potencialidades de coalizões político-afetivas (mesmo que no contexto das micropolíticas cotidianas), alerta-nos também para as responsabilidades que são inerentes a esses laços.

2.3.3. *Cláudia*

Cláudia nasceu em Cabrália, interior da Bahia, em 30 de maio de 1948. Ela se identifica como travesti, preta, heterossexual, de classe popular e sua escolarização é a alfabetização básica, através do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)⁵⁶, onde aprendeu “mais ou menos” a ler e a escrever seu “nome grandalhão”. É solteira, vive numa casa de aluguel em Belo Horizonte e trabalha como cozinheira e cuidadora na Casa de Apoio Nossa Senhora da Conceição. Diferentemente de Sissy e Anyky, Cláudia não se diz engajada na militância e no ativismo social.

⁵⁶ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi um projeto do governo militar brasileiro e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, que abandonaram a escola.

Ela conta que, aos oito anos, seu pai descobriu que ela e seu primo, de quatorze anos, andavam se encontrando às escondidas e acabou lhe dando uma surra, evento que a fez sumir na “lapa do mundo”. Nesta época, ela foi viver em Alnópolis, também na Bahia, e foi aí que começou a cozinhar, ofício que a acompanharia pelo resto de sua vida. Ainda criança foi viver com uma renomada advogada da cidade com quem acabou criando um vínculo filial, mantido até hoje. Ela conta que era ela quem exercia todas as tarefas domésticas e relata que a relação de proteção estabelecida entre ela e a *madrinha*, como se refere à advogada, fez com que ela sofresse muito menos os efeitos do preconceito na cidade.

Fez duas mudanças pra São Paulo, a primeira ainda por volta dos 15 anos, quando foi trabalhar numa padaria, retornando pra Bahia aos seus vinte anos, época em que viveu em Salvador (BA) e pode aperfeiçoar-se como cozinheira. Anos mais tarde, de volta à São Paulo, foi cozinheira para um casal, vivendo com eles em sua casa, os quais, por terem uma agência de viagens, arrumavam-lhe também diversos *freelas* na área do comércio. Ela permaneceu trabalhando com eles durante um tempo, até que sua patroa lhe comunicou que iriam se mudar, época em que ela também resolveu retornar à Bahia. Ela conta que, neste seu retorno, resolveu fazer um conjunto de exames, um deles sendo o da sorologia do hiv, que foi quando ela se descobriu positiva. Diante do diagnóstico, ela optou por vir para Belo Horizonte, onde poderia realizar o acompanhamento médico e, em 2008, mudou-se pra cidade, indo morar com uma de suas irmãs. Após algum tempo convivendo junto com ela, optou por procurar um novo lar, conseguindo uma vaga na Casa de Apoio Nossa Senhora da Conceição. Lá dentro, Cláudia passou a fazer parte do quadro de funcionários da associação, como cozinheira e cuidadora, e, após certo período, conseguiu alugar um pequeno imóvel na mesma região.

Como parte de sua construção corporal, Claudia utilizou-se apenas dos hormônios, concomitante à época em que começou a desfilar em bailes de carnaval. Ela conta com saudades sobre esses episódios, lembrando os bailes e desfiles de que participou não só na Bahia, mas também no Rio de Janeiro. As fantasias, os saltos e todo o *glamour* envolvido nesses eventos são relatados como as principais felicidades de sua juventude, a qual, ela conta, foi sobretudo muito dura e solitária.

Apesar de ter saído de casa muito cedo, ela conta que manteve contato com a família, embora um contato que só se estreitou mais recentemente, sobretudo com uma

irmã que reside ainda em Cabrália (BA), a qual busca visitar sempre que possível, e com sua irmã que também vive em Belo Horizonte.

Fui apresentada à Cláudia em dezembro de 2015, quando acompanhei Anyky em um almoço de natal promovido pela Terceira Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte. O evento foi pensado exclusivamente pra travestis e transexuais e Anyky levou consigo algumas *meninas* que moravam com ela na ocasião, estando presentes também outras travestis e transexuais moradoras da região. Conforme me relataram, essa igreja constantemente desenvolvia ações visando a população trans, tendo eu, inclusive, recordado encontrar alguns de seus membros em certas situações quando desenvolvíamos a Pesquisa Trans. Partindo de uma abordagem mais preventiva entre travestis e transexuais profissionais do sexo, distribuíamos nas *pistas*⁵⁷ onde *batalhavam* preservativos e gel lubrificante, enquanto conversávamos com elas, ocorrendo, algumas vezes, de sermos surpreendidas pela presença de outro grupo, a distribuir sucos, pirulitos, chocolates e mensagens. Era com estima que as *meninas* se referiam à eles/as, ressaltando o carinho e consideração dispendidos à elas, postura essencialmente diferente daquela adotada por muitos religiosos.

Na comemoração de natal, além do almoço servido foram também preparadas algumas atividades recreativas e, ao fim do evento, entregues de presente a cada uma das participantes uma maletinha contendo um “kit manicure” em seu interior. Eram perceptíveis, pelas suas falas, a satisfação promovida por aquele evento, tendo, inclusive eu, me sentido muito feliz por estar ali compartilhando com elas aquele momento. Foi nesse dia que conheci Cláudia e estivemos por longo período de tempo conversando uma com a outra. Eu havia chegado há pouco tempo da Bahia e ao tomar conhecimento de que ela era natural daquele estado, quis compartilhar minha euforia e permanente encantamento com a viagem. Apesar das gostosas conversas, não mais nos vimos até abril do ano seguinte, quando nos reencontramos na comemoração dos 60 anos de Sissy. Embora não tenhamos conversado por muito tempo nesta ocasião, compartilhei com ela parte desse novo projeto de pesquisa a que me dedicava no mestrado. Combinamos então de eu entrar em contato posterior com ela, já que houve, de sua parte, interesse em participar da pesquisa.

⁵⁷ Termo utilizado pelas travestis/transexuais para se referir às áreas (ruas, avenidas, quarteirões etc.) em que exercem trabalho sexual.

Quatro meses se passaram e eu acabei não conseguindo falar com ela pelo telefone que havia anotado. Sabendo de sua proximidade com Sissy, pedi que esta me acompanhasse um dia à sua casa, tentativa falha, a princípio, já que ela não se encontrava naquela ocasião. Retornamos numa segunda vez, no dia 15 de setembro, por volta das 19 horas, situação em que conversamos por um longo tempo, tendo sido neste mesmo dia que realizamos nossa entrevista.

Sua casa fica localizada na região noroeste de Belo Horizonte e fica aos fundos de outra casa, o acesso se dando por um longo corredor lateral. É um imóvel pequeno, com uma área de serviços à frente, uma copa conjugada com cozinha, banheiro e um quarto ao fundo. Na parede principal da copa, Cláudia têm algumas fotos suas e, entre elas, um diploma do curso de cozinheira que fez há muitos anos em Salvador (BA). Ele ocupa o lugar central entre a distribuição das fotografias na parede e ela o mostrou a mim com muito carinho e orgulho durante a entrevista, como sendo uma das suas “preciosidades”, em suas próprias palavras. Cláudia nos acolheu muito carinhosamente e tivemos uma ótima noite de conversas. Embora Sissy tenha estado presente na entrevista, ela não permaneceu no mesmo ambiente que nós, deixando-nos à vontade durante a gravação.

Diferentemente do que ocorreu nos casos de Anyky e Sissy, o pouco conhecimento que tinha até então sobre a trajetória de Cláudia, de fato, limitou meu acesso a determinados temas e assuntos, ao mesmo tempo em que esse mesmo “distanciamento” proporcionou um olhar mais atento ao que poderia ser classificado como eminentemente da ordem “do cotidiano”. Assim, relatos daquilo que, muitas vezes, poderia ser lido como “banal” nas outras narrativas, já que dispunha de um arsenal mais completo e profundo de suas trajetórias, fizeram com que eu me detivesse, por mais tempo e com mais cuidado, em minhas elucubrações.

2.3.4. Zoraide

Zoraide nasceu em Pedro Leopoldo (MG), em 13 de agosto de 1949. Ela se identifica como travesti, parda, heterossexual, de classe popular e seu nível de escolarização é o ensino fundamental incompleto. É solteira e vive em um pequeno imóvel de aluguel. Ela diz não ser engajada ao movimento social e à militância, tendo

apenas acompanhado durante um tempo uma ONG perto de sua casa, onde era feito um trabalho de prevenção junto às travestis e transexuais.

Após perder a mãe aos três anos de idade, Zoraide e os irmãos foram criados por duas tias, já que o pai não vivia na mesma cidade em que eles/as, embora fosse o responsável pelas despesas. Após o pai falecer, quem assumiu as despesas da casa foi um de seus irmãos e, com o passar do tempo, a relação entre eles tornou-se cada vez mais insustentável por causa de seus “modos”, culminando em sua expulsão de casa, aos onze anos de idade, época em que “saiu pro mundo”. Por dois anos, ela conta ter dormido em parques e ruas de Belo Horizonte e se alimentado roubando o leite distribuído nas portas das casas pela madrugada e também pegando pães escondidos nas padarias. Depois desse período ela “caiu na zona grande”, circuito formado pelos inúmeros bordeis localizados nas ruas São Paulo, Guaicurus e Oiapoque, na região central de Belo Horizonte. Foi aí que ela se iniciou na travestilidade, Cintura Fina, “a bicha mais perigosa da cidade”, tendo sido responsável por ensinar os “macetes pra virar travesti”. Zoraide fez uso de hormônios durante longo tempo e também aplicou silicone industrial no rosto como parte de suas transformações corporais. Ela conta ter *batalhado* em muitas cidades, retornando pra Belo Horizonte, onde acabou se mantendo como cafetina por muito tempo até não ter mais condições de manter casas, o que “era extremamente desgastante”, comenta.

Embora tenha rompido o vínculo com o irmão ainda na infância, ela manteve com as tias um bom contato, indo visitá-las sempre que possível, quando da ausência desse irmão. Atualmente, ela relata ter uma boa relação com ele, mencionado o tratamento maravilhoso que hoje ele tem com ela. Também mantem contato com outras duas irmãs que vivem em Belo Horizonte, encontrando-as sempre que possível.

Entre todas as interlocutoras entrevistadas neste trabalho, aquela com quem teve menos contato antes da pesquisa foi Zoraide. Embora ouvisse constantemente histórias a seu respeito, havíamos nos encontrado somente uma vez, e muito brevemente, em uma ONG situada no bairro Bonfim em Belo Horizonte. Na ocasião, eu procurava Vanusa, uma das interlocutoras de minha monografia, que também frequentava o espaço. Ao longo desses anos não havíamos nos visto mais, tendo sido incentivada por várias pessoas a procurá-la, uma vez que é reconhecida como “uma das travestis mais antigas de Belo Horizonte”.

Não dispondo de nenhuma informação para contatá-la, pedi que Sissy, outra vez, intervisse e foi em sua companhia que fui visitar Zoraide pela primeira vez. Sua casa fica localizada em uma rua atrás do cemitério do Bonfim e, atualmente, ela vive de aluguel, sendo que a proprietária da casa vive no mesmo terreno que ela, um pouco ao fundo de sua casa. É extremamente simples sua moradia, sendo constituída de poucos e pequenos cômodos, um deles (o da entrada) servindo de sala, quarto e copa ao mesmo tempo. À esquerda, fica um pequeno banheiro e, ao fundo, uma cozinha também de tamanho reduzido. Nesta primeira ida, nos apresentamos e conversamos por um período relativamente curto, mas ficamos combinadas de retornar no dia seguinte para realização da entrevista, já que demonstrara interesse pela pesquisa.

Conforme combinado, chegamos ao local no horário anteriormente acordado. Zoraide nos recebeu com muita delicadeza e nos convidou a entrar e sentar em sua cama, que também servia de sofá. É preciso destacar que, assim como ocorreu na entrevista com Cláudia, o não conhecimento prévio de Zoraide implicou tanto num “distanciamento” meu referente a alguns temas e, obviamente, no acesso a determinados aspectos de sua intimidade, quanto num olhar mais atencioso a questões aparentemente supérfluas, porém de extrema relevância para compreender os processos envolvidos na velhice.

Dessa vez, porém, é preciso problematizar a presença de Sissy durante a entrevista. Diferentemente do que ocorreu no caso de Cláudia, em que ela não esteve presente durante o processo, na entrevista realizada com Zoraide ela permaneceu quase que todo o tempo conosco. Destaco, portanto, que tanto o contexto de sua realização como as dinâmicas que a envolvem são lidas como parte do trabalho de campo empreendido, as interações entre elas durante este processo compondo uma rede de informações de extrema relevância para a reflexão e construção textual desse trabalho. Neste sentido, a presença de Sissy, naquela situação, implicou numa dinâmica diferenciada, a entrevista caminhando, em alguns momentos, para outras temporalidades, suas memórias e lembranças de um passado compartilhado compondo um rico quadro narrativo. Assim, não foram raras as recordações de situações e pessoas que fizeram parte de suas trajetórias, nos momentos em que a memória de uma não preenchia a narrativa, a lembrança de outra o fazia.

Além disso, por ainda não ter muita proximidade com Zoraide naquela situação, a presença de Sissy proporcionou-nos uma interação mais fluida, deixando-nos mais à

vontade durante a entrevista, a qual me trouxe inúmeras reflexões sobre uma série de questões com que ainda não tinha me deparado.

2.3.5. Suzuky

Suzuky nasceu em Belo Horizonte, em 26 de julho de 1977. Ela se identificava como travesti, preta, bissexual, de classe popular e seu nível de escolaridade era ensino fundamental completo. Ela era mãe de santo em um terreiro de candomblé, experiência que se colocou como central em sua narrativa. No momento da entrevista, morava junto com o namorado e outras travestis e transexuais. Suzuky era militante da Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG), porém tinha inúmeras ressalvas e críticas com relação ao movimento social, conforme fez questão de salientar.

Suzuky perdeu a mãe aos oito anos de idade e foi dessa época em diante que sua relação com a família foi ficando cada vez mais insustentável, culminando em sua saída de casa, já por volta dos seus quinze anos. Nesta época, ela disse ter “caído na rua” direto, indo *batalhar* em várias cidades. Em 2002 viajou para a Europa, onde viveu por cinco anos, retornando em 2007 e se restabelecendo, definitivamente, em Belo Horizonte.

Conheci Suzuky ainda em 2012 quando fazia parte da Pesquisa Trans. Embora neste período ainda não tivéssemos contato, eu a via com frequência quando, juntamente com outras participantes daquele projeto, íamos à Pedro II, avenida onde *batalhava* e pra onde as *meninas* de sua casa costumavam “descer”. De fato, nos conhecemos melhor quando, em 2013, fomos à sua residência aplicar alguns questionários que faziam parte da pesquisa. Como era *dona de casa de diária*, muitas travestis e transexuais moravam com ela, o que fez com que entrássemos em contato para marcar uma visita, haja vista que essa era uma das melhores situações para as aplicações dos questionários.

Nesta época da pesquisa, Suzuky morava em uma antiga residência, também localizada na região noroeste de Belo Horizonte e tinha Marcela, uma de suas irmãs de santo, como “sócia” dessa propriedade. Com o restante da equipe, estive mais de uma vez em sua residência e ela nos recebia sempre muito bem, embora fizesse questão de acompanhar passo a passo as entrevistas “individuais”, ouvindo e intervindo diretamente na maioria das respostas elaboradas pelas entrevistadas. Havia, dessa

forma, explicitamente, um controle sobre as informações que circulavam delas para nós, “meninas da universidade”, como ela se referia à gente. Já nessa época, tínhamos também o conhecimento da “fama” de Suzuky nas *pistas*, de pessoa “muito brava”, o que, por vezes, deixava-nos inseguras ao procurá-la.

Acredito que, antes da minha pesquisa de mestrado, a última situação em que nos encontramos havia sido em 2015, quando fomos convidá-la a participar de um evento onde apresentaríamos os dados daquela pesquisa junto à representantes do movimento social e instituições pela defesa dos direitos humanos. Apesar de feito o convite, ela não compareceu ao evento e, desde então, nosso contato ficava restrito às redes sociais.

Quando, em 2016, comecei a sistematizar minhas informações e a pensar nas possíveis interlocuções para este trabalho, o nome de Suzuky foi uma das referências quase imediatas. Embora não fosse uma travesti idosa, dentro dos parâmetros institucionais, já que possuía apenas 39 anos quando da entrevista, o lugar ocupado junto às travestis e transexuais com quem convivia e as funções desempenhadas por ela a imbuía de certa autoridade distintiva em sua rede de sociabilidade. Assim, tal como ocorre nas referências às travestis “mais experientes” que não são, necessariamente, mais velhas cronologicamente falando, Suzuky era vista por muitas delas como uma “referência”, o que a deslocavam, portanto, ao posto de “mais velha”. Ao ler o trabalho de Miguel (2015), onde o autor propõe justamente pensarmos a geracionalidade de travestis a partir de outros eixos que não apenas o etário (como, por exemplo, a corporalidade, onde o uso de determinadas técnicas como silicone, *mega hair* etc. atuam produzindo distintividades) acabei por me sentir ainda mais confortável a respeito de sua inclusão. Foi por este motivo que entrei em contato com ela via *Facebook*, apresentando esta pesquisa e questionando se teria interesse em participar. Antes de confirmar qualquer resposta, pedi-me que entrasse em contato com ela por telefone e me enviou, por mensagem, seu número. Agradei o retorno e combinei de ligar ainda no fim da semana.

Cerca de dois dias depois telefonei para ela. Confesso que seu jeito extremamente firme de conversar, quase impositivo, deixava-me bastante insegura, desde os tempos da Pesquisa Trans e, assim que ouvi sua voz, recordei-me dessa sensação. Inicialmente me perdi um pouco nas explicações sobre a pesquisa, talvez pela sensação provocada em mim, mas, após uns minutos mais de conversa, acabei me

sentindo mais à vontade e consegui apresentar de forma clara do que se tratava o trabalho e os motivos de contatá-la.

Trabalhar com processos que envolvem a velhice torna-se desafiador em vários aspectos, a tarefa de situar os interlocutores dentro deste recorte implicando também em lidar com certas tensões referentes às representações negativas sobre o período. Assim, diferentemente do que ocorreu com as outras interlocutoras que em alguma medida ou em algum aspecto já se identificavam como velhas e/ou idosas, convidar Suzuky para participar do trabalho considerando essas supostas correlações entre velhice, decadência física e limitações requereu um exercício dialógico inicial bem cuidadoso. “Ah, cê quer me entrevistar então pra falar sobre velhice, é isso?”, ela disse do outro lado do telefone. Respondi que sim, mas que tudo bem se ela não estivesse disposta e que a ideia de convidá-la partia da suposição de que, sendo mais experiente e detendo certa autoridade junto às mais novas, que moravam com ela, possivelmente suas reflexões sobre geracionalidade seriam de extrema contribuição. Neste mesmo momento ela fez questão de reiterar essa posição, dizendo que sim, que as meninas tinham ela como *mãe* e que procurava transferir a elas toda sua experiência. Disse, então, ter interesse em participar da pesquisa e acabamos por combinar a entrevista para dali a três dias, em sua residência. Ao telefone, Suzuky me contou que não estava mais na antiga casa, tendo se mudado no início do ano para outra residência. Passou-me o endereço, que não ficava tão distante do antigo, e me explicou em que altura ficava.

Antes de ir, passei em uma padaria e comprei um lanche para fazermos juntas e, conforme combinado, cheguei ao local. Inicialmente, fiquei um pouco confusa, pois no mesmo número que ela havia me informado havia dois portões, um dando à parte inferior, como um térreo nos fundos da casa, e outro que levava à parte superior, uma espécie de segundo andar. Coincidentemente, enquanto esperava no portão (após ter tocado e ninguém ter atendido), chegou ao local um rapaz muito jovem, que abriu o portão, passando por mim. Cumprimentou-me e perguntou se eu precisava de ajuda com alguma coisa. Respondi que tinha ido encontrar Suzuky, mas que não sabia qual dos portões seria, de fato, o seu e que, até o momento, ninguém havia atendido em nenhum deles. Ele disse que estava indo pra casa da Suzuky também e me pediu que esperasse, enquanto iria chamá-la. Alguns minutos depois Suzuky apareceu na sacada me acenando pra entrar e fui ao seu encontro.

Esta casa, diferentemente da primeira que conheci, era muito mais espaçosa e arejada, com muitos cômodos e uma área grande aos fundos. Realizamos nossa entrevista na sala de entrada, onde havia um sofá e uma poltrona nas laterais e, de um dos lados, um conga em homenagem à sua pomba-gira, pra quem havia algumas velas e oferendas. A presença de sua pomba-gira foi ressaltada durante toda a entrevista acontecendo de, em alguns momentos, Suzuky conversar com ela e/ou me contar certos recados trocados entre elas. Ao lado da sala ficava seu quarto, onde havia um “filho” seu, ao qual ela pediu, assim que cheguei, pra que nos preparasse um café e uma mesa com os biscoitos que eu havia levado. Como ressaltado anteriormente, Suzuky era mãe de santo e, no caso específico desse homem, ela disse que se tratava de seu filho do terreiro.

Moravam com ela, na ocasião, treze meninas e seu namorado (mais seis cães que ela fez questão de incluir na contagem). Ao longo da entrevista, fomos interrompidas várias vezes por algumas delas e observando a dinâmica cotidiana dessas relações ficou evidente essa reiteração constatare dos lugares específicos que cada uma ocupa. Assim, conforme já havia observado nos tempos da Pesquisa Trans, a reafirmação de Suzuky de sua autoridade junto a elas se dava, frequentemente, a partir de uma performance singular, pautada não só nos aconselhamentos e interdições, mas nas entonações com que estes eram expressados. Em uma determinada situação, adentrou na sala uma jovem travesti segurando uma muda de azaleia dizendo que queria plantá-la em algum vaso. De imediato, Suzuky a interpelou que não fizesse isso naquela hora, mas à noite, quando voltasse do motel em que *batalhava*. Ao insistir em plantar naquele momento, Suzuky foi incisiva dizendo que não queria que aquilo fosse feito naquela hora. Sem questionar, a jovem saiu da sala. Passados alguns minutos, outra *menina* adentrou no cômodo e perguntou, chamando-a por *tia*, se ela poderia acompanhá-la a uma loja pra comprar um *cropped*⁵⁸. Suzuky questionou o que seria isso e, ao explicá-la do que se tratava, essa jovem disse que “precisava se arrumar melhor pra descer, pois as *bichas* na rua estavam todas ridicularizando ela por não ir bem vestida”. Suzuky disse que sim, que iria com ela, mas que era importante que não aceitasse tais provocações.

Esses diálogos estiveram marcados por certo tom repreensão e autoridade por parte de Suzuky, tendo eu ficado bastante sem graça estando ali presente. Também uma

⁵⁸ *Cropped* é um tipo de vestimenta que tem sido bastante utilizada atualmente. Trata-se de uma mini blusa que deixa exposta a barriga, sendo também, em sua grande maioria, decotada.

terceira situação ocorreu, quando Suzuky chamou, em determinado momento, outra de suas *filhas* para acompanhar parte da entrevista, quando falávamos sobre saúde. Ao dizer que precisava fazer outras coisas, Suzuky a repreendeu dizendo para ficar ali na sala, pois era importante que ouvisse esta discussão, ainda mais que tinha precisado de atendimento médico há pouco tempo e havia sido mal atendida. Mostrando evidente desprezo pela entrevista e por minha presença, ela se sentou no chão, começou a mexer no celular e, nas poucas vezes em que tentei interpelá-la, ela simplesmente me ignorou, embora tenha permanecido o tempo todo ali.

Essas situações, a meu ver, são bastante expressivas das relações intergeracionais muitas vezes estabelecidas entre as travestis. Considerando que essas três interpelações durante a entrevista foram realizadas por travestis/transsexuais aparentemente muito mais jovens que Suzuky, todas situadas na categoria de *filhas* por ela, acompanhar, durante a entrevista, essa interação, que também apareceu recorrentemente em suas narrativas, acabou se constituindo em mais uma oportunidade para observar e analisar tal dinâmica.

Embora, inicialmente, a entrevista tenha transcorrido de uma forma mais engessada, esse clima se alterou paulatinamente, tendo chegado, ao fim, a um formato muito mais espontâneo do que eu imaginara. Houve um acontecimento que, a meu ver, muito favoreceu essa mudança. Próximo à metade da entrevista, Suzuky saiu da sala e deixou a porta que dava para um outro cômodo mais interno aberta. Ao olhar profundos desse outro ambiente, constatei ali uma presença que não me era estranha, porém que não consegui identificar de imediato. Foi quando fui surpreendida por um “*mapô*”⁵⁹, num tá me reconhecendo não?” Assim que ouvi a voz reconheci de imediato que se tratava de Perez, uma transformista que conhecemos também na época da Pesquisa Trans e que, além de informante, transformou-se em uma companheira desses tempos de pesquisa, acompanhando-nos em algumas cervejas “pós-campo”. Porém, não nos víamos há quase dois anos e por ela não estar *montada*⁶⁰ esta lembrança acabou se embaralhando. Percebendo essa confusão ela já pontuou imediatamente “ah, cê nunca

⁵⁹ *Mapô, amapô, amapoa* fazem parte do bajubá/pajubá (dialeto comum entre as travestis/transsexuais), sendo categorias utilizadas frequentemente pelas travestis/transsexuais para se referirem a mulheres cis.

⁶⁰ A expressão “*se montar*” é o termo que define o ato ou processo de travestir-se, (trans)vestir-se ou produzir-se. As práticas de *montagem* e de *transição* são contingentes, diferenciadas em ocasiões específicas, envolvendo graus variados de intervenção e mudança corporal, dependendo das inspirações, técnicas e objetivos (VENCATO, 2013; 2015).

tinha me visto de *ocó*⁶¹ não, né?”, ao que logo respondi que não, que era a primeira vez que a via assim. De fato, por ela estar sempre muito produzida na *pista*, perucas, maquiagem e roupas femininas, houve um deslocamento entre sua imagem, ali presente, e minhas representações a seu respeito. Conversamos por alguns minutos sobre alguns assuntos aleatórios até Suzuky retornar à sala. Ao perceber nossa interação ali, senti por parte dela uma melhor disposição em continuar a entrevista.

Apesar desse clima não muito íntimo entre nós duas, Suzuky foi solícita do início ao fim, comentando, repetidas vezes, sobre a importância de pensarmos em discussões direcionadas às demandas e dificuldades que uma travesti vivenciará em sua velhice. Embora tenha se localizado, recorrentemente, nas categorias da *bicha velha*, da *tia* e da *mãe*, mais que pela idade, estas associações se relacionaram a sua experiência e à transferência desta às travestis e transexuais mais jovens. Ter realizado esta entrevista com ela teve um significado importantíssimo para mim. Além dessa visita, retornei a sua casa uma semana depois, quando conversamos ainda sobre outros assuntos, agora não mais presas à formalidade de um roteiro e um gravador.

No final de novembro Suzuky sofreu dois repetidos Acidentes Vascular Cerebral (AVC), segundo informação de suas *filhas*, tendo tido ainda outras complicações ao dar entrada ao hospital. Esteve internada por quase duas semanas, vindo a falecer no dia 02 de dezembro de 2016. Recebi todas essas informações em conjunto, tendo, primeiramente, tomado conhecimento pelo *Facebook* e, depois, confirmado em conversa com Anyky e com uma de suas *filhas*, evidentemente muito abalada. Ainda não sabiam sobre o horário e local do enterro e fiquei aguardando para conseguir mais informações pelo *Facebook*. Anunciaram já no fim do dia as informações referentes ao velório, o qual seria realizado no dia seguinte, no Cemitério da Paz, em Belo Horizonte. Infelizmente, não consegui estar presente na ocasião e, embora tenha ido à sua casa na semana seguinte, não permaneci no local por muito tempo. Deixei com Aisha, uma de suas *filhas*, meu telefone, dispondo-me caso precisassem de alguma coisa.

Esta situação afetou-me de diferentes maneiras. Primeiramente, embora não tivéssemos um contato muito próximo, foi inevitável que eu não me sentisse mal diante desta perda. Além disso, não ter conseguido expressar minha solidariedade e ajuda no momento precedente ao seu falecimento, quando ainda estava internada no hospital, foi

⁶¹ *Ocó* é outra categoria êmica, que também faz parte do *bajubá/pajubá*, e que é utilizada por elas, que faz parte do *bajubá/pajubá*, utilizada frequentemente para se referir a homens cis/héteros.

outro incômodo com o qual acabei lidando. Ter, há tão pouco tempo, nos encontrado e compartilhado tantas vivências e intimidades, fez com que ecoasse em mim, por repetidos dias, todos aqueles diálogos e narrativas sobre seus interrompidos projetos e expectativas. De todas as minhas interlocuturas, Suzuky foi a mais jovem. Ao convidá-la para participar da pesquisa, partindo principalmente das considerações de Miguel (2015) sobre a situacionalidade com que a categoria de velhice opera neste universo, quis ater-me mais às formas como a sociabilidade pautada na troca de experiências estipula lugares estratégicos bem demarcados nessas relações, mesmo que essa diferença não passasse necessariamente pelo viés específico da idade cronológica.

Esse infeliz acontecimento me fez repensar uma série de questões relativas à saúde e cuidados. Dias depois, ao comentar sobre o ocorrido com outras conhecidas, travestis e transexuais, foi colocada, repetidas vezes, a questão de que “ela não se cuidava”, o cuidado, essa responsabilização individual, sendo um aspecto central de julgamento, seja pelo sucesso ou pelo fracasso. Paradoxalmente, retomando a entrevista, esta dimensão do cuidado foi constantemente invocada por Suzuky, sobretudo quando este se referia àquele dispendido às suas *filhas*.

As mobilizações sobre sua morte, que ainda permanecem frequentes no *Facebook*, evidenciaram uma rede extremamente solidária entre travestis e transexuais, revelando a intensidade desses laços afetivos, mesmo entre aquelas que haviam, apenas em algum momento, convivido com Suzuky. Os laços religiosos estabelecidos no candomblé também foram expressos de forma significativa neste contexto do luto, homenagens e agradecimentos por seu trabalho espiritual sendo lembrados constantemente por seus/suas outros/as filhos/as, filhos/as de santo. Embora Suzuky tenha se referido sempre como mãe de santo em nossa entrevista, nessas homenagens foi frequente o acionamento da categoria pai de santo para se referir a ela, sobretudo por parte dos filhos de santo do gênero masculino⁶².

⁶² Não sendo o objetivo desta pesquisa, a questão da religiosidade não foi muito explorada durante a entrevista e ao longo deste trabalho. Porém, chamou-me muito a atenção a forma como as categorias mãe de santo e pai de santo foram agenciadas em diferentes contextos. Suzuky sempre se autorreferia enquanto mãe de santo. Já seus filhos – sobretudo aqueles do gênero masculino – referenciavam-se a ela enquanto pai de santo, o que me fez pensar em possíveis disputas, mas também concessões em torno das categorias. Fora do contexto do “sagrado”, do religioso, parece-me dificilmente possível que Suzuky aceitasse ser tratada no gênero masculino. Dentro dele, por sua vez, por motivos que infelizmente não explorei, ser reverenciada enquanto pai de santo pareceu estar acima da reivindicação identitária cobrada em outros espaços.

2.4. Alteridade e diferença

Não busco por meio desta dissertação “dar conta” das experiências, identidades e subjetividades dessas interlocutoras que são múltiplas, fluidas, relacionais e que, por isso mesmo, reconfiguram-se tão logo se altera o par dialógico de suas interlocuções. Ao mesmo tempo, busco descrever certas consonâncias de seus processos, certos encontros afetivos, políticos, performáticos e históricos que as constituíram. Como já abordado anteriormente, oriento-me por uma “objetividade feminista”, buscando produzir um conhecimento reconhecidamente situado e parcial (HARAWAY, 1995). Interpreto minhas múltiplas localidades e posicionamentos sociais não como algo que me “encerra” em supostas categorias, mas que me permite possibilidades enunciativas.

Buscarei demonstrar, ao longo desta dissertação, como determinados elementos singularizam as velhices das travestis. Singularizam as velhices, pois, ao mesmo tempo em que elas se diferenciam enquanto “grupo”, *travestis das antigas, da velha guarda*, ou, simplesmente, “mais velhas”, existem também diferenças dentro desta diferença. É por este motivo que o feminismo interseccional de Avtar Brah e seu conceito relacional de diferença torna-se uma potente ferramenta analítica nesta discussão.

Atenta às provocações de Vergueiro (2014, 2015) e Dumaresq (2016), procuro desenvolver neste texto uma perspectiva autocrítica sobre minha própria prática acadêmica e as possíveis colonialidades epistêmicas contidas em meu discurso. Entre os principais desafios observados nesta minha escrita antropológica, destaco os riscos de ao tentar singularizar processos sociais e culturais acabar por exotizá-los. Conforme será apresentado no próximo capítulo, algumas dinâmicas específicas no contexto das travestilidades redinamizam suas percepções temporais e, conseqüentemente, suas definições sobre o que é e quando é a velhice em seus contextos. Desta forma, meu interesse não é apresentar o tempo das travestis como “outro tempo”, mas evidenciar como alguns mecanismos atuam produzindo ininteligibilidades sociais, políticas e institucionais responsáveis por excluí-las de uma temporalidade linear, progressiva e normativa que busca regular o tempo vivido das pessoas.

3.1. Sobre tempos, corpos e a construção da velhice entre as travestis

No presente capítulo, busco tecer algumas considerações a respeito de uma dimensão básica para compreendermos a construção da velhice entre as interlocutoras: a temporalidade. Seguindo a perspectiva de Henning (2014), ao considerar a polivalência semântica deste termo, leio-o a partir das dinâmicas do tempo e da variação temporal tal como são relatadas pelas entrevistadas. Discutir processos de envelhecimento desconsiderando as experiências temporais dos sujeitos provoca um borramento de suas agências e reflexividades capazes de transformar uma suposta temporalidade “única” e “singular” em temporalidades – múltiplas, no plural. Assim, embora Schwarcz (2005) nos chame a atenção para a forma como “nós” ordenamos nosso tempo – esse tempo seriado e cumulativo – é preciso problematizar que esse tempo não consegue abarcar as pluralidades das experiências que constituem a malha social.

Questão que me chamou atenção durante todo meu percurso etnográfico – desde o trabalho de campo realizado junto ao Nuh às entrevistas realizadas em minha monografia e também nesta dissertação – foi a forma como essa experiência temporal entre as travestis aparece, em muitos casos, atravessada por certa instabilidade, provocando um sentido de vivência permanentemente provisória entre elas. Considerando os contextos de vulnerabilidade e precariedade social em que se inserem, os riscos que experimentam marcam a “eminência do fim” como uma constante em potencial. É por esse motivo que alcançar idades como 35 ou 40 anos pode reposicioná-las como “velhas”, por exemplo, em suas redes de sociabilidade. Ao mesmo tempo, não seguir certas prescrições normativas que também permeiam os discursos sociais como casamento, reprodução, criação dos filhos, netos etc. é outro ponto que se apresentou relevante na compreensão desses reordenamentos simbólicos.

Nos tópicos subseqüentes, apresento algumas reflexões sobre este aspecto temporal, avançando, em seguida, para algumas considerações a respeito de determinados códigos e performances que se convertem em mecanismos de diferenciação social em suas redes de sociabilidade. Conforme será observado, essas diferenciações passam, geralmente, por certas concepções estéticas, de corpo, feminilidade, saúde, autoridade e afeto, um conjunto de categorias êmicas emergindo

deste processo. Acredito que a riqueza etnográfica desses dados consiste em apontar a multiplicidade relacional, e em constante mudança, de que se trata a identidade, ou melhor, as identidades dos sujeitos. Entre *traveções*, *bichas velhas*, *mariconas*, *vovós e tias*, o que está em jogo é somente – e em tudo – o contexto de suas relações.

3.2. Contra tempos e temporalidades normativas: efeitos da abjeção nas experimentações temporais

Conforme se verifica ao longo da história – e na própria Antropologia –, infância, adolescência e velhice passaram a ser definidas não só em termos biológicos e culturais, mas também de direitos e deveres, regulados pelo Estado e seus gestores (DEBERT, 2006). Estatutos como o da Criança e do Adolescente e o do Idoso, no contexto brasileiro, por exemplo, podem ser pensados enquanto dispositivos que constituem sujeitos políticos a partir de determinados critérios normativos, estabelecendo, desta forma, seus *status* de cidadãos/cidadãs⁶³. Problematiza-se que tais parâmetros, ao excluir a plasticidade das formas com que esses períodos podem ser percebidos/vivenciados, implicam, conseqüentemente, em outras exclusões no campo político e também assistencial daqueles/as que não se enquadram em tais modelos prescritivos.

Embora considere a arbitrariedade destas definições, supus ser interessante utilizá-las durante a entrevista como forma de tatear, inicialmente, o assunto da velhice junto às interlocutoras. Assim, a primeira pergunta que lhes fiz, do bloco intitulado “envelhecimento” do meu roteiro, dizia respeito ao que pensavam sobre o marcador etário dos 60 anos na definição de idoso naquele Estatuto. Todas elas, em maior ou menor grau, tensionaram esse critério etário, discordando do mesmo.

Não acho que a gente vira idosa aos 60 anos! Você chegando aos 40 anos já é idosa! No caso da travesti, entendeu? Aí já é maricona, já é velha... (Anyky)

Olha, eu não concordo com essa ideia de 60 anos no caso das travestis não! Elas com 35, 40 anos já tão velhas já. (Suzuky)

De aí em diante, uma série de considerações a respeito desse não enquadramento das travestis idosas aos parâmetros institucionais, sociais e políticos do que concebemos

⁶³ Para ver Estatuto da Criança e do Adolescente, acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm . Acessado em 03 de março de 2017.

Para ver Estatuto do Idoso, acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm . Acessado em 03 de março de 2017.

como velhice e/ou terceira idade foram mencionados por elas. Num primeiro plano, a ausência de certos marcos cis-heteronormativos em suas trajetórias como casamento, reprodução, criação dos/as filhos/as e netos/as, comumente associados a uma suposta idade adulta e velhice, por exemplo, apareceram como algo que as situaria fora de um quadro de inteligibilidades sociais. Assim, conforme comentaram

Olha, primeiro, o envelhecimento pra uma travesti vai ser diferente do que é pra outras pessoas, né? Porque, pra ela, não vai ter aquela coisa assim dela casar, ter filhos, ver os filhos crescerem, ter netos depois... Na vida da travesti não tem nada disso! Então é muito ruim, né? (Anyky)

A gente, infelizmente, não vive do mesmo jeito que uma pessoa que não é travesti, né? De construir uma família e tal... Isso é ruim porque a gente acaba ficando muito só, muito triste... (Zoraide)

Este tipo de reflexão pode ser pensada a partir das postulações de Henning (2014), comentadas brevemente no capítulo um, acerca de uma teleologia heteronormativa compreendida enquanto

uma forma normativa de estipular metas, fins e objetivos últimos para o percurso biográfico (como relações sexuais, conjugalidade, reprodução, parentalidade e conformação familiar), os quais são guiados por referenciais heterossexuais inequívocos e aparentemente inescapáveis e cuja finalidade e sequencialidade linear e irretornável se tornam, em um efeito social pervasivo e convincente, princípios fundamentais de explicação, significação e ordenação da experiência biográfica. (p. 323)

É preciso que problematizemos os efeitos dessas expectativas sociais nas experiências e subjetividades de quem não se conforma a elas, uma vez que parecem alimentar a construção errônea de que a felicidade dependeria desses eventos para se tornar verdadeiramente plena. Aliás, é preciso destacar, este é um discurso que impacta não somente a vivência das populações LGBT, mas também de um conjunto de atores que, ao não tomar tais eventos enquanto projetos de vida, acabam por sofrer recorrentes sanções e coerções por parte daqueles que argumentam a seu favor. Esta é a crítica lançada por Ahmed (2011) ao postular que o direcionamento para determinados objetos, entes ou realizações específicos vistos como “essenciais” se posicionariam em um horizonte futuro sem os quais a felicidade jamais poderia ser alcançada (apud Henning, 2014). A ideia de futuro feliz, desta forma, estaria associada à perseguição de determinados alvos heteronormativos inescapáveis para o sucesso no curso da vida.

Outro autor que ocupa um importante destaque nesta discussão é Halberstam (2005), o qual, ao teorizar temporalidades e geografias pós-modernas, vê nos modos de

vida *queer*⁶⁴ a potência para abrir novas alternativas de vida e relações alternativas com o tempo e o espaço. Neste sentido, conforme pontua, subculturas *queer* produziriam temporalidades alternativas permitindo aos seus participantes acreditar que seus futuros podem ser imaginados de acordo com as lógicas externas daqueles marcos paradigmáticos de experiência de vida – a saber, nascimento, casamento, reprodução e morte. Neste sentido, atuariam na produção de uma resistência *queer* como “modo de vida”, seguindo a perspectiva de Foucault (1996)⁶⁵. O conceito de temporalidades *queer*, conforme proposto pelo autor, deixa claro como a respeitabilidade e as noções de “normal”, do qual ela depende, pode ser mantida por uma lógica da classe média de temporalidade reprodutiva. Indo um pouco além, ele pontua como, nas culturas ocidentais, situamos a emergência do adulto, dos perigosos e desregrados períodos da adolescência, como um processo de maturação desejada, bem como criamos a longevidade como o mais desejado futuro, patologizando, inclusive, os modos de vida que mostram pequena ou nenhuma preocupação com a longevidade. O “tempo da reprodução”, que governa as mulheres por um relógio biológico, o “tempo da família”, que se refere a um plano normativo de vida diária e o “tempo da herança”, relativo a um tempo geracional dentro do qual valores, riquezas e bens são passados de uma geração a outra, todos estes corresponderiam a lógicas estruturadas por (e através de) marcos heteronormativos.

Sublinho que, embora a pesquisa de Halberstam (2005) esteja circunscrita ao contexto norte-americano, suas teorizações permitem aproximações com relação às formas como as travestis também organizam suas lógicas temporais, não desconsiderando, é claro, as especificidades de cada contexto. Vários desses tensionamentos produzidos por um “modo de vida *queer*” parecem se aproximar dos discursos das travestis, ligados, em grande parte, à violência que experimentam cotidianamente ou mesmo ao contexto epidêmico do hiv/aids que marcou (e ainda marca) profundamente suas experiências no Brasil. Retomo a questão específica do hiv/aids, pois é justamente a partir deste último evento que Halberstam (2005) situa a emergência do tempo *queer* (*queer time*) dentro das comunidades gays, cujos horizontes

⁶⁴ A expressão modos de vida *queer* utilizada pelo/a autor/a abrange “práticas subculturais, métodos alternativos de alianças, formas de corporificação transgênera e essas formas de representação dedicadas a capturar esses modos de ser desejosamente excêntricos” (ibid., p., 1).

⁶⁵ Segundo Foucault (1996, p. 310), a homossexualidade ameaça as pessoas “mais como um modo de vida do que como um modo de fazer sexo”.

de possibilidades tinham sido severamente diminuídos pela epidemia da aids. Desta forma, a ideia de um futuro “constantemente a diminuir” acabou por criar uma nova ênfase no “aqui e agora”, no presente, enquanto a ameaça de um “não-futuro” atuou expandindo um potencial “do momento”, abrindo “novas possibilidades para fora do tempo em mãos”. Mas o autor destaca que, ainda que o tempo *queer* emergja da crise de aids, ele não é sobre compressão e aniquilação. “É também sobre a potencialidade de uma vida improvisada pelas convenções de família, herança e criação dos filhos” (ibid., p., 2).

A aproximação que proponho entre contextos tão distanciados, geográfica e politicamente, se dá pela radicalização com que a passagem do tempo é, muitas vezes, interpretada nos discursos das interlocutoras que constroem este trabalho, como fica evidente nas seguintes falas:

A gente quer tudo pra ontem! A gente quer tudo rápido porque a gente não tem muita coisa, a gente vive mais só... a gente vive muito urgente mesmo! E como tem muitos riscos, né? Todas as violências, doenças... Então a gente sente que está sempre a correr! Principalmente praquela que vive da prostituição! (Sissy)

A travesti não sabe se vai viver, né? É tanta coisa que ela enfrenta... Então tudo pra ela tem que ser no momento! E aí, quando você vê todo dia uma amiga morrendo, que você vê a violência, aids, aí você por acaso vai pensar em futuro? Não! Todas têm certeza de que não vão envelhecer... Ela sabe que hoje está viva e que amanhã pode estar morta em qualquer lugar... (Anyky)

Esta corrida contra o tempo revela a imediaticidade com que muitos de seus processos são agenciados. Esse tempo que comprime, mas que também produz diferentes “modos de vida”, pode ser lido, então, como efeito de um conjunto de situações, a maioria delas, infelizmente, relacionada aos ciclos de violências e ininteligibilidades sociais que marcam suas experiências. A ênfase no “aqui e agora” provocada pela epidemia do hiv/aids, por exemplo, conforme Halberstam (2005) ressaltou no contexto norte-americano das comunidades gays, também apareceu em alguns relatos desta pesquisa, responsável pela realocação de um tempo onde o futuro torna-se incerto, “um acaso da vida” segundo Anyky e, portanto, toda a atenção é investida no presente.

De acordo com o que foi apresentado no capítulo anterior, as interlocutoras deste trabalho viveram de forma dramática o primeiro momento da epidemia no Brasil, momento que vai do reconhecimento da descoberta do vírus (hiv) na esfera pública em 1983 até a garantia da distribuição gratuita do “coquetel” pelo Sistema Único de Saúde

(SUS) (ZAMBONI, 2015). Portanto, esta se torna uma dimensão fundamental na análise de suas trajetórias, tendo atuado sobre elas através de diferentes mecanismos. “Ver todo dia uma amiga morrendo” (Anyky) ou ter sido diagnosticada como “soropositiva” estabelece, evidentemente, uma relação peculiar com a passagem do tempo, onde a eminência da morte é muitas vezes vivenciada intensamente no presente.

Sissy, por exemplo, relata que, ao ter sido diagnosticada como soropositiva, em 1986, quando vivia na Europa, acabou se entregando à dependência química. Em suas palavras “eu achava que ia morrer mesmo, né? Então comecei a me picar, passei três anos assim, pois não queria voltar pro Brasil sem dinheiro e ainda por cima doente...” Cláudia também narra que, ao se descobrir soropositiva há nove anos, vivenciou, inicialmente, intensas crises, a permanente incerteza com relação ao futuro tendo reorganizado completamente sua vida. Se, conforme demonstrando no capítulo dois, o dispositivo da aids (PERLONGHER, 1987; PELÚCIO & MISKOLCI, 2009) produziu uma “nova espécie”, circunscrevendo na categoria de aidéticos/as sujeitos de “trajetória moralmente condenada” (VALLE, 2002, p. 185), esse dispositivo atuou também por outras margens como na redinamização das próprias percepções temporais das travestis, aproximando suas experiências daquelas abordadas por Halberstam (2005), sob a perspectiva de um tempo *queer*.

Outra vez retomo a questão da violência, pois esta se mostrou determinante nas (re)elaborações simbólicas das interlocutoras sobre a passagem do tempo. Considerando que todas elas saíram/foram expulsas de casa ainda muito jovens, a maioria com idades entre 8 e 12 anos, o rompimento dos vínculos familiares e a necessidade de buscar alternativas para garantir a própria sobrevivência implicou em processos de amadurecimento extremamente precoces. Assim, conforme ressaltaram

Na verdade, quando a travesti sai de casa é que ela começa a envelhecer, que é quando ela começa a ter responsabilidade! Porque todo peso vem nas costas da pessoa quando ela é expulsa de casa, né? Vem o peso da depressão, da humilhação... E ela sabe que ela tem que se virar! E aí ela tem que começar a se sustentar, tem que se virar! (Anyky)

Envelhece cedo porque sai cedo de casa! Vira travesti, vem pra uma casa de diária, tem que ter muita responsabilidade com a diária, tem que ter responsabilidade com as coisas, tem que trabalhar pra se manter... então adquire peso, cargas, responsabilidades, como se diz, né? (Suzuky)

Não foram raros, entre elas, os relatos sobre ter vivido na rua durante um tempo até conseguir se manter, o que significou, em quase todos os casos, iniciar-se no

trabalho sexual. Apenas Cláudia traçou uma trajetória diferente, a culinária se transformado em sua principal ocupação e meio de subsistência.

Papai me surrou muito quando eu tinha uns oito anos, depois de descobrir que eu e meu primo tava fazendo coisa errada! Depois disso, eu sumi na lapa do mundo! E assim fui crescendo... e cozinhando! Eu trabalhava em restaurante, eu cozinhava em restaurante lá no fundão, eu fazia tudo! O fogão era alto, aqueles fogão industrial, eu botava o caixotezinho assim, de refrigerante, pra eu subir em cima e ficar mexendo com panela... E me dei conta! Aí ingressei... Aí todo mundo “travesti!” e eu vestia de mulher, eu botava meus brincos, eu botava meu cabelo... (Claudia)

O ofício de cozinheira, conforme descreve, é o que permanece, desde sua infância, aproximando-a constantemente de uma estereotipada feminilidade, uma performance investida com dedicação e orgulho. Ainda por volta dos nove anos foi viver na residência de uma advogada da cidade (Alnópolis – BA), mulher que “se tornou uma espécie de madrinha” pra ela, pra quem trabalhou como doméstica. No caso das demais interlocutoras, esse suporte social foi estabelecido no convívio com outras travestis mais velhas que as iniciaram nos saberes e práticas da travestilidade, consideradas também suas *madrinhas*, discussão que retomarei logo mais. Cabe destacar aqui que, se muito cedo *caem na rua*, é muito cedo também que chegam as consequências provocadas por essa rotina de trabalho.

Sabe por que eu acho que o tempo passa tão rápido pras travestis também? Porque elas caem na rua muitas vezes menor de idade, quando elas assustam ... 18 anos já! E aí foi! (Suzuky)

Se uma bicha cai na praça com 15 anos, com 25 ela já tá querendo sair! Tá velha já! (Zoraide)

Essa compressão do tempo, que encurta e acelera o trânsito entre etapas distanciadas, tensiona, evidentemente, concepções relativas a outros períodos como é o caso também da juventude. Se, para algumas, o início de todo o processo se dá ainda nos tenros anos da infância, para outras, inicia-lo um pouco mais tarde implica em agenciamentos mais acelerados, em função de um suposto tempo perdido. Assim descreve Sissy que, entre as interlocutoras, foi quem iniciou a transição mais tarde, aos 17 anos: “Quem demora um pouco mais pra começar a transição acaba sentindo que perdeu muito tempo da vida, né? Então a gente tem que correr atrás... Quer tudo pra ontem!”

Durante o trabalho de campo realizado pela Pesquisa Trans tive a oportunidade de também ouvir com certa recorrência este tipo de colocação. Tendo conhecido muitas

meninas que tinham acabado de *cair na pista*, era muito frequente ouvir por parte destas uma urgência em *se fazer logo*, uma vez que sentiam ter perdido muito tempo de suas vidas com esse desejo latente. Era com ansiedade que compartilhavam suas expectativas com relação a corpo e performatividade, mostrando, muitas vezes, as modelos em quem se inspiravam nessa busca por uma dada referência de feminilidade. Anyky, conversando comigo em determinada situação, avaliou que o problema para essas que acabavam iniciando um pouco mais tardiamente sua transição assentava-se numa busca tão urgente pelo corpo “perfeito” que acabavam exagerando nos tipos de intervenções a que se submetiam.

3.3. A velhice enquanto categoria de resistência

*“And when the sun rises we are afraid
It might not remain
when the sun sets we are afraid
It might not rise in the morning
when our stomachs are full we are afraid
of indigestion
when our stomachs are empty we are afraid
we may never eat again
when we are loved we are afraid
love will vanish
when we are alone we are afraid
love will never return
and when we speak we are afraid
our words will not be heard
nor welcomed
but when we are silent
we are still afraid
So it is better to speak
remembering
we were never meant to survive”
(A litany for survival, Audre Lorde)*

Ao apresentar a associação entre o contexto epidêmico do hiv/aids vivenciado pelas interlocutoras, as violências familiares que sofreram (culminando na necessidade de auto sustento precoce) e as demais violências presentes em suas trajetórias, minha intenção foi demonstrar sua atuação no reordenando simbólico da própria temporalidade em suas narrativas. É por este motivo que retomo agora as categorias *sobreviventes*, *vitoriosas* e *guerreiras*, mencionadas brevemente no capítulo um, para refletir como o envelhecimento pode ser lido, antes de tudo, como um profundo ato de resistência.

Considerando que a expectativa de vida de travestis no Brasil é de 35 anos⁶⁶, ter quarenta anos de idade pode significar, para muitas delas, considerar-se velha, já que as próprias referências disponíveis para elas sobre a terceira idade/velhice são ainda muito tímidas. Assim, não foram raras as vezes em que ouvi de travestis ainda jovens que estas se consideravam já velhas, uma vez que “sobreviver às suas idades não era pra qualquer uma”. Dados da organização não governamental *Transgender Europe* (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênera, corroboram estas informações, demonstrando que o Brasil é o país onde mais se mata travestis e transexuais no mundo⁶⁷. Embora os dados produzidos pelo próprio Estado brasileiro sejam precários e pouco sistematizados, esse quadro de violência tem, desde os anos de 1980, sido denunciado por ativistas, pelo movimento social ou mesmo por algumas vítimas de atos de violência (PRADO et al., 2016). Considerando ainda a negligência e silêncio públicos diante do reconhecimento legal desta população e de suas demandas, o que se percebe é, como já mencionado anteriormente, uma política de extermínio contra pessoas trans (ibid.) ou um verdadeiro genocídio destas, nas palavras de Jesus (2013).

É devido a tais contextos de precariedade que envelhecer pode se tornar sinônimo de *sobreviver*, sobrevivência que se forja no cotidiano e se anuncia a partir desses altos índices de mortandade. Ao retomar a entrevista que realizei com Zoraide, na presença de Sissy, bem como minhas anotações de campo desse dia, percebo como todo esse contexto aqui denunciado é reproduzido narrativamente por elas através do que Zamboni (2015) caracteriza como interlocuções da dor⁶⁸.

⁶⁶ Este foi um dado publicizado, inicialmente, por Antunes (2010) a partir de seu trabalho *Travestis Envelhecem?* e que vem sendo constantemente reiterado por ativistas e militantes do movimento social, como se observa na própria Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). Embora considere os problemas metodológicos envolvidos nesta informação, seu constante acionamento tem significado, nos diversos discursos que observo, uma estratégia de visibilizar e denunciar o quadro violento e genocida em que travestis e transexuais estão inseridas. Considerando também meus dados de campo observados ao longo desses cinco anos e tendo acompanhado o grande número de mortes reportadas cotidianamente, tanto no trabalho de campo quanto nos canais de comunicação, esta baixa expectativa de vida não me surpreende. Portanto, tendo em vista todos esses aspectos, considero importante, neste trabalho, partir dessa informação enquanto dado etnográfico extremamente útil pra se pensar nas dinâmicas envolvidas nos processos de envelhecimento e de percepção temporal.

⁶⁷ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-pessoas-trans-e-extremamente-alta-nas-americas-apontam-onu-e-parceiros/>, acessado em 14/10/2016.

⁶⁸ Inspirado no trabalho de Crapanzano (2004), Zamboni (2015) nomeia de *interlocuções* os processos de transmissão da dor entre corpos e de sua expressão performativa em situações específicas de interação. Segundo este: “Crapanzano defende a necessidade de olharmos para as formas pelas quais a dor é articulada, transmitida e recebida” (p. 144). Alinhavo-me a esta perspectiva para pensar como no encontro entre Zoraide e Sissy a dor com relação às amigas já falecidas é compartilhada narrativamente por elas.

Na entrevista de hoje com Zoraide, ela e Sissy compartilharam diversas memórias com relação a outras travestis que fizeram parte de suas trajetórias. Surpreendi-me com a quantidade de vezes que o termo “falecida” foi mencionado nesses diálogos. Assassinato, aids e acidente em aplicações de silicone foram as principais causas de morte que me relataram, a maioria delas sendo de travestis ainda jovens. Ao falarem sobre as “falecidas fulanas” todo o ambiente imergia num estado mais grave, de pesar e mesmo de saudade, em alguns momentos. Pude perceber entre elas o compartilhamento intenso de certas memórias dolorosas, a morte sendo um assunto constante nestas interlocuções. (Diário de campo, setembro de 2016)

Após transcrever essa entrevista, consegui contabilizar – entre os nomes recordados por elas – sete travestis que morreram em decorrência dos motivos mencionados: as *falecidas* Sabrina, Margareth, Gina, Marta, Cinthia, Malu e Flávia. Ressalto esse evento narrativo, pois acredito em sua potencialidade para a compreensão do histórico de resistências que as situa, atualmente, nesta condição de *sobreviventes*. Sissy, por exemplo, foi enfática ao declarar-se *vitoriosa* por ter sobrevivido “às tantas ditaduras enfrentadas: militar, familiar, religiosa, por ter passado pelo processo inicial do hiv/aids, pela prostituição, pelas drogas, pelas violências e, ainda assim, ter atingido os 60 anos”. Anyky, Zoraide e Cláudia compartilham dessa mesma retórica, todas elas descrevendo como “estar viva” é sinônimo de vitória. No caso específico de Suzuky, que faleceu aos 39 anos durante a realização desta pesquisa, após uma série de complicações com a saúde, esses dados só se confirmam.

Acredito que, ao narrarem todos esses enfrentamentos, as interlocutoras deste trabalho fizeram, nos termos de Rago (2013), uma reconstrução do passado, uma avaliação das experiências vividas, além de conferirem sentido ao presente, principalmente através do acionamento dessas categorias de *vitoriosas* e *sobreviventes* e em sua transmutação em “identidades coletivas”. Embora enfatize que seus percursos biográficos estejam recortados por múltiplas violências, vislumbro também as possibilidades de produção de novos contextos mesmo a partir deles. Ancorando-me na perspectiva de Das (2011, p. 16) de que “ser vulnerável não é o mesmo que ser vítima” destaco que, a despeito de todo esse quadro genocida, cotidianamente elas estão reinventando suas relações com o mundo e consigo próprias, o acionamento das categorias *sobreviventes*, *vitoriosas* e *guerreiras*, por exemplo, tendo a ver tanto com a denúncia das diversas práticas de extermínio engendradas contra elas, como também com a construção de uma subjetividade pautada em determinados signos e em sua reocupação, ao longo do tempo, por meio de processos performativos e narrativos. Nos trabalhos de Siqueira (2004, 2009) e Antunes (2013) estas categorias também assumem

enorme relevância entre as interlocutoras, apontando como a agência dos sujeitos pode ser constantemente (re)criada através das situações e posições que lhes são conferidas (SCOTT, 1999).

3.4. Temporalidades performativas

Atravessando agora para uma dimensão mais física do envelhecimento, gostaria de ressaltar, brevemente, como aquela “precocidade” tantas vezes mencionada nas percepções relativas à velhice também se articula a outras práticas sociais. Assim, chamo atenção para alguns fatores interpretados pelas interlocutoras desta pesquisa como possíveis “catalisadores” do envelhecimento, quase todos vinculados à vivência na prostituição – o que, provavelmente, pode ser também aproximado da experiência de mulheres cisgêneras que exercem trabalho sexual. Ao questionar sobre os motivos que as levariam a envelhecer “mais cedo”, as respostas seguiram a uma argumentação comum:

Eu acho que é devido à vida que leva... às vezes, tem muita bebida ou fuma muito ou faz isso, faz aquilo, né? Então eu acho que elas envelhecem mais cedo. Bom, não pelo caso dela ser travesti! O caso dela saber se cuidar, dela saber que precisa se alimentar, se cuidar, precisa tomar medicamento, precisa saber... Se ela desprezou isso, então a velhice chega muito mais rápido, né? (Cláudia)

O que eu acho que envelhece é dormir maquiada, chegar em casa bêbada, drogada, e ir dormir maquiada... Isso é que envelhece! Mas tem muitas que cuidam! Que chegam em casa e tomam um banho, limpam e passam um creme, não consomem muita bebida... Essas conservam mais a juventude! (Zoraide)

A travesti, em si, envelhece mais rápido. Por motivo de drogas, perda de sono, não se alimentam direito, não tem alimentação correta, não tem horário pra alimentar, falta de sono... (Suzuky)

Como se percebe, o pano de fundo em todas essas narrativas parece se relacionar ao exercício do trabalho sexual. Embora a própria Cláudia não tenha experimentado a prostituição em seu percurso biográfico, suas ponderações, neste caso, remetem a uma ideia de envelhecimento precoce da travesti, ancorado nas práticas referentes à “*vida que leva*”, vida que está muitas vezes resumida às *pistas*, como ela mesma pontuou em seguida na nossa conversa.

Conforme pude verificar durante o trabalho de campo que realizei entre 2012 e 2014 pela Pesquisa Trans, esse consumo de álcool e outras drogas no âmbito da

prostituição era mesmo bastante comum. Retomando meu diário de campo da época, é possível entender melhor como o consumo dessas substâncias pode estar atravessado por múltiplas intenções e significados variáveis. No trecho a seguir apresento um dos exemplos de como este consumo foi expressado durante um encontro que vivenciei na *pista*:

O campo de hoje foi muito intenso – e cansativo. Chegamos à Pedro II por volta das 22h30min e ficamos por lá até depois das 03h da madrugada. Fez muito frio e quando, finalmente, achamos que íamos embora, já que a pista estava vazia, encontramos Dani, numa das últimas esquinas da avenida. Dessa vez, ela nos deu mais atenção que de costume e, provavelmente, nosso diálogo durou muito mais de uma hora. Dani estava claramente bêbada e falava com um pouco de dificuldade. Como outras meninas que tínhamos visto neste dia, ela também bebia conhaque. (Elas disseram que bebiam pra dar conta de suportar o frio da *pista*). Mesmo sem termos mencionado qualquer coisa sobre a bebida, Dani começou a nos contar que a bebida facilitava a vivência na prostituição. Conforme nos relatou, por ser muito tímida a bebida é uma forma de conseguir se soltar mais na *pista*. Além disso, disse que a bebida representava pra ela uma fuga – e uma estratégia – pra continuar *batalhando*. Ela nos contou então que, há alguns anos, após sair de Maceió, havia morado em Brasília, onde conheceu seu ex marido. Contou que eles viveram juntos por um tempo (a época mais feliz de sua vida) até o dia em que ele teve uma crise convulsiva e hemorrágica e foi parar no hospital, onde descobriu uma meningite agravada pela constatação de que era também soropositivo. Dani nos contou essa história em meio a muitas lágrimas – emocionando a algumas de nós também – e disse ter fortes crises depressivas por se sentir responsável pela infecção do marido, que veio a falecer pouco tempo depois desse episódio. Ela contou que ele sempre foi contra seu trabalho na prostituição e que ter voltado integralmente pra esse trabalho (que, na época, ela abandonara) era algo extremamente difícil pra ela. Se relacionar com outros homens também era algo que a fazia se sentir mal, embora precisasse do dinheiro pra sobreviver. Diante de todo esse contexto, ela disse que a bebida era o que a ajudava a suportar essa rotina, mas que gostaria, o quanto antes, de abandonar outra vez a prostituição e poder se manter por outros meios. (...) Toda nossa conversa foi muito intensa tendo nos mobilizado de diferentes e fortes maneiras. (Trecho do diário de campo, junho de 2013)

Esse consumo de drogas percebido com grande frequência nas *pistas* chama atenção para a necessidade de leituras mais densas e cuidadosas sobre o contexto da rua e da prostituição. Rocha et al. (2013), por exemplo, desenvolvem uma importante reflexão acerca do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. Partindo de algumas etnografias (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2007), elas identificam que a droga aparece em seus contextos dissolvida em espaços de sociabilidade vinculados à prostituição, por meio da prática com os clientes, da violência compartilhada na rua e também no uso de hormônios para a modificação corporal. Considerando a leitura preventiva acerca dos fatores de risco e proteção, onde os fatores de risco representam aqueles associados à maior propensão ao uso e os de

proteção àqueles que diminuem a probabilidade do uso de drogas pelo sujeito, as autoras destacam que, entre as travestis, os fatores de risco são altos enquanto os de proteção são baixos. Entre os fatores de risco, identificam a falta de apoio familiar, a marginalidade, a disponibilidade da droga nos contextos de vida e trabalho e, na contrapartida, destacam a escassez de fatores de proteção como, por exemplo, de um suporte da rede social e afetiva.

Suzuky, que havia sofrido um enfarto cerca de um ano e oito meses antes da entrevista, comentou comigo que no seu laudo médico constavam como desencadeadores desse quadro clínico “estresse nervoso, excesso de bebida alcoólica e uso de entorpecentes”. Segundo ela, *whisky* e cocaína eram as principais substâncias de que se utilizava, o álcool sendo um vício que passou a acompanhá-la desde que viveu na Europa: “Eu comecei a beber assim depois que fui pra Europa! Porque lá, pra suportar o frio, não tem jeito! Aí se acostuma, né?” É importante não perder de vista o imbricamento de todos estes aspectos e seus efeitos na constituição das experiências aqui analisadas. Porém, analisar mais detidamente esse consumo não implica encerrá-lo apenas à categoria de uso que se relaciona à prostituição, excluindo outras possíveis utilizações recreativas e/ou produtivas em outras situações. Vergueiro (2014), por exemplo, nos provoca a pensar sobre o uso de substâncias ilegais enquanto importante componente na transição de gênero. Segundo a autora

Vejo potenciais deslocamentos ao pensar a ganja desta forma, desestabilizando narrativas trans* dominantes constituídas+constrangidas junto ao regime confessional médico [...] e supercentradas em seus produtos e serviços (terapias hormonais e procedimentos cirúrgicos). E, de fato, minhas primeiras saídas ‘en femme’ foram em parte viabilizadas pela brisa da ganja, espécie de ‘dose de coragem’ para me apresentar socialmente ‘como mulher’. E, em certo sentido, a *cannabis* segue sendo instrumento pessoal de enfrentamento aos cis+sexismos que me deixam insegura e temerosa ao me autodeterminar socialmente como viviane. (ibid., p. 24)

Uma vez que o consumo do álcool e de outras drogas tenha sido mencionado pelas interlocutoras como suposto catalizador do processo de envelhecimento, considere importante trazer essas diferentes perspectivas para que pudéssemos pensar sobre seu uso, evitando possíveis e imediatas leituras descontextualizadas.

Ressaltados os efeitos da rotina de trabalho nas percepções sobre a velhice, busco explorar agora como essa temporalidade combinada a certos códigos e performances produz diferenciações intergeracionais consubstanciadas e circunscritas em diferentes categorias.

3.4.1. Travestilidades através do tempo

Nos discursos das interlocutoras desta pesquisa, fica evidente a busca por uma aproximação constante do que socialmente é compreendido como feminino por elas, considerando, evidentemente, as nuances de que essa feminilidade pode estar composta. Para além de um “corpo feminino”, discursos e práticas interpretados como pertencentes à ordem desta feminilidade também são requisitos fundamentais para sua legitimação e reconhecimento em suas narrativas. Desta forma, o gênero pode ser interpretado como algo performativo, no sentido em que, através de atos, gestos e atuações, produz o efeito de um núcleo ou substância interna, a “identidade”, que, na verdade, é uma fabricação manufaturada e sustentada por signos corpóreos e outros meios discursivos (BUTLER, 2013). A partir desta perspectiva, o gênero pode ser lido, então, não como uma propriedade dos corpos, mas como algo que produz efeitos neles por meio de diferentes tecnologias sociais e/ou biomédicas, discursos, epistemologias, práticas críticas institucionalizadas e práticas da vida cotidiana (LAURETIS, 1994).

Conforme um conjunto de etnografias apontam (SILVA, 1993; KULICK, 2008; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2009), determinadas intervenções corporais como a ingestão de hormônios, a aplicação do silicone industrial e prótese de silicone, bem como outras transformações e investimentos menos invasivos como a depilação e colocação de *mega hair* acabam por marcar, pontualmente, suas transições e processos de construção de um feminino travesti, sejam elas em maior ou menor grau. Conforme ressalta Pelúcio (2009, p. 91), “as travestis fazem uso das tecnologias do corpo que estão disponíveis, (re)apropriando-as e (re)convertendo-as, a partir de um saber próprio”. Ao compreender, portanto, a construção do gênero como performativa, torna-se também possível historicizá-la, considerando as possíveis variações encontradas em torno de representações sobre feminilidade e masculinidade disponíveis a cada tempo. Considerando ser através das técnicas do corpo⁶⁹ (MAUSS, 1974) que se produzem diferentes performatividades, é possível imaginar como, no que se refere às inovações

⁶⁹ Por técnicas do corpo Mauss (1974) se refere às maneiras pelas quais os homens sabem servir-se de seu corpo. No caso das travestis, para além dos investimentos corporais de que experimentam (hormônios, silicone industrial, prótese de silicone, maquiagem, *mega hair*, depilação, uso de cosméticos, musculação, vestimentas etc.) há também toda uma “pedagogia corporal” por detrás de suas performances, geralmente transferida entre travestis de diferentes gerações.

tecnológicas, por exemplo, sua atualização no mercado produz novos padrões e modelos estéticos que servirão de inspiração a grupos e sujeitos de cada geração.

As interlocutoras desta pesquisa afirmam a demarcação dessas fronteiras geracionais através das diferentes experimentações e expressões do gênero feminino, corporalizadas nas distintas performances. Considerando, pois, as tecnologias corporais disponíveis em cada momento e sua utilização para a construção de determinado feminino, o que se observa é que o feminino que outrora angariou reconhecimento e admiração torna-se obsoleto tão logo novas tecnologias são disponibilizadas no mercado. Conforme pude constatar nas entrevistas que realizei e também através de algumas literaturas consultadas (GREEN, 2000; DUQUE, 2009; PELÚCIO, 2009; MIGUEL, 2015; SANDER, 2015), alguns modelos específicos de feminilidade têm composto certos imaginários travestis ao longo do tempo.

Através desses registros, percebe-se que o primeiro a ser amplamente divulgado relaciona-se ao período em que as travestis passaram a ter uma maior visibilidade no país através dos bailes de carnaval, onde sua presença era massiva, atraindo um grande público, principalmente por volta da década de 1950. Era muito comum, nesta época, o uso de maquiagens, perucas, cintas modeladoras e enchimentos – espumas utilizadas para moldar as roupas ao corpo –, uma performance construída toda através do *truque* (DUQUE, 2009). Já no final dos anos de 1960, observava-se a utilização de hormônio por algumas delas (GREEN, 2000), o que, evidentemente, passou a demarcar uma corporalidade também específica naquele contexto. O *glamour*, recorrentes vezes descrito por elas, relaciona-se principalmente a essa época. Cláudia, a interlocutora mais velha desta pesquisa, atualmente com 68 anos, relata que a única intervenção corporal que experimentou foram os hormônios, dos quais se utilizou, na época, para poder desfilhar nos bailes de carnaval:

Olha, a única coisa de que eu usei foram os hormônios mesmo! Eu me influenciei logo pra desfilhar, né? Porque às vezes o vestido tinha um decote assim, né... era bonito como ficava! Então foi só isso! Não tinha muito essa coisa de bombar não... Pra gente desfilhar, tinha essa preocupação com os hormônios mesmo, quando dava né... (Cláudia)

Foi por volta da década de 1980 que se observaram os primeiros relatos sobre o uso do silicone industrial para fins estéticos (KULICK, 2008). Adquirido, principalmente, em fábricas, este é um líquido grosso, oleoso, sem cheiro ou cor, aplicado pelas travestis que trabalham como *bombadeiras* (SANDER, 2015). Sua

introdução no “mercado estético” das travestis proporcionou o protagonismo de uma nova corporalidade, onde o volume das curvas passou a ser muito valorizado por elas. Antes de sua popularização, entretanto, algumas travestis começaram a se utilizar dele para moldar apenas algumas partes do corpo, conforme relatou Zoraide, que o aplicou somente no rosto:

Eu bombei foi só o rosto mesmo! Porque eu tomava até então era hormônio, né? E o hormônio tem um efeito muito bonito na gente... Nas pernas, na bunda, nos peitos! Olha só como era o hormônio daquela época (levanta a blusa e me mostra os seios)! Até hoje tenho meus seios! Hoje em dia ele não tem esse efeito assim mais... Então, assim, eu só bombei no rosto mesmo! Depois é que virou aquele alvoroço de silicone industrial... Antes não! (Zoraide)

Este “alvoroço” é relatado também pelas outras interlocutoras deste trabalho, ao narrar tanto suas experiências quanto as de suas amigas contemporâneas. Essa predileção pelo exagero nas curvas foi responsável, a partir da década de 1980, pela ênfase no estilo *traveção*: “ancas fartas, muito seio, boca carnuda e coxas volumosas” (PELÚCIO, 2009, p. 101). Em alguma medida, as interlocutoras desta pesquisa se aproximam deste estilo, embora ressaltem, concomitantemente, a discrição de suas “formas” quando comparadas às das demais:

Eu bombei bunda, quadril e peito, na época. Mas eu botei pouquinho silicone... uns 2L só! Porque, na minha época, tinha travesti que colocava era 18L de silicone! Era muito silicone mesmo! (Anyky)

Sissy e Suzuky também se encaixam nesse padrão de feminilidade esculpido por/atraves da técnica da *bombaço*, tendo ambas se utilizado principalmente do silicone industrial em seus processos de construção corporal: “Olha, eu tenho silicone é no corpo todo mesmo! Bunda, quadril, seios, rosto...” “Eu tenho silicone da testa à panturrilha!” declararam, respectivamente. Embora Suzuky seja cronologicamente mais jovem que as demais interlocutoras, é sobretudo por seus comportamentos/funções desempenhadas junto às mais jovens e pela ostentação desse projeto identitário corporalizado nessa performance “mais exagerada” que ela se aproxima da categoria geracional das “mais velhas” e/ou da “velha guarda”. Conforme já destaquei no capítulo dois, o estudo de Miguel (2015), ao demonstrar como a questão da velhice, para as travestis, relaciona-se menos à idade que a uma relação específica com o corpo, facilitou que eu refletisse a experiência de Suzuky à luz dessas considerações.

Na contramão ao estilo dessas *veteranas*, que tiveram no exagero a busca por uma performance feminina, o que se observa atualmente é que, entre as *novinhas*, destaca-se a adesão ao estilo denominado por elas de *ninfetinhas* – mais natural, com curvas mais enxutas e seios menos exagerados (PELÚCIO, 2009). Embora não tenham abandonado a *bombaço*, observa-se uma diminuição em seu uso, a adesão às próteses de silicone se popularizando cada vez mais entre elas. Conforme Sander (2015) destaca, a musculação também é outra técnica que vem ganhando importância entre as mais jovens, que optam pela prática para estimular determinados grupos musculares como pernas e glúteos. Segundo comentaram algumas delas:

Hoje em dia não se exige mais aquele modelo de corpo tipo “exportação brasileira”, né? Que era muito silicone, muito corpo! Hoje elas podem ficar mais no hormônio, uma prótezezinha! Até porque temos aí muitas modelos mais magras que inspiram elas, né? Porque na minha época era muita bunda, muito peito, muito silicone, muita apresentação! Hoje elas são mais naturais... (Sissy)

Elas não exageram mais como antigamente... Porque, antigamente, a gente botava era muito silicone! Hoje elas colocam menos... Até porque a maioria coloca a prótese! Quer ficar mais ninfetinha, né? (Anyky)

Hoje elas querem fazer a linha mais top, né? Menos quadril, mais bunda... Elas querem fazer a linha das mulheres frutas, né? Na minha época era quadrilzão... muito silicone! Hoje não! Inverteram tudo... (Suzuky)

Durante a Pesquisa Trans, pude observar muito claramente como essas diferentes corporalidades ocupam aquele espaço e revelam fronteiras geracionais entre elas, além de observar também alguns tensionamentos provocados na busca pelo que consideram um feminino mais ou menos legítimo. Pelúcio (2009), por exemplo, narra essas disputas no âmbito das *pistas*, apontando como

os *traveções* denunciam o insucesso no corpo e na idade, enquanto as *ninfetinhas* são o reverso da moeda. São jovens, valor cultuado entre elas (...), que podem ter acesso a toda uma tecnologia estética que não estava disponível até muito recentemente, o que as torna ‘mais bonitas’ e melhor sucedidas em seu processo de transformação (ibid., p.102)

Embora o mercado sexual não seja o contexto de minhas análises, ele se mostrou um de seus principais panos de fundo, sua menção recorrente pelas interlocutoras revelando-o como um potente campo para as reflexões em torno do aspecto geracional, sobretudo quando é o corpo o mecanismo privilegiado dessa diferenciação entre elas. Considerando, porém, que esses modelos de feminilidade descritos podem estar muitas vezes orientados pelas próprias lógicas deste mercado, gostaria de problematizar que

fora deste espaço esses tensionamentos podem se reconfigurar em torno de outras dimensões que não a da corporalidade em si. Isso serve, inclusive, para que pensemos na experiência daquelas que não precisaram/optaram trabalhar como profissionais do sexo e que podem se distanciar desses modelos *traveção – ninfetinha* que ganham tamanha precedência naquele espaço.

Por ora, o que gostaria de ressaltar é que, nesta pesquisa, essa foi uma dimensão central nas narrativas das interlocutoras, apontando como corpo e temporalidade estão intrinsecamente relacionados às percepções sobre a velhice: o feminino de outrora e a denúncia de sua idade/geracionalidade. Vale ressaltar ainda como nessas possibilidades de construção do feminino as novidades não se dão de forma desconectada de padrões e práticas já legitimadas entre elas (DUQUE, 2009), a referência das *veterenas*, de seus corpos e de seus conhecimentos operando como parâmetros para os novos projetos identitários.

Esta reflexão sobre as mudanças corporais realizadas pelas travestis ao longo do tempo conecta-nos, conseqüentemente, aos posicionamentos e práticas com relação à saúde adotados por elas. O uso do silicone industrial, por exemplo, foi bastante controverso em seus discursos, ora descrito como uma técnica arriscada e dolorosa⁷⁰ (e cujos efeitos a longo prazo são prejudiciais), ora salvaguardado como um dos mecanismos mais eficientes em suas construções corporais. Não obstante, o que se observa é que a diminuição de seu uso na atualidade parece se justificar, sobretudo, pela nocividade frequentemente associada a ele, conjugada a uma maior facilidade em aderir a outros procedimentos, como é o caso das próteses de silicone. Conforme descrevem, os riscos dessa aplicação vão desde inflamações e infecções até os perigos do silicone “escorrer” para o coração, pulmões ou partes inferiores do corpo, criando deformidades conhecidas como “mondrongos” (MIGUEL, 2015).

Duque (2009), em seu estudo com travestis em Campinas-SP, já havia destacado que argumentos da redução de danos para usuários/as de silicone líquido têm estado muito presentes nos discursos das adolescentes como justificativa para a não adesão ao mesmo. Esses argumentos são o resultado das intensas campanhas e investimentos para controle e prevenção do hiv/aids entre essa população, a aplicação do silicone industrial caracterizando-se como procedimento de risco nesses discursos. Uma das interlocutoras

⁷⁰ A “*dor da beleza*”, forma como as travestis geralmente se referem à dor das aplicações de silicone industrial, foi descrita também em diferentes trabalhos etnográficos (KULICK, 2008; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2009; DUQUE, 2009; SANDER, 2015)

que entrevistei durante minha monografia, por exemplo, relatou-me na ocasião que, “na sua época, o risco de pegar infecção era altíssimo, já que muitas travestis acabavam compartilhando de uma mesma seringa nas aplicações, muitas vezes realizadas em um único ambiente onde elas se reuniam para *bombar*” (OLIVEIRA, 2014). Hoje em dia, este não é mais um comportamento usual entre elas, uma série de protocolos e profilaxias devendo ser seguidos antes – e depois – das aplicações, a *bombadeira* sendo quem presta as devidas orientações a respeito dos mesmos, demonstrando a gestão de um conhecimento especializado, bem como a reivindicação de certo monopólio sobre esse saber.

Evidentemente esta discussão não se descola de marcadores sociais, uma vez que a acessibilidade a procedimentos e técnicas de construção corporal mais sofisticados depende da localização social, econômica e também geográfica de cada sujeito, independentemente da idade. Assim, apesar de considerar as diversas tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994) que vêm inovando cada vez mais o mercado estético, existe uma diferença abissal entre quem irá (ou não) ter acesso a esses serviços. Isso vale também para as tecnologias hormonais, uma vez que estas alteraram significativamente ao longo dos anos, as inovações farmacológicas possibilitando um mercado mais variado de produtos – tanto em termos de composição e qualidade quanto em suas formas de aplicação. Enfatizei aqui experimentações do silicone industrial e dos hormônios, pois pude perceber que estas foram duas tecnologias centrais na maioria de seus processos de construção corporal e que, quando atravessadas pela dimensão do tempo, tiveram (e têm tido) sentidos e práticas redefinidos.

3.4.2. *Entre vovós, titias e mães...*

Primeiro dia do 8º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste – Guarapari (ES). Após dar entrada ao hotel onde seria realizado o evento, subi para deixar meus pertences no quarto e tomar uma rápida ducha. Ao descer novamente para o hall do hotel, o número de participantes do evento – que chegavam a todo instante – já havia aumentado significativamente. Estive durante quase todo o tempo na companhia de Anyky, o que me possibilitou observar de perto alguns aspectos curiosos das dinâmicas de sociabilidade envolvidas neste encontro. Como estes eventos significam também a possibilidade de reencontros entre travestis e transexuais que pouco (ou quase nunca) se veem, esse momento inicial é sempre marcado por cumprimentos carregados de interjeições e comentários jocosos sobre a aparência uma da outra. Foi, principalmente, em torno da questão etária e da velhice que pude perceber as maiores provocações entre elas. Ao adentrar o hotel, uma travesti de quem eu já ouvira falar várias vezes, mas ainda não conhecera

pessoalmente, aproximou-se de Anyky e ao abraçar-lhe calorosamente comentou “como você tá velhinha, *vovó!*”. Anyky, de imediato, respondeu-lhe “e como você tá gorda, *titia!*” Elas riram com a brincadeira e logo em seguida começaram a conversar sobre outros assuntos. Pude observar nesse primeiro dia diversas outras situações envolvendo essa questão da idade e da velhice como forma de referirem-se umas às outras. Ao mesmo tempo, observei também como o marcador da idade é imensamente significativo nesse espaço político, conferindo às “mais velhas” legitimidade e reconhecimento diante das mais novas. (Trecho do diário de campo, agosto de 2013).

Era véspera de natal e fui visitar Zoraide na companhia de Sissy. Entramos pelo terreno que dá acesso à sua casa e, antes que pudéssemos alcançar a porta de entrada, começamos a chamar por seu nome. Zoraide nos ouviu ao fundo e veio imediatamente nos receber. Ao avistar Sissy, ela disse com largo sorriso no rosto “*titia*, que surpresa ótima!”, ao que aquela respondeu logo em seguida “pois é, *vovó!* Viemos te desejar feliz natal!”. Ambas riram divertidas dessa interlocução, enquanto Zoraide nos convidava para entrar. (Trecho do diário de campo, dezembro de 2016)

Optei por selecionar dos meus materiais etnográficos esses registros, pois essa proximidade semântica entre eles – ambos apontando para certo caráter vexatório da velhice – permite-nos refletir, inicialmente, **uma** das facetas assumidas pela idade no contexto das travestilidades. A acepção da velhice nesses casos, representada nas figuras da *vovó* e da *titia*, dispõe de certa conotação negativa, corroborada na jocosidade com que jogam as interlocutoras e na forma esquiva em não se identificar com elas.

O trabalho de Motta (1998) *Velha é a vovozinha*⁷¹, fornece interessantes *insights* para pensarmos nesse aspecto da velhice junto às travestis, uma vez que propõe uma elaborada discussão em torno do marcador geracional e do gênero e sexualidade. Conforme a autora aponta, nos discursos de suas interlocutoras, a imagem da “vovozinha” estaria atravessada por estereótipos negativos dos quais elas buscariam constantemente se distanciar, tanto através de sua aparência física como de suas práticas cotidianas. Esses estereótipos, segundo verificou a autora, estariam relacionados a uma suposta assexualidade da velhice feminina, assexualidade se referindo, no caso, “às mais banais manifestações de feminilidade através, por exemplo, de alguns elementos simbólicos que revelam atributos femininos em nossa cultura como vaidade, preocupação com a beleza, conduta jovial etc.” (ibid., p. 25). Haveria, portanto, por parte das mulheres que entrevistou, uma dedicação em enfatizar “positivamente” esses elementos simbólicos, a “faceirice” emergindo entre elas enquanto eixo central na

⁷¹ Trata-se de uma etnografia realizada com um grupo de mulheres que frequentavam um dos Grupos de Convivência para Idosos da Legião Brasileira de Assistência (LBA) do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e que teve por objetivo investigar como aquela geração construía sua identidade feminina naquele período da vida.

definição de sua feminilidade em contraposição àquela imagem da “vovozinha” que negaria tais dimensões.

No caso das travestis, que investem temporal e assiduamente na construção da feminilidade – e de uma feminilidade pautada geralmente nesses signos de vaidade, beleza e juventude –, a possível ameaça em perdê-la com o avanço da idade marca, evidentemente, um lugar de tensão em seus discursos. Assim como ocorre com a categoria da *vovozinha* acionada pelas interlocutoras de Motta (1998), pude perceber que as categorias da *vovó* e da *titia* também assumem um sentido provocativo entre as travestis.

Em uma perspectiva muito próxima àquela da performatividade do gênero discutida por Butler (2013), Motta (1998) define a sexualidade como aquele “algo que transpira dos gestos, da conduta e da aparência de uma pessoa” (ibid., p. 26) e, alinhando-me à perspectiva da autora, retomo aqui as falas de algumas interlocutoras de minha pesquisa que evidenciam também uma busca em se distanciar daquela velhice feminina supostamente “assexuada”, que aparece no imaginário da terceira idade para as mulheres.

Eu nasci e vou morrer com minha sexualidade. E sexualidade que eu digo não é no sentido de prática sexual não... É no sentido de você estar vaidosa, cuidar do seu organismo! Enquanto eu estiver respirando vou estar lidando com ela, porque ela está nos meus gestos, na maneira como cruzo minhas pernas, como visto minhas roupas, como gosto de estar tirando os pelos do corpo... Eu não posso queixar de que eu não tenho sexualidade porque eu envelheci! É uma sexualidade presente! (Sissy)

No meu modo de pensar, a gente se cuidar um pouco, pintar o cabelo, se vestir bem, ter essas vaidades, acho que num tem nada a ver, né? Acho que é obrigação a gente se cuidar! Se eu tô velha, eu vou ficar com cabelo sem cortar, sem hidratar, sem lavar? Tem gente que fala “ah, lá, Cláudia só compra coisa boa pra lavar o cabelo” Mas é claro! A gente tem que comprar é coisa boa mesmo! É porque a gente tá de idade que a gente vai deixar? “Ah, eu tô velha, eu não vou comprar um creme, um perfume, um creme pro cabelo?” Não! Eu tô velha mas eu vou... (Cláudia)

De uma forma geral, as expressões *vovozinha*, *vovó* e *titia* parecem alinhadas nestes contextos e operam enquanto “categorias de acusação”, todas construídas a partir de atribuições negativas comumente associadas à velhice feminina. Além dos termos *vovó* e *titia*, observei ainda, entre as interlocutoras desta pesquisa, uma utilização recorrente de outras categorias êmicas responsáveis por situá-las enquanto “mais velhas” e/ou “idosas” em suas redes de sociabilidade, as quais possuem na idade, corporalidade e/ou “experiência de vida” suas referências estruturantes.

A despeito do tom jocoso que marcou o uso das expressões *vovó* e *titia*, ilustrativo de como a velhice permanece ancorada em signos negativos e desqualificantes nos discursos sociais, outros termos parentais como os de *madrinha/tia* (não no diminutivo) e *mãe* apareceram em seus relatos marcando agora uma outra faceta – positivamente localizada – da travesti considerada “mais velha”. Essa discussão nos remete às reflexões sobre o *status* de parentesco que essas relações podem assumir, parentesco que eletivamente se produz nas trocas e solidariedades intergeracionais. Conforme Sander (2015, p. 74) analisa

Para que este vínculo aconteça é necessário um processo cumulativo de cuidado parental e intimidade. Assim, pode-se dizer que essas relações fazem parte de redes complexas que são criadas *como* parentesco, e a dimensão parental, por sua vez, fortalece a continuidade dessas redes.

O conceito de rede invocado aqui pela autora remete à conceitualização de Strathern (1996) enquanto o rendilhado de elementos heterogêneos que constituem tal objeto ou evento, ou o fio de circunstâncias, unidas pelas interações sociais. Neste sentido, o parentesco pode ser compreendido enquanto “constituído por e constitutivo de redes de relações” (SANDER, 2015, p. 75), deslocando-o dos referenciais exclusivamente biológicos que comumente orientam sua definição. É, pois, no dia-a-dia, no cotidiano compartilhado, que essas relações vão sendo (re)produzidas e atualizadas.

A convivência entre as travestis através dessas redes parece relacionada, em muitos casos, à rejeição familiar, embora não somente a isso. Neste contexto, as categorias “famílias de sangue” e “famílias do coração”, tal como trabalhadas por Henning (2014), tornam-se interessantes ferramentas analíticas, permitindo-nos refletir as distintas afetividades envolvidas nesses laços⁷². Anyky, por exemplo, comenta que sua família, hoje em dia, são as *meninas* com quem convive, ao passo que com sua “família de sangue” a relação é apenas de conhecidos, “como se fossem vizinhos quaisquer”, ela comenta. Suzuky também apresenta ideias análogas a esta, dividindo sua rede de sociabilidade em uma “família de verdade”, que seria sua “família de sangue”, a “família do coração”, no caso, as travestis com quem se relaciona, e a “família espiritual”, os membros do terreiro de candomblé que frequentava.

⁷² Às “famílias do coração”, o autor se refere àquelas baseadas em laços de amizade. Em sua pesquisa, realizada com sujeitos que vivenciavam práticas sexuais homoeróticas na velhice, essa foi uma categoria que emergiu com bastante força nos discursos de seus interlocutores.

Conforme apontado no capítulo dois, os percursos biográficos de todas as interlocutoras desta pesquisa estiveram marcados por rompimentos dramáticos com suas “famílias de sangue” (em maior ou menor grau), a consolidação de uma rede de parentesco alternativa dando-lhes o suporte e amparo necessários para seus processos, onde a *mãe* ou *madrinha* emergiram como figura central nos percursos de muitas delas⁷³. Diferentemente da *vovó*, categoria que acusa e ridiculariza, a categoria da *mãe* e/ou *madrinha/tia* apresenta alteração semântica, ocupando *status* de reconhecimento social. Pelúcio (2009) define como sendo função das *mães/madrinhas* em suas redes o cuidado, a proteção e a transmissão dos saberes sobre “como viver travesti”. Mais minuciosamente ela descreve

À *mãe* ou *madrinha* cabe ensinar à sua filha as técnicas corporais e a potencializar atributos físicos, a fim de se tornar mais feminina. Ela ensina a tomar hormônios, sugere que partes do corpo a novata deve *bombar* e quantos litros colocar. A mãe indica a *bombadeira*, instrui quanto aos clientes e sobre as regras do “pedaço”. Assim, muitas *bombadeiras* também são tidas como *mães*, pois “fazem o corpo”, orientam quanto aos cuidados com ele, dominam técnicas que as colocam em posição de prestígio na rede que circulam etc. (ibid., p. 208).

A “maternidade” entre as travestis, conclui a autora, tem relação com o cuidar e com a gestação de uma nova pessoa.

Evidentemente, todo esse cuidado é nutrido e fortalecido no/através do convívio, a coabitação entre elas tornando-se o espaço privilegiado para o fortalecimento e manutenção dessas afetividades. Mas a *casa* também é um espaço onde circula o dinheiro, sendo a fonte de rendimento para muitas *mães*, que recebem de suas *filhas* o pagamento de *diárias*, correspondente à moradia, alimentação e, em alguns casos, à proteção na rua e ao direito de fazer ponto em sua região “de domínio”. Essa definição nos conduz a um debate mais complexo envolvendo a prática da cafetinagem, já que, muitas vezes, à figura da *mãe* está entremeada também a figura da cafetina⁷⁴. De uma certa forma, o que se observa é que a mediação monetária implica em certos tensionamentos simbólicos nesse campo relacional, pois se “a oposição casa/lar (amor) x trabalho (dinheiro) torna-se um dos principais meios pelos quais o parentesco é

⁷³ No caso de Cláudia, esse processo de “amadrinhamento” ocorreu de forma diferente, a “família do coração”, durante sua infância/juventude, não tendo se estruturado a partir de uma rede de relações com outras travestis. No seu caso, conforme apresentado no capítulo dois, foi uma advogada da cidade onde vivia que a acolheu e recebeu em sua casa – em troca de serviços domésticos – e foi principalmente com ela que esse tipo de vínculo foi estabelecido.

⁷⁴ Segundo Pelúcio (2009), a cafetina é quem também negocia a proteção, ajuda financeiramente as (*filhas*) preferidas, atuando como elementos organizadores de relações sociais e territoriais.

distinto de outros tipos de relação” (SOUZA, 2005) esses limites parecem se dissolver no contexto analisado.

É neste sentido que Sander (2015, p.80) provoca: “o cuidado das *mães*/cafetinas é um sentimento ou um serviço?” Tal questionamento, porém, não se sustenta, uma vez que a conservação da diferença ontológica entre domínios supostamente distanciados – relações afetivas, de um lado, interesse econômico, de outro – não se realiza no cotidiano, onde sentimento e dinheiro se misturam e se mantêm de forma indissolúvel, conforme a própria autora argumenta em seguida.

No momento da pesquisa, situavam-se na categoria de *mãe/tia* Anyky e Suzuky, embora Zoraide tenha comentado durante a entrevista que também fora *madrinha* de muitas travestis, na época em que “tinha casa”. Além de recebê-las em suas casas, sob o custo das *diárias*, são elas quem as auxiliam e cuidam, e quem frequentemente as acompanham em centros de saúde, delegacias, bancos, bem como a outros ambientes burocráticos – conforme me relataram – participando efetivamente da maioria de seus processos. Pude observar principalmente por parte de Suzuky um constante investimento na atualização desse *status*, performática e narrativamente⁷⁵. Desde nossa primeira aproximação, a reivindicação desse lugar de reconhecimento e de autoridade esteve muito evidente em suas práticas, marcando inclusive com certa tensão o relacionamento que buscamos estabelecer, inicialmente, com suas *filhas*, já que este precisava, impreterivelmente, passar por uma certa mediação sua⁷⁶.

Além de dividir a casa com suas *filhas*, Suzuky também exercia o ofício de *bombadeira* junto a elas, tendo me contado com orgulho, no dia de nossa entrevista, que fora ela quem *fizera* Karen, travesti que nos acompanhava durante a conversa. A influência que *o nome da mãe* pode exercer nas redes em que circulam as travestis foi também outra dimensão enfatizada por Suzuky, evidenciando como esse *status* se desloca pelo espaço produzindo certas territorialidades. Em um trecho de nossa entrevista essa questão ficou bastante evidente. Falávamos, na ocasião, sobre a mobilidade espacial das travestis no mercado sexual (tanto no exterior quanto dentro do Brasil) e a importância de se ter alguém como referência não só lá fora, mas também

⁷⁵ Estive pensando, durante meu processo de escrita, em que medida essa constante atualização de seu *status* materno não estaria relacionada ao fato de ela, cronologicamente, não ser assim tão “mais velha” que algumas de suas próprias *filhas*. Assim, conforme pude observar, a reivindicação – e legitimação – de sua autoridade apareceu em diversas situações, expressadas verbal e não verbalmente, todas interessadas em fixar esse lugar de fala.

⁷⁶ Refiro-me aqui principalmente à época em que realizamos o Projeto Trans e que buscávamos travestis e transexuais interessadas em participar da pesquisa.

aqui. Nesse momento, ela comentou que costumava auxiliar suas *filhas* nesses trajetos, tanto através do empréstimo de dinheiro necessário para os deslocamentos (o qual deveria ser pago quando de seu retorno), quanto “preparando o terreno pra elas”, já que seu nome “era muito conhecido e as pessoas a respeitavam por isso”

Olha, teve uma vez que eu mandei uma (filha) minha pra fora e o povo achou que ela era boba! Eu já tinha explicado tudo pra ela! “Shh! Êi! Não vem fazer graça comigo não, bobo, que Suzuky já me ensinou tudo d’ocês aqui! Não vem fazer graça comigo não! Minha mãe é Suzuky! Eu devo satisfação é pra ela!” Então, assim, eu rosno daqui, lá longe elas já tão escutando... Essa aí (aponta pra Karen) viajou pra uma cidade, a bicha chegou na esquina e queria colocar ela pra correr! “Suzuky é minha mãe e me falou pra vir pra cá!” “Ah, você é filha de Suzuky, de BH?” “Sou!” “Ah, então pode ficar, numa boa... Eu sou filha da filha dela...” “Ah!!!” Aí quando sabem o nome é outra coisa!

Percebe-se, nesses casos, uma consistente rede de informações intercambiadas entre elas, informações que se deslocam pelo espaço, atualizando, nesse circuito, certas posições de poder. Evidentemente essa relação de *mãe – filha* pressupõe uma co-responsabilidade das envolvidas, sentimentos de gratidão e obediência também tendo um peso muito grande na configuração dessa dinâmica.

Conforme pude observar, na narrativa de Anyky, a (re)produção da “maternidade” mostrou-se elencada menos a esse tipo de atuação que, a meu ver, a uma outra relação específica com o cuidado e gestação da pessoa. No seu caso, essas ações pareceram-me mobilizadas, principalmente, pelo viés discursivo das lutas políticas em torno da visibilidade e dos direitos humanos para o segmento trans, nas quais ela está engajada. Sem desconsiderar, evidentemente, sua participação no acolhimento e nos processos de construção corporal e performativa de suas *filhas*, bem como na influência que ela provavelmente exerce em suas redes de circulação, acredito que seu intenso envolvimento na militância atualiza, em muito, o significado de suas trocas intergeracionais. Ao longo de todos esses anos de convivência junto a ela, foram inúmeras as situações em que pude observá-la em eventos sociais (e políticos), sempre acompanhada de “suas” *meninas*, as quais faz questão de “carregar” consigo, conforme comenta:

Ah, eu sempre carrego as meninas comigo porque é muito importante, né? Elas se empoderarem, elas terem mais consciência! E isso é bom pra todas nós! Então o que eu posso fazer, eu faço! Gosto que elas participem, que elas busquem se informar dos seus direitos... Isso é libertador!

Em algumas ocasiões, Anyky entrou em contato comigo para relatar situações de abuso e/ou violência envolvendo as *meninas*, não sendo raros os convites para também

acompanhá-la em audiências e/ou reuniões com autoridades públicas para discutir essas questões. O que observo é que esse trânsito político experimentado por ela através do ativismo permitiu-lhe acessar um maior número de equipamentos e instituições, os quais compõem uma rede de proteção que ela recorrentemente aciona quando necessário. Portanto, essa sua localização social implica em uma relação específica com o “cuidar das meninas”, mas é também no convívio, no nível das relações cotidianas entre elas, que o afeto se (re)produz.

A despeito das singularidades envolvidas nos processos de “maternidade” de cada uma – que se relacionam, evidentemente, às distintas posições sociais que ocupam – existem muitas aproximações entre eles, sobretudo no que diz respeito à experiência com o cuidar e à reciprocidade intergeracional esperada dela. É indispensável que consideremos a polivalência semântica que o cuidado assume nesse contexto, relacionando-se tanto às dimensões da afetividade e das práticas corporais (já mencionadas) como às experiências de adoecimento, violência e morte. Se retomamos outra vez os impactos causados pela epidemia do hiv/aids nas subjetividades dessa geração de travestis, é possível refletir como este evento provocou não somente a constituição de certas sensibilidades geracionais, mas também processos de familiarização com o cuidado e com o sofrimento (HENNING, 2014; SABATINE, 2014), vivência que produziu um lócus de enunciação onde a narrativa sobre o cuidar ganha contornos específicos. Durante as entrevistas, não foram raros os exemplos do adoecimento de amigas e *filhas* em decorrência do vírus, processos que elas, muitas vezes, acompanharam de perto, auxiliando as convalescentes.

Olha, fui eu que cuidei da Paloma! Não fosse por mim... Porque, assim, ela tava viajando e, quando chegou aqui, você não imagina! Soropositiva, 1,90m de altura, 40kg! Eu tinha medo de pegar nela, medo de quebrar! O seu punho era o braço dela! Hoje ela tá deste tamanho (faz o gesto com as mãos)! Pra mim é uma vitória! Porque ela entrou na minha casa, todo mundo com medo e ela dormia na minha cama, do meu lado! Ela passava mal eu tinha que dar banho, trocava ela de roupa, levava pro médico, enfiava no táxi e saía doída... E hoje ela tá com cara desta largura, com os braços dessa grossura (faz o gesto outra vez)! Então pra mim é uma vitória mesmo! (Suzuky)

Porém, em muitos casos, o desfecho foi mais trágico, tendo elas se despedido com frequência de amigas e *filhas* que faleceram nos seus “próprios braços” vitimadas pela doença, conforme me relataram com profunda tristeza⁷⁷. Toda a dramaticidade

⁷⁷ Ao me contar sobre o falecimento de Vicky, uma travesti que eu havia conhecido e que morrera há cerca de dois anos em decorrência da aids, Suzuky não conseguiu conter as lágrimas. Enquanto me

envolvida nesses eventos produz, evidentemente, uma relação específica com o cuidado, ancorada nas noções de saúde, corpo, adoecimento e morte, as quais são mobilizadas principalmente nos discursos de advertência que endereçam às *novinhas*, nos quais “cuidado” e “prevenção” também acabam, muitas vezes, por assumir sentidos análogos.

Outras experiências com o cuidar, circunscritas à esfera da saúde, marcam sua solidariedade intergeracional, havendo, por parte das *mães*, uma expectativa com relação ao cuidado das *filhas* quando necessário. Assim, Anyky me narra que as *meninas* que mantêm em sua “casa de cima”, ou seja, na casa onde ela também vive (localizada há algumas ruas acima de sua pensão), são aquelas com quem sabe que poderá contar, caso necessite de ajuda em situações emergenciais. Descreve, então, uma ocasião recente em que sofreu uma crise hipertensiva e precisou de companhia urgente para ir ao centro de saúde, acontecimento também narrado por Suzuky, porém, com relação a um quadro mais agravado de saúde, pois, no seu caso, chegou a sofrer um ataque cardíaco, o qual ocasionou numa longa internação no hospital – período em que pode contar com o cuidado de suas *filhas* que iam visitá-la diariamente.

A violência cotidiana que sofrem, principalmente no âmbito da rua (para aquelas que exercem trabalho sexual), é outro aspecto que atualiza o sentido do cuidar entre elas. Assim, o acionamento de uma rede protetiva – que pode significar, em alguns casos, contatar autoridades e/ou mecanismos de denúncia ou mesmo intervir diretamente nas situações de abuso – também marca suas práticas de cuidado. *Cuidar das filhas*, nesse caso, é protegê-las e mantê-las longe de quaisquer riscos que ameacem sua integridade.

É certo que a experiência do cuidar é coletiva não sendo exclusividade nas relações *mãe/madrinha-filha*. Porém, a produção desses laços implica em certas sensibilidades que circunscrevem as práticas aqui mencionadas a um campo eminentemente afetivo – embora também financeiro. Toda essa discussão do cuidado acaba por nos conduzir a reflexões sobre a experiência da dor e da perda, as quais não poderiam deixar de ser mencionadas diante da precoce morte de Suzuky, que mobiliza, ainda hoje, recorrentes manifestações de carinho e afeto por parte de suas *filhas*, conforme acompanhamento pelo *Facebook*. No caso de Anyky, que perdeu sua *filha* Fernanda

contava que se despedira com ela em seus braços, resolveu procurar uma foto antiga das duas juntas para me mostrar. Ao conseguir encontra-la entre os arquivos perdidos no celular, permaneceu um instante em silêncio, momento em que observei seus olhos profundamente tristes e emocionados.

há pouco tempo, vítima de um homicídio⁷⁸, essa dor também é constantemente mobilizada (principalmente em ocasiões extraordinárias – como reuniões, audiências e encontros), Anyky relacionando, muitas vezes, a debilidade de sua saúde a esse ato de extrema crueldade e covardia. Portanto, falar dessas relações parentais e desses vínculos afetivos implica abranger todos os aspectos envolvidos neles, inclusive o da dor – geralmente ocasionada pelas perdas precoces e/ou violentas que marcam suas experiências.

Acredito que a experiência da “maternidade”, tal como relatada aqui, deve ser lida através das articulações entre os diferentes marcadores sociais que irão produzir experiências tanto próximas quanto completamente distintas sobre assumir o *status* de *mãe* nessas redes. Iniciei esse tópico discutindo a mobilização das categorias *vovó* e *titia* no contexto das travestilidades, discussão que me conduziu a reflexões em torno das figuras da *mãe*, da *tia* e/ou *madrinha*, categorias de parentesco que dão sentido às suas redes de relações. Convivendo junto às interlocutoras e tendo a oportunidade de acompanhá-las em distintas situações, o que pude observar é que essas categorias são fluidas, construídas situacional e relacionalmente, podendo a *mãe* se transformar em *vovó* tão logo se altere a contraparte envolvida em um diálogo. Incluir-se numa ou outra dessas categorias é assumir, provisoriamente, determinado lócus enunciativo, onde discursos são produzidos e atualizados, não apenas narrativa, mas performaticamente também.

A seguir, apresento outras representações invocadas pelas interlocutoras com relação à experiência do envelhecimento, as quais apresentam importância relativa em seus processos de subjetivação neste período.

3.4.3. ... Bichas velhas, mariconas e senhoras...

As dinâmicas de diferenciação intergeracional envolvem ainda outras classificações êmicas, a *bicha velha* e/ou *maricona* emergindo enquanto categorias desqualificantes, mobilizadas de forma jocosa e/pejorativa para se referir à travesti de mais idade. Embora no contexto da *pista* a *maricona* seja uma denominação comum endereçada aos homens mais velhos que procuram as travestis com o interesse sexual de

⁷⁸ Fernanda foi assassinada a facadas no ano de 2013; seu corpo encontrado debaixo de um caminhão na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

ser penetrados por elas na relação, fora desse ambiente o termo tem seu sentido atualizado, a travesti idosa podendo ser incluída semanticamente nele. Na presente pesquisa, não foram raras as menções a essas classificações, o que me levou a refletir sobre a maneira como elas são construídas narrativamente em oposição a uma representação de velhice “bem sucedida” que tem na imagem da *senhora*, conferida **pincipalmente** (mas não exclusivamente) pela passabilidade feminina, a afirmação de seu “sucesso”.

Narrando um episódio de discussão com uma *menina*, Suzuky forneceu uma das possíveis imagens associadas à *bicha velha* nesses discursos:

Assim, elas chamam a gente de bicha velha porque acham que são melhores que a gente, por causa de ser nova, bonita, ninfeta, né? Um dia, dentro da minha casa, eu conversando com uma menina ela olhou pra minha cara e falou assim: “ah, você é uma bicha velha, recalcada, musculosa e barbuda!” Aí eu falei com ela: “Sim, bicha velha, maricona, barbuda e musculosa, mas eu já tive a sua idade! E quando você precisou, quem é que te ajudou? Num foi a bicha velha, cansada e musculosa? E será que você vai chegar até a minha idade?” Então, assim, elas têm que pensar muito antes de falar... A beleza passa!

Nesse contexto, percebe-se que a *bicha velha* é definida através da articulação de concepções sobre estética e feminilidade, porém, de forma diferente da que ocorre com as categorias da *vovó* e da *titia*, que também se estruturam a partir destes eixos. Embora nesse sistema classificatório todas pareçam alinhadas a uma perspectiva mais negativada da velhice, existe, a meu ver, uma diferença fundamental na forma como são mobilizadas pelas interlocutoras. Enquanto a *vovó* e a *titia*, conforme apresentado anteriormente, estão relacionadas a uma suposta “assexualidade feminina”, a *bicha velha* e/ou *maricona* parecem não “negar” essa dimensão da sexualidade, mas subvertê-la, tensionando prescrições de uma velhice normalizada, já que a *bicha velha*, *musculosa* e *barbuda*, contesta aquela feminilidade idealmente construída/almejada. Zoraide, por exemplo, ao me narrar que não *se monta* mais, apresentando-se, com frequência em trajes socialmente definidos como masculinos, relata como isso acaba interferindo na forma como outras travestis se referem a ela, situações em que acaba sendo identificada como a *bicha velha*, e com as quais diz já ter se acostumado.

No geral, o que observei foi que, embora essas categorias operem como mecanismos de acusação – de denúncia de uma velhice que supostamente “não deu certo” – elas também revelam a desobediência dos corpos frente a regimes de normalização. A *bicha velha*, neste sentido, potencializa lugares de tensão no encontro

entre o corpo envelhecido, já socialmente situado como abjeto em nossa cultura e o corpo ambíguo da travesti – que não é feminino nem masculino, pois mistura, esteticamente, elementos desses dois domínios – o que, por tudo isso, desestabiliza normas de gênero e prescrições de juventude e beleza, incomodando e gerando desconforto entre as próprias travestis.

Em contraposição a essa representação parece estar a imagem da *senhora* que reúne em si elementos responsáveis por positivar a velhice das travestis. Siqueira (2004) e Antunes (2013) também identificaram entre suas interlocutoras o acionamento desta categoria êmica, a qual estaria relacionada à aquisição de um *status* superior em suas redes de sociabilidade. No presente estudo, a emergência desta categoria esteve alinhada às considerações trazidas pelos autores, relacionando-se tanto à ideia de passabilidade quanto de resistência e afirmação. Seleciono abaixo alguns relatos que apontam como essa categoria emergiu nos discursos de algumas delas

Ah, eu me sinto uma senhora! Eu fui muito bom porque eu envelheci e fiquei muito feminina... Talvez, se eu não fosse muito feminina eu não fosse muito feliz. Mas eu envelheci e fiquei muito feminina e eu passo batido pra lá e pra cá, então me sinto como uma vó qualquer! As pessoas nem notam, também me chamam de senhora! Então é ótimo! (Anyky)

Tem muito lugar que eu chego que tem gente que me chama é de senhora, que acha que eu sou mulher... Eu gosto de quando acontece isso, mas tem lugar que preciso mostrar o documento, né, aí tem gente que não sabe como me tratar! (Claudia)

A passabilidade, conforme Duque (2013) discute, ao aproximar os sujeitos das convenções e normas sociais, acaba por livrá-los de situações violentas, rechaços e discriminações diversas. Porém essa passabilidade é incompleta quando algum elemento desestabiliza a suposta “coerência” que ela, a princípio, provoca como acontece, por exemplo, no caso de Cláudia e em sua documentação não retificada. Essa situação, evidentemente, gera tensão e requer, na maioria dos casos, uma complexa – e desgastante – negociação por parte dos sujeitos, negociação que nem sempre é eficiente. No caso de Anyky, que conseguiu realizar a retificação de seus documentos e que dispõe, atualmente, de registro civil contendo seu nome social, sua passabilidade torna-se muito mais efetiva, produzindo aquele “passar batido pra lá e pra cá” que ela mesma menciona.

Diferentemente da *bicha velha* e/ou da *maricona*, que perturbam a “normalidade” social, a performance da *senhora* parece corresponder, em muitos casos,

às expectativas sociais e de gênero criadas em torno da velhice feminina. Esse é um ponto interessante (e talvez um pouco confuso) para refletir, pois, quando retomamos o trabalho de Motta (1998), a “faceirice” emerge contrastando fortemente com esse mesmo feminino “senhoril” que parece ser valorizado entre as travestis. Porém, assim como as interlocutoras daquela autora fazem com a categoria da *vovozinha*, entre as travestis, a *vovó* e a *titia* também são utilizadas como formas de acusação, das quais, entre jocosidades, elas buscam se desvencilhar. Fora desses contextos, no entanto, elas podem ser ressignificadas, como se verifica no fato “positivo” de a *senhora* se misturar e transitar pelo espaço como uma “vó qualquer”.

Principalmente, mas não somente, através da aproximação estética de uma feminilidade mais “passável” a *senhora* pareceu ser produzida. Mas destaco que não apenas através desse viés porque essa *senhora* também foi narrada enquanto produto de um constante investimento retórico por parte delas em seu cotidiano. Assim, Sissy, comenta:

Olha, a Anyky é mais confundida que eu. Ela é mais indetectável, eu acho. Mas em termos de ser respeitadas, ambas somos. Porque ela chega mulher impondo respeito, eu já chego mais travestida, mas também imponho meu respeito! Então, assim, essa senhora, eu construí! Ela não veio de graça!

Portanto, ser *senhora* resulta de uma complexa agência por parte das travestis constituída por e através de atos performativos, mas também de enfrentamentos e de (re)afirmações desse lugar, nas diversas situações do dia-a-dia. Ao mesmo tempo, a *bicha velha* e/ou *maricona* – dissidências de uma velhice “normalizada” – revelam, por outro lado, a contestação e a resistência de corpos desobedientes às normas que acabam por se localizar em zonas consideradas de ainda maior abjeção.

Henning (2014), discutindo a experiência de sujeitos que vivenciam práticas sexuais homoeróticas na velhice, desenvolveu uma ferramenta analítica denominada por ele de “espectro representacional do envelhecimento e homoerotismo masculino”, a partir da qual avaliou as dinâmicas classificatórias de seus interlocutores na valoração das performances envolvidas na velhice. Enquanto, de um lado, observou determinadas categorias invocando a apreciação e atratividade física de sujeitos classificados como *coroas*, *tiozões*, *paizões* e *daddy’s*, de outro, identificou nas classificações êmicas *cacura*, *tia velha*, *irene* e também na *maricona* e na *bicha velha* formas de depreciação e de repulsas eróticas com relação a determinadas performances. Essa ferramenta nos permite pensar também nas experiências das travestilidades com relação à velhice,

acredito eu, e as dinâmicas classificatórias resultantes dessa interação – sem desconsiderar, é claro, as especificidades desse contexto. Assim, percebe-se, de um lado, a valorização de certas experiências – que correspondem, idealmente, a velhices “normalizadas” – e, de outro, a depreciação daquelas vivências que tensionam as normas.

Toda essa discussão das categorias produzidas em torno do envelhecimento nos conduz a reflexões sobre a natureza múltipla e relacional das identidades constitutivas dos sujeitos. Entre *traveções*, *ninfetas*, *titias*, *vovós*, *mães*, *mariconas*, *bichas velhas* e *senhoras*, o que se percebe é a existência de um fluxo no qual as identidades assumem padrões específicos, como “num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas” (BRAH, 2006; p.371). Gênero, sexualidade, classe, raça e geração tornam-se, então, não os únicos, mas os principais eixos dessas diferenciações que, quando articuladas, produzem, mesmo que provisoriamente, lócus específicos de enunciação e de vivência. Posicionar-se, portanto, em uma ou outra dessas categorias é menos uma causa que um efeito das interações experimentadas por elas.

Busquei explorar neste capítulo algumas discussões que me pareceram centrais para o desenvolvimento deste trabalho: a forma potencial com que a temporalidade é reinterpretada pelas interlocutoras a partir de seus posicionamentos sociais – e isso envolve pensar em como as experiências de abjeção e violência reconfiguram suas percepções temporais e, conseqüentemente, sobre a própria velhice; a forma como corpo e saúde são (re)articulados em suas narrativas quando consideramos o aspecto temporal; a forma como as dinâmicas de socialidade (STRATHERN, 2006) engendradas por elas implicam na produção/identificação de (com relação a) determinadas categorias êmicas e como cada uma destas são reconvertidas, aprimoradas e atualizadas a partir das agências, dos saberes e das narrativas de cada interlocutora. Substituo, aqui, o termo sociabilidade pelo de sociabilidade, uma vez esta noção supõe a construção das pessoas como “lócus plural e compósito das relações que as produzem” (ibid., p. 40), o que vai ao encontro do que busquei apresentar neste capítulo sobre a constituição das travestis a partir de suas matrizes relacionais.

No capítulo seguinte, articulo suas experiências coletivas e individuais, buscando compreender tanto os desafios colocados para vivenciarem a velhice quanto as estratégias que mobilizam para torná-la um bom período.

Capítulo 4

4.1. Vivenciando as velhices

Cláudia, travesti de 68 anos, preta e pobre, narra sua velhice como “a melhor época de sua vida”, momento em que, aliás, imaginou que sequer alcançaria, quando da descoberta de sua sorologia positiva. Sua renda, “pouquíssima”, como ela descreve, é a conta de se manter e de pagar um plano funerário em um dos cemitérios da região metropolitana de Belo Horizonte, pois, segundo ela, “já sofreu muito pra depois de morta ainda dar trabalho pra alguém!”. É por isso que há mais de um ano paga mensalmente a contratação do serviço de cremação, pois, segundo comenta em meio a risos, “travesti não morre, né? Exala e vira purpurina!”. Ela diz que “de todas as coisas para se envelhecer bem e com saúde é preciso ter calma e tranquilidade na cabeça”, pois sua “maior lição nesta vida foi a de que não adianta se desesperar com nada!”. Aos 68 anos, trabalhando em uma casa de apoio para pessoas vivendo com hiv/aids, onde dá banho, troca a roupa e medica cerca de 12 indivíduos em seu turno – que se inicia às 19 horas e finaliza às 07 da manhã – ela comenta com orgulho sobre sua disposição que, segundo suas companheiras de trabalho, “desbanca qualquer mocinha de 20 anos!”.

No que tange à sexualidade, ela também é enfática ao apontar que velhice e vaidade não são auto excludentes, mas que, ao contrário, lhe parece uma obrigação “se cuidar” neste período. Sobre a questão sexual ela aponta que a sexualidade é um aspecto importante em sua vida, pois, segundo ela, “sexo é uma coisa muito boa e a gente se sentir feliz, ter prazer com uma pessoa que a gente gosta é muito importante!”. Embora neste momento esteja solteira, ela comentou que, vez ou outra, “arranja uns namorados”, mas que anda meio cansada pois está “cheio de rapaz por aí que só quer se aproveitar, tirar dinheiro pra comparar drogas, fazer sacanagem, essas coisas...” Isso a faz preferir sua vida de solteira, “já que sozinha é melhor que mal acompanhada”.

Durante nosso contato, pude observar como a culinária é uma dimensão central em sua vida, marcando constantemente um certo “domínio feminino” para ela. Aliás, atividades ligadas ao âmbito doméstico foram recorrentemente mencionadas por ela como aquilo que a faz se sentir bem, se “sentir mais feminina”, demonstrando uma certa reiteração performática em torno de um suposto “papel feminino” produzido por/nos discursos sociais. Cláudia mantém um contato não muito frequente com sua família,

uma vez que vivem na Bahia, incluindo sua *madrinha* (que a acolheu na infância), mas disse que tem buscado, ao menos uma vez por ano, ir visitá-los. Na época em que realizamos nossa entrevista, Cláudia disse que queria voltar a estudar pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos) e que, provavelmente, tentaria ingressar neste sistema em 2017. Sua maior vontade, ela comentou, era aprender a ler e escrever, já que, durante a juventude, só aprendera a assinar seu nome.

Para Zoraide, travesti de 67 anos, parda e que também se identifica como pobre, as dificuldades enfrentadas neste período da velhice se sobrepõem às possibilidades de satisfações. Em suas palavras: “mesmo com todo o sofrimento que nós travestis vivemos no passado, eu preferia mil vezes estar naquela época do que hoje!”. Sua saúde – que ela descreve como “muito debilitada” – apresenta-se como seu maior desafio, pois segundo ela “ter precisado fazer ponte safena, ter calcificação na coluna, ter depressão e síndrome do pânico e sofrer ainda com hepatite C crônica são sofrimentos que têm que lidar diariamente”.

Na época em que realizamos a entrevista, ela aguardava ansiosamente pelo novo tratamento para hepatite C, já disponível no SUS, mas que demandava, antes, “uma série de burocracias para acessá-lo”, segundo me relatou. Zoraide precisou suspender o tratamento há algum tempo, pois a medicação antiga fornecida pelo SUS, feita à base de Interferon⁷⁹ aplicado sobre a barriga dos pacientes, desencadeava efeitos colaterais muito dolorosos que potencializavam seu quadro depressivo. Até o momento em que terminava o desenvolvimento desta pesquisa, Zoraide permanecia na fila de espera para iniciar o tratamento sob nova medicação.

Ela comentou comigo que quase não sai de casa, os únicos lugares que costuma frequentar sendo a casa de uma de suas irmãs, esporadicamente, além dos centros de saúde onde faz acompanhamento. Percebendo suas dificuldades de locomoção, questionei-lhe sobre como fazia para se deslocar pela cidade, tendo ela respondido: “olha, eu não vou negar... Eu peço misericórdia a Deus pra me dar força cada vez que eu preciso sair de casa... Porque eu sinto muita dor e a gente sente, assim, uma solidão, sabe? Mas aí eu vou vivendo até onde Deus quiser, né?”. Ela vive de aluguel em um pequeno imóvel, de apenas dois cômodos, e o valor que paga inclui também duas

⁷⁹ O Interferon é um medicamento que inibe a replicação do vírus da hepatite. Para mais informações, acesse <http://www.bulas.med.br/p/bulas-de-medicamentos/bula/5265/interferon+alfa+2b.htm>. Acessado em 03 de fevereiro de 2017.

refeições diárias que faz em companhia da proprietária do imóvel, uma senhora que reside aos fundos do mesmo terreno. Esta dinâmica facilita para ela, pois, segundo comentou comigo, “hoje em dia cozinhar é outra tortura” em sua vida.

Zoraide não se *monta* mais, apresentando-se socialmente no gênero masculino nos espaços em que transita, embora sua identificação permaneça sendo definida como travesti. Sua experiência me levou a refletir criticamente a categoria analítica “destravestilização” proposta por Nogueira (2013), utilizada para pensar nos processos de descaracterização que muitas travestis passam durante a velhice e que, segundo o autor, vão além de uma *desmontagem*, por serem mais duradouros e intermitentes. Observando a narrativa de Zoraide, pensar em um processo de destravestilização me pareceu uma proposta equivocada no sentido de que ela parece supor certo “retorno ao essencialismo” o que, aliás, vai de encontro às concepções de identidades como algo processual, que se apresenta, constantemente, como resultado de interações em dados contextos históricos, políticos e/ou sociais. Ou seja, interpretar que uma travesti que já não se *monta* mais (indefinidamente) tenha se destravestilizado é não só arbitrário como também violento, pois parece conceber a existência das travestilidades apenas em relação a determinados parâmetros corporais, estilísticos, performáticos. A experiência de Zoraide, portanto, tensiona esses discursos ao apontar que, mesmo se distanciando do que é socialmente reconhecido como feminino, seu posicionamento e identificação se mantêm e se afeiçoam menos a essas normatizações de gênero que a outros aspectos de seu percurso biográfico.

No que tange ao aspecto sexual, Zoraide mostrou-se pessimista, comentando que “depois de uma determinada idade as pessoas não têm mais prazer, não adianta fingir”. E é por esse motivo que comenta que, pra ela, há alguns anos, “tanto faz essa questão do sexo”. Atualmente, Zoraide mantém contato com sua família, que vive toda em Belo Horizonte, incluindo o irmão que a expulsou de casa durante a infância, porém em decorrência de seus próprios problemas de saúde ela diz não encontrá-los com frequência, “ficando cada um pro seu lado e com seus problemas”, segundo me contou. Valda, uma grande amiga sua, “amiga das antigas”, como ela me disse, ocupa um lugar importante em sua vida, sendo reconhecida por Zoraide como “uma verdadeira irmã”. Suas idades são próximas e desde mais jovens compartilharam suas experiências e seus processos, tendo morado juntas em algumas ocasiões.

Anyky, travesti com 62 anos, branca e de classe popular, que ela descreve também, entre risos, como “remediada”, narra sua velhice a partir de uma perspectiva positiva sobre o período. Em suas palavras: “eu gosto da minha idade! Eu queria ter oitenta anos! Eu acho que é um glamour ter essa idade! Existem meninas mais novas que não curtem suas idades como eu curto a minha!”. A associação entre envelhecimento e aceitação marca centralmente sua narrativa, pois, segundo ela, uma das coisas que a ajuda a encarar saudavelmente a velhice “é não ter aquelas neuroses de ficar buscando a mocidade”. Como me disse: “sabe o que que é? Eu aprendi a gostar do jeito que sou hoje, da maneira que sou! Não preciso ficar buscando coisa pra me amar...”. Ela comenta, assim como faz Cláudia, que este tem sido “o melhor momento de sua vida”, principalmente, quando comparado à dureza da juventude que experimentou.

Além dos vínculos afetivos (e maternos) que mantêm com as *meninas* com quem vive na pensão, e que são responsáveis por tirá-la da solidão e depressão – experimentadas mais profundamente anos atrás, como me relatou – Anyky, ativista pelos direitos da população travesti e transexual, tem na militância um espaço importantíssimo de engajamento político e produção não só de lutas, mas também de múltiplas afetividades que lhe dão suporte para melhor experienciar a velhice. A confluência entre esses dois espaços – o doméstico e político – e sua atuação em ambos, lhe proporciona reelaborar uma série de discursos sobre o próprio período. Segundo ela

Eu ter a movimentação das meninas e lutar pelos direitos humanos me fez muito bem porque não tenho tempo pra pensar muita coisa, muita besteira! Todo dia tenho reunião, duas, três... Corre daqui, vai lá! Então isso faz com que a gente não caia em depressão... O trabalho, né? O trabalho faz muito bem!

Embora sofra, atualmente, com alguns problemas de saúde estes não a impedem de exercer suas atividades cotidianas: é ela quem toma conta da casa, faz almoço, além de acompanhar as *meninas* a lugares e ocasiões quando estas necessitam. Anyky tem uma grande visibilidade, sendo frequente sua participação em eventos de diversas naturezas – sociais, políticos, acadêmicos – espaços onde tem recebido amplo reconhecimento.

Uma questão que Anyky levanta, diferentemente das demais interlocutoras, é sobre o lugar hiper sexualizado que a travesti sempre ocupa(rá) na sociedade e isso independentemente da idade. Segundo comenta

Até hoje, eu com a idade que tô, vou lá, adiciono um homem no Facebook ele já me fala “você é casada ou solteira?” Entendeu? Ai pronto! Já pode bloquear porque só vai vir bobagem... Ele não me respeita como uma senhora, como uma mulher... Eu sou uma travesti como outra qualquer! E desde o momento em que é travesti é puta! Você tem que ser uma pessoa muito centrada pra você entender que aquilo é uma realidade e que não é só com você... pra não se frustrar!

Este é um dos motivos pelos quais ela diz não buscar nenhuma outra companhia, além de que “não gostaria de dar satisfações a ninguém”, pois assim, sozinha, sente-se mais feliz, contrariando o imperativo da conjugalidade que é parte do “cistema”. Anyky mantém um contato bastante superficial com sua família, que permanece residindo no Rio de Janeiro (sua cidade natal), relação que ela descreve como parecendo de “vizinhos” ou “apenas conhecidos”.

Entre as interlocutoras desta pesquisa, Anyky foi a única que retificara seus documentos com o nome social, evento que “mudou completamente sua vida, trazendo muito mais tranquilidade e bem estar”. Ela também contribuiu com o INSS acerca de 15 anos e, até o momento da entrevista, aguardava para saber se conseguiria ou não se aposentar por agora, haja vista que, com seu gênero alterado na documentação, esperava para ver a possibilidade de entrar na contagem dos 60 anos, referente às mulheres cisgênero.

Sissy Kelly, travesti com 61 anos, parda e que também se identifica como pertencendo à classe popular, “popularíssima”, segundo ela, vive em uma república voltada para mulheres em situação de rua e, atualmente, enfrenta uma batalha institucional pelo direito à moradia. Durante a comemoração de seu aniversário de 61 anos, em abril de 2017, Sissy propôs uma roda de conversa com o tema “População TRANS em Situação de Rua”, na qual trouxe algumas provocações para pensarmos na questão da velhice trans associada às políticas públicas de moradia. Conforme comentou durante este evento, o direito primordial que deve preceder a todos os outros é o direito à moradia digna, pois sem esta torna-se impossível sobreviver, ter saúde e viver bem. Se antes, sua luta era travada para acessar uma instituição voltada às mulheres adultas que a acolhesse respeitando sua identidade de gênero, seu mais recente embate refere-se a esse acolhimento, mas pelo viés das políticas públicas voltadas aos/às idosos/as, o que tem lhe “tirado muitas noites de sono”. Entre os temores, acessar uma moradia onde sua identidade de gênero não seja respeitada é um dos maiores. Segundo ela

eu gostaria muito de manter minha identidade de gênero e minha liberdade de expressão... Mas não sei... De Deus proverá! Eu não sei se eu vou ter que parar num asilo masculino, não sei como será minha saúde... isso foge à minha expectativa, fica muito pelas políticas sociais, o que vão fazer comigo...

Seu engajamento e narrativa se constroem, social e politicamente, tendo como referência tanto a pauta das travestilidades e transexualidades, quanto a da população em situação de rua e das pessoas hiv positivas, uma vez que, há mais de vinte anos, também vem tratando de sua sorologia positiva e lutando enquanto “ativista social independente”, como ela faz questão de ressaltar. Outros problemas que a acometem, porém, é a DPOC (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica) e também o glaucoma, ambos limitando suas atividades, sobretudo a primeira. Por ser uma doença que dificulta a respiração e que causa danos progressivos ao pulmão, Sissy sofre, esporadicamente, certas complicações que a levam, inclusive, a frequentes internações. Desde que nos conhecemos, não foram raras as vezes em que ela se encontrou nesta situação – tendo, inclusive, enfrentado quadros de saúde extremamente delicados algumas vezes. Sua percepção de velhice, aliás, traz consigo esses impactos, conforme comenta: “envelhecer é sentir a pele enrugar, as pernas cansarem, o fôlego faltar... A gente perde muito com o envelhecimento, mas a gente ganha sensibilidade, a gente ganha conhecimento de vida...”.

Sissy ressaltou diversas vezes que, mesmo envelhecendo, espera nunca ter que abrir mão de sua identidade feminina, de sua vaidade, pois é isso que a mantém viva. A sexualidade, aliás, é uma dimensão central em sua vida, tendo descrito sua vida sexual como “bastante ativa”. Por repetidas situações nos encontramos antes de Sissy sair pela noite para se divertir. Em todas, ela sempre comentou comigo que, embora com sua idade, estava “vivíssima” e precisava “curtir a vida enquanto é tempo!”. Os namorados também sempre foram um assunto entre nós duas, ela compartilhando certas intimidades desses seus encontros (não raros). Entre todas as interlocutoras, Sissy foi quem mais se utilizou da expressão “terceira idade” para se referir à velhice. Ao lhe questionar sobre esse uso, ela me deu a seguinte resposta: “pra mim, terceira idade é uma forma que a sociedade inventou pra magoar menos a pessoa, né?”. Esse posicionamento se alinha ao que alguns/algumas autores/as têm apontado em seus estudos sobre o uso dessa categoria como forma de se desvencilhar dos estereótipos negativos associados ao termo velhice (DEBERT, 2006; PEIXOTO, 2006).

Sissy vem experimentando, sobretudo nos últimos anos, uma efetiva reaproximação com sua família, principalmente com suas irmãs e sobrinhos, que vivem na região metropolitana de Belo Horizonte. Em seus dois últimos aniversários eles estavam presentes. Neste último, voltando juntas para casa, Sissy se emocionou ao falar da alegria de estar vivendo essa reaproximação com os familiares, tendo ela um profundo impacto sobre sua própria percepção deste período de sua vida.

Suzuky, travesti com 39 anos, autodeclarada preta e de classe popular, acabou tendo interrompido todos os processos que me descreveu. A mais jovem entre as cinco interlocutoras, Suzuky faleceu antes que pudesse experimentar uma série de expectativas compartilhadas comigo. Durante nossa entrevista, ela havia comentado que velhice, pra ela, era “sinônimo de amadurecimento”, processo que vinha experimentando de forma mais consciente e gradativa há alguns anos. Diferentemente das demais interlocutoras, Suzuky não se referiu à velhice em nenhum momento como um período triste e/ou de solidão, muito desta percepção estando ligada, segundo ela, à função que ocupa junto às *meninas*, o que a matinha “em constante movimentação”. Além disso, o terreiro de candomblé que dirigia era outra ocupação que lhe tomava muito tempo. Suzuky estava vivendo em um imóvel que alugara há cerca de um ano, uma casa espaçosa e de “excelente localização pras meninas batalharem”, conforme me falou.

Mais que Cláudia, Zoraide, Anyky e Sissy, as percepções de Suzuky sobre a velhice pareceram ser elaboradas predominantemente em oposição à vivência das mais jovens, demonstrando, aqui, o caráter eminentemente relacional da geração, a despeito do fator etário. Situar neste trabalho a experiência de Suzuky – cronologicamente a mais nova entre todas as interlocutoras –, embora tenha me parecido desafiador a princípio, trouxe uma série de provocações extremamente importantes. Em primeiro lugar, corroborando o estudo de Miguel (2015) sobre gerações travestis, o que observei com sua experiência é que, para além da idade, existem outros mecanismos que operam na distinção dessas “gerações travestis”. É por este motivo que Suzuky, aos 39 anos, compartilhava sentimentos de pertencimento com travestis que possuem 68, 67, 62 e 61 anos. Não desconsidero aqui as particularidades de sua idade, pois, evidentemente, essa diferença cronológica também implica outras percepções, outras disciplinas e cuidados consigo própria. Segundo ela, “é preciso ser muitas pra dar conta de todas as tarefas diárias”. Suzuky cuidava de sua casa, fazia almoço para as meninas, saía para “resolver

as coisas da casa, da rua e do terreiro”, conforme me falou, jogava vôlei duas vezes por semana e, na ocasião da entrevista, disse que ingressaria na academia.

À época, tinha um namorado 13 anos mais jovem, que também morava em sua residência, e descreveu sua disposição sexual como “bastante ativa”, brincando que tem horas que ele (o namorado) “nem dá conta”! E emendou: “acho essa coisa de idade e sexo uma grande bobagem! Só porque a pessoa é mais velha vai deixar de aproveitar? Claro que não”! Inclusive, no dia em que realizamos a entrevista, pude vê-la jogando com a sensualidade em determinado momento, quando um homem – que ela disse sempre aparecer por ali naquele horário para buscar a esposa no trabalho – parou do outro lado da rua e ficou olhando para ela. Ela se levantou, flertou com ele, conversava e ria comigo ao mesmo tempo em que o mantinha na mira. “Tá meu bem! Isso faz bem! Ainda mais um homem bonito desses! O namorado é que não me escute”, comentou entre risos.

Um evento que havia mudado substancialmente suas percepções sobre este momento havia sido um ataque cardíaco sofrido há mais de um ano, pouco tempo depois de uma de suas *filhas* ter morrido em seus braços, vitimada pela aids. Ela conta que esta perda foi a “gota d’água” pra esse seu problema de saúde que a levou a ficar internada no CTI (Centro de Terapia Intensiva) de um hospital público por 19 dias. Enquanto conversávamos durante a entrevista, Suzuky se referia constantemente à sua pomba-gira, representada em uma imagem na sala de estar, como aquela com quem negociava constantemente suas questões neste plano, inclusive, a recuperação deste infarto tendo sido “trabalho dela”. Depois deste evento dramático, ela disse ter mudado uma série de hábitos em sua vida, envolvendo tanto questões relacionadas ao estresse quanto ao consumo de bebidas e outras drogas.

Suzuky veio a falecer cerca de três meses após nosso último encontro. Conforme me foi descrito por uma de suas *filhas*, ela havia passado mal durante uma madrugada, tendo ficado internada por cerca de oito dias em um hospital da região metropolitana de Belo Horizonte. Seu diagnóstico apontou para infecção por toxoplasmose, agravada pela vulnerabilidade do seu sistema imunológico. Não pude ir ao seu velório, mas tive a breve oportunidade de encontrar uma de suas *filhas* após o ocorrido e lhe apresentar minhas condolências e disponibilidade caso precisassem de alguma ajuda.

Nos últimos quatro meses tenho acompanhado as manifestações de afeto, carinho e saudade que permanecem chegando à sua página do *Facebook* de sua “*família*

do coração” e de sua *“família espiritual”*, como ela disse se referindo às diferentes famílias que possuía hoje em dia. Falar sobre envelhecimento, em sua experiência em específico, fez-me acreditar, a princípio, que escreveria neste trabalho narrativas sobre um possível futuro: planos, perspectivas, expectativas. Embora este tenha sido o mote de nossas conversas, encerro este trabalho, infelizmente, pensando em suas narrativas de forma retrospectiva.

4.1.1. *Enlaçando perspectivas*

Busquei apresentar, no tópico anterior, parte das elaborações individuais das interlocutoras no que tange à velhice e à vivência deste período, pois, conforme já apontara Brah (2006), os significados atribuídos a um dado evento irão variar enormemente de indivíduo para indivíduo – a despeito de os mesmos compartilharem de histórias coletivas – uma vez que, ao mesmo tempo em que estes são inscritos e adquirem significados em relações socioeconômicas e culturais, eles também dão sentido a essas relações por meio da atribuição, processo que depende da forma como foram/são culturalmente construídos.

A partir de uma perspectiva mais macro, o que se observou até aqui foi que, de fato, o compartilhamento de determinadas vivências conduz as interlocutoras a assumirem certa “identidade coletiva”, no sentido das identificações em torno de discursos, matrizes de significado e memórias históricas, conformando, antes de tudo, um processo que é político (BRAH, 2006). Alguns eventos que marcaram seus percursos biográficos, como os rompimentos dramáticos com suas famílias de origem, a consolidação de redes de relações sociais entre elas, a perseguição policial que sofreram, os efeitos letais e subjetivos provocados pelo vírus do hiv/aids, bem como sua constituição nas pautas governamentais enquanto sujeitas políticas, definida, aliás, em resposta a esse último evento (CARRARA, 2010), tudo isso potencializou, evidentemente, sentimentos de pertencimento entre elas, circunscrevendo-as em um mesmo contexto geracional. Além disso, esse sentimento também se expressou, conforme apresentado no capítulo três, na interação com outras variáveis como corporalidade e performance, todas elas se situando esteticamente em oposição às *novinhas* através da estilização de projetos identitários atualmente inconformes aos novos modelos e padrões estéticos que fazem parte de seu universo. Discutir a velhice

tem significado, ao longo dessa dissertação, refletir, analiticamente, a forma simultânea com que discursos e práticas sociais incidem e atravessam corporeidades e sujeitos e a forma como estes agenciam tais fluxos, a partir de estratégias, procedimentos e operações que, possivelmente, convocam outros sentidos e experimentações diversas.

Considerando o rendilhado dessas reflexões tecidas até aqui, questões sobre acesso a direitos sociais básicos, bem como sobre o próprio (ir)reconhecimento dos estatutos ontológico e cidadão desta população serão abordadas nos tópicos subsequentes. Buscar-se-á refletir como, em um contexto de marcada vulnerabilidade, práticas individuais cotidianas e mobilizações coletivas possibilitam micropolíticas que permitem não apenas envelhecer, mas também envelhecer feliz, “apesar de”.

4.2. Entre tristezas e alegrias: direitos, acesso e dignidade

Entre as interlocutoras desta pesquisa, a velhice se apresentou oscilando entre representações de tristeza e solidão, por um lado, e de felicidade e superação, por outro, em um fluxo contínuo e contraditório, suas reconfigurações ocorrendo, principalmente, em torno de determinados eixos como corpo, saúde, mobilidade, sociabilidade e acessibilidade, emergindo enquanto dimensões centrais nos sentimentos investidos por cada uma delas nessas significações. Sendo a velhice recorrentemente construída em oposição à juventude, o grau de valoração atribuído a ela também esteve intrinsecamente relacionado às (in)satisfações associadas a esse período.

Olha, pra mim, velhice é uma felicidade! Eu não esperava ter uma velhice tão gostosa igual tô tendo... Que eu trabalho, que tô morando aqui nessa casinha... É pequena, mas tenho minhas coisinhas tudo do meu jeitinho! O dinheiro que eu ganho é a conta de me manter, pagar minhas contas em dia, mas tô bem! É que, assim, minha juventude foi tão sofrida... tão deprimida! Então sinto que eu sou muito mais feliz que antes... (Cláudia)

Sabe, quando eu era jovem, eu não tinha a felicidade que eu tenho hoje! Eu não era feliz igual sou hoje! Então, eu não tenho a beleza, mas eu tenho a felicidade que é bem melhor! Hoje eu pego uma foto minha bonita todo mundo fala “ai, você era linda!!!” ... Tudo bem! Mas eu não era feliz, eu não era realizada, eu não tinha um teto... Eu vivia pela casa dos outros, ficava dependendo dos outros pra um prato de comida... Então, hoje, mesmo com minha velhice eu me sinto mais feliz! (Anyky)

Refletindo acerca das narrativas sobre a felicidade, a partir destes e de outros trechos das entrevistas, percebo que sua construção se efetiva, na maioria das vezes, em relação ao acesso a direitos sociais básicos e ao reconhecimento de uma cidadania,

ainda que precária⁸⁰. Em alguns casos, esta felicidade é celebrada como profundo ato de resistência em seus discursos, frente a um contexto de histórico genocídio trans (JESUS, 2013) e de produção de múltiplos sofrimentos sobre esta população, conectando-se à experiência da superação já mencionada em outro momento, que as posiciona enquanto *vitoriosas, guerreiras e sobreviventes* em suas redes de relações.

Essa experiência da velhice, no entanto, redefine-se quando pensada a partir de outros aspectos como saúde, sociabilidade e acessibilidade, por exemplo, podendo levá-las a se identificarem também com sentimentos de *solidão* e *tristeza* em determinadas ocasiões.

Olha, na minha cabeça, pensando nessa coisa de velhice, a única coisa que me importa é a saúde! No meu caso, tem coisa que quero fazer e não consigo! Outra hora a depressão bate e eu não quero ver ninguém, fico trancada aqui dentro... então a velhice fica uma coisa muito triste, muito sofrida... (Zoraide)

Normalmente, o envelhecimento da travesti traz problemas complicados, com silicone que ela fez adesão lá juventude, com os hormônios, hormonoterapia sem acompanhamento médico... Muitas vezes com doenças crônicas, DST, e também o sistema em si leva ao adoecimento mental da maioria das pessoas trans e travestis na terceira idade, então é muito complicado e muito triste! Muito mesmo! (Sissy)

A velhice é quase sempre ressonada em despreparo e solidão, né? A pessoa precisa de um médico, mas, às vezes, não tem estrutura pra ir, não tem ninguém pra levar... Sem contar o tanto que é difícil pra uma travesti ter atendimento digno, né? Se não teve nem na juventude... E outra coisa é que você sabe como a comunidade de travestis e transexuais é sozinha! Então pra gente é muito triste... Ainda mais por a gente não ter família, não ter construído família... Eu ainda tenho as meninas, mas pra quem não tem... (Anyky)

Selecionei estes trechos pois acredito em sua potencialidade reflexiva, provocando-nos a pensar a velhice a partir de uma série de eixos articulados entre si. A questão da saúde, conforme se verifica, permanece no cerne deste debate e se complexifica na medida em que avaliamos longitudinalmente o (não) acesso das travestis a serviços básicos, bem como a outros mecanismos institucionais voltados ao cuidado e promoção à saúde durante seus percursos biográficos.

⁸⁰ A noção de cidadania precária, conforme Bento (2014) trabalha, “representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos de mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros)”. A autora ressalta ainda que para “adentrar na categoria de humano e de cidadão/cidadã cada um desses corpos teve que se constituir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo” (p. 167).

Tendo sua constituição neste campo – enquanto sujeitas de direito – definido-se a partir de discursos patologizantes que circunscreveram suas experiências em nosologias médico-psiquiátricas, conforme se observa nos documentos do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) produzido pela APA (Associação Americana de Psiquiatria) e do CID (Classificação Internacional de Doenças) produzido pela OMS (Organização Mundial da Saúde), bem como, especificamente no caso brasileiro, a partir das ações interventivas voltadas ao hiv/aids e outras DST (CARRARA, 2010), vale refletir em que medida os processos de estigma e discriminação provenientes dessas abordagens impactam suas experiências. Suzuky, por exemplo, comentou comigo que “travesti quando procura atendimento, ou é porque tem aids ou porque ‘é louca’, quer fazer a cirurgia”, segundo a lógica dos profissionais da saúde; perspectiva reiterada por Anyky ao comentar que “quando uma travesti vai ao posto, a primeira coisa que querem saber é se ela é positiva, se tem sífilis porque travesti é sempre vista como promíscua”! Esses discursos apontam tanto para a falta de capacitação dos profissionais da saúde como, mais amplamente, para um contexto de invisibilidade, no qual suas demandas não são reconhecidas (e muito menos atendidas) integralmente.

Cabe destacar o papel essencial das travestis no enfrentamento à aids, esta tendo se configurado, aliás, como um catalisador de sua organização política no Brasil, conforme destacado por Carvalho (2011). Ao apontar para as políticas públicas sobre o hiv/aids, não deixo de reconhecer as significativas conquistas alçadas por elas e matizadas em contextos institucionais e políticos, pensando principalmente na interlocução promovida entre sociedade civil e governo. Porém, alinhavada à argumentação de Mello, Perilo, Braz e Pedrosa (2011), minha problematização é de que se a saúde passou a ser um lugar “privilegiado” de acesso às políticas públicas para a população LGBT, a porta de acesso primordial a esta pasta se deu através das ações relacionadas à epidemia. Neste contexto, as políticas relacionadas às DST/hiv/aids eram – e em muitos casos ainda são – via de acesso única ou prioritária da população de travestis e transexuais ao SUS.

Vale ressaltar que uma política nacional fundada na concepção de atendimento integral a travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais começou a se materializar em 2008, se consolidando a partir da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011

(BRASIL, 2011), no âmbito do SUS⁸¹. Porém, o que se observa é que esta Política Nacional de Saúde Integral LGBT (como veio a se chamar) ainda enfrenta vários obstáculos no tocante à efetividade das propostas do governo como, por exemplo, os escassos recursos orçamentários para o desenvolvimento das ações programáticas, as homofobias⁸² institucionais, além dos entraves nas relações entre governos estaduais, municipais e federal.

Refletir sobre saúde e envelhecimento de travestis implica não desconsiderar em que medida as demandas apresentadas durante este período resultam, antes, de um processo cumulativo derivado do quadro de desassistência e negligência experimentado por elas. De uma forma geral, todas as interlocutoras deste trabalho, ao lançarem um olhar em retrospectiva para suas trajetórias, concordaram sobre essa questão. Por exemplo, os efeitos colaterais da automedicação, da grande quantidade de hormônios administrados sem orientação médica, além das aplicações de silicone industrial no organismo, que, com o tempo, trouxeram agravos à saúde de algumas, foram apenas alguns dos exemplos que deram sobre os desafios enfrentados atualmente.

Anyky, por exemplo, é taxativa ao apontar que “se o SUS tivesse aberto as portas para travestis desde a juventude cuidarem de sua saúde integral, se medicarem corretamente e ter atendimento sobre essa questão do silicone, tudo hoje seria mais fácil!”. Esta fala de Anyky, embora marcada por certo anacronismo quando olhamos em perspectiva para suas trajetórias e o processo de instituição do SUS, ocorrido na passagem das décadas de 1980 para 1990 – em resposta à Constituição Federal (C. F) da República (BRASIL, 1988) onde o conceito de saúde foi ampliado e passou a ser reconhecido como um direito social garantido pelo Estado (SANTOS, 2015) – nos provoca a pensar nas experiências atuais das travestis jovens frente a esse sistema de saúde. Se corpos são linguagens que nos informam textos, corpos “antigos” podem nos prevenir sobre determinadas práticas. Neste sentido, acredito que as experiências das interlocutoras se tornam potencial e privilegiadamente relevantes para as reflexões sobre políticas de saúde, não no sentido de deslegitimar ou desqualificar suas escolhas, numa perspectiva que viola seu direito à autonomia, mas de apresentar caminhos e possibilidades que amenizem sofrimentos e prejuízos causados à saúde.

⁸¹ Para mais informações sobre esta portaria consulte: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html.

⁸² Sobre o uso do termo ver <https://transconnection.wordpress.com/2014/08/28/homofobia/>. Acessado em 08 de abril de 2017.

No âmbito da política nacional do Processo Transexualizador do SUS⁸³, por exemplo, conforme Lionço (2008a, 2008b, 2009) tem argumentado, as travestis, assim como as transexuais, buscam alterações permanentes nos caracteres sexuais secundários que endossam suas identidades de gênero, porém elas encontram no diagnóstico diferencial um grande divisor de águas. Ou seja, o CFM (Conselho Federal de Medicina) dispõe de uma regulamentação sobre os processos médicos de alteração desses caracteres que fica restrita aos casos de “transexualismo”, restando às travestis, excluídas da atenção, as automedicações, além de ficarem relegadas à ação das *bombadeiras*.

A questão do silicone industrial, todavia, é um tanto mais complexa, a meu ver, e envolve uma reflexão relacionada à construção não somente do corpo, mas também da pessoa, o que a transfere para um domínio mais simbólico. Por esta perspectiva, acredito que a análise sobre este procedimento estético deveria passar não pelos discursos que regulam e normatizam seu uso, mas, muito antes, por um maior comprometimento e interesse públicos em conhecê-lo, mapeando estratégias para lidar com ele e amenizar os sofrimentos que, com a chegada da velhice (ou mesmo antes), ele pode provocar. Anyky, por exemplo, comenta:

A gente enfrenta muito problema na saúde é com silicone... Eles falam é assim “você não fez? Então vai lá onde você fez e pede pra curar!” Eles nem olham, nem procuram saber... Eu andei com a Lavínia, quando ela tava com aquele furúnculo na perna, fui com ela pra todo lado... Ninguém queria nem olhar, nem mexer! Tem gente que falava “não quero nem ver!” Então é uma falta de interesse total...

Se pensamos que foi sua geração a responsável pelo delineamento das primeiras políticas públicas voltadas a este segmento, é possível sugerir uma reincidência de seu pioneirismo no que tange a outros aspectos e demandas políticas na área da saúde, pensadas tanto em relação à velhice quanto à própria juventude.

No caso específico das travestis que entrevistei, seu acesso à saúde se dá, principalmente, via SUS e em suas narrativas se percebe a constante denúncia das insuficiências e ineficiências dessa política pública diante de suas realidades. O trabalho de Santos (2015), uma análise sobre a entrada e as vivências na atenção básica à saúde das travestis de uma região específica de Belo Horizonte, traz uma interessante reflexão

⁸³ O processo foi instituído através da Portaria de nº 1.707, de 18 de agosto de 2008 e redefinido e ampliado pela Portaria de nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Para mais informações, acesse http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html (BRASIL, 2013).

sobre esse assunto. A autora aponta, por exemplo, como as ações programáticas ofertadas por este nível de atenção⁸⁴ - onde a vigilância em saúde é pensada, principalmente, a partir da criança, do idoso e da mulher cisgênera – desconsideram, por completo, a construção das experiências travestis, uma vez que o histórico da maioria delas, marcado por exclusões e violências, desloca e rearranja os próprios significados atribuídos a essas categorias em suas vidas. Segundo argumenta, o que se percebe são as políticas públicas voltadas para a infância e a velhice desconsiderando a autonomia destas pessoas (travestis), não colocando em voga os diversos contextos e situações de vulnerabilidade aos quais estão sujeitas durante praticamente toda a sua vida. Ela afirma ainda que “a relação com as políticas de saúde voltadas para a mulher também é outra discussão a ser pensada, pois as travestis não entram no debate por não serem consideradas como outra/as experiência/as de ser mulher” (ibid., p. 81). Essas provocações trazidas pela autora nos auxiliam a refletir criticamente o acesso à saúde pública desta população, principalmente quando pensamos em quais experiências, de fato, são lidas como legítimas neste contexto.

Outro aspecto importante a se considerar nesta discussão refere-se aos processos de sofrimento psíquico e de adoecimento mental vivenciados por muitas travestis. Embora não disponhamos de dados oficiais a respeito desse tipo de enfermidade, alguns autores têm problematizado a urgência de se refletir mais seriamente sobre esta questão já que não são raros relatos de travestis que se mostram em estado de depressão ou ainda expressando graus elevados de ansiedade, sensações de pânico ou desânimo frente à vida – e até mesmo de total descrédito com ela (PELÚCIO, 2005; PERES E TOLEDO, 2011). Todo este contexto, segundo argumenta Peres (2011), denuncia a necessidade de serviços públicos de atendimento psicossocial voltado para esta comunidade, porém ele próprio problematiza que “se para buscar atendimento para suas dores físicas já é difícil, buscar atenção para suas dores existenciais parece quase impossível, e isso, cada vez mais, impede a efetivação do direito à saúde pra todos” (ibid., p. 70).

Entre as cinco interlocutoras da pesquisa, três declararam sofrer de depressão, uma delas também sendo portadora da síndrome do pânico. De uma forma geral, pareceram associar esses quadros a três fatores: em primeiro lugar, conforme se verifica

⁸⁴ Os níveis de atenção à saúde no SUS são divididos em baixa, média e alta complexidade. A atenção básica – referente ao primeiro nível – consiste na entrada preferencial no sistema de saúde e sua dinâmica se assenta nos cuidados em torno do adoecimento e/ou na prevenção de riscos à saúde (SANTOS, 2015).

no relato de Sissy transcrito anteriormente, o próprio *cistema* é responsável por levar as pessoas trans e travestis ao adoecimento mental. Utilizo a noção de *cistema* neste caso, alinhada à perspectiva de Vergueiro (2015), uma vez que, conforme esta autora ressalta, uma série de processos cisnormativos estabelecem colonialidades do saber, do poder e do ser que operam violentamente normatizando corpos e gêneros. Neste sentido, cabem aqui tanto as violências físicas, psicológicas e institucionais, como aquelas de ordem epistemológica que incluem, por exemplo, produções e representações estigmatizantes e patologizantes de suas experiências dentro (e fora) de discursos científicos, políticos e acadêmicos, de uma forma geral. Tudo isso, evidentemente, promove efeitos degradantes sobre suas subjetividades, afetando suas relações com o mundo e consigo próprias.

Os outros dois fatores elencados por elas como vinculados a esses sofrimentos psíquicos pareceram estar diretamente relacionados à questão da velhice. O primeiro refere-se à convivência com doenças crônicas ou outros tipos de debilidades físicas (surgidas com o passar dos anos) que as impedem de exercer atividades antes costumeiras e que exigem maior mobilidade espacial. Essa sensação de incapacidade, conforme algumas destacaram, é um dos pontos de maior sofrimento no dia-a-dia, trazendo-lhes intercorrentes frustrações e ansiedades. Outro fator mais complexo refere-se à experiência da sociabilidade neste período, fazendo emergir um debate em torno de questões como laços afetivos, cuidado e solidão, questão já abordada anteriormente e para a qual reservo apenas algumas considerações.

A velhice, de uma forma geral, tem sido historicamente associada ao abandono e solidão em decorrência de perdas e isolamentos sociais vivenciados no período (MINAYO E COIMBRA JR., 2002; BASSIT, 2006; DEBERT, 2012). Alguns autores têm apontando como consequência desse quadro o desenvolvimento de síndromes depressivas entre os idosos (FERNANDES, 2000; MARTINS, 2008), a emergência desses sofrimentos psíquicos, portanto, sendo interpretada como processo comum neste recorte etário/geracional. Porém, o que se observa é que as explicações usualmente utilizadas para o problema partem, muitas vezes, de pressupostos cis-heteronormativos, articulando esses adoecimentos à viuvez e/ou ausência de filhos por perto, por exemplo, o que compromete um entendimento mais profundo sobre esta questão. Essas considerações nos conduzem à reflexão de Henning (2014), abordada no capítulo três, sobre uma “teleologia heteronormativa”, consubstanciada nos influentes referenciais

normativos heterossexuais que perpassam os percursos biográficos dos sujeitos. O comentário de Anyky, por exemplo, associando a solidão das travestis ao fato de “não terem construído uma família”, no sentido consanguíneo, reflete, em um primeiro momento, como narrativas de sofrimento são produzidas a partir destes discursos normatizadores e da não conformidade a eles. Ao mesmo tempo, a constituição da “família do coração”, no caso, as *meninas*, emerge como outro lugar de vivenciar as afetividades e experimentar trocas de solidariedade e cuidado. No caso de Zoraide, esta “família do coração” se assenta na figura de uma *irmã*, Valda, uma travesti de sua geração, com quem compartilhou (e compartilha ainda) seus percursos e processos. Elas chegaram a morar juntas em diferentes ocasiões, tendo optado, ao fim, por cada uma morar em sua residência embora estejam em constante contato. Vale ressaltar, porém, que nem todas as “famílias do coração” neste estudo se referiram aos laços com outras travestis. No caso de Cláudia, por exemplo, ela conta que ocupa este lugar tanto alguns amigos que fez em Belo Horizonte ao chegar à cidade, quanto sua *madrinha*, na Bahia, com quem mantém forte vínculo até hoje. Sissy também descreve essa sua família como as amigas fortalecidas que veio conquistando ao longo dos anos.

Acredito, porém, que pensar em solidão nesses casos não se encerra a considerações sobre a frequência ou o nível de intimidade experimentado por elas em suas interações sociais. Muito mais profundo que isso, o que pude observar foi uma íntima relação entre essa sensação e as experiências de abandono e exclusão vivenciadas por elas em outras esferas da vida também, como política e institucional. Desta forma, o não reconhecimento de suas “identidades”, de suas demandas e, mais profundamente, de suas próprias humanidades, tem o efeito de produzir isolamentos múltiplos, confirmando o quadro de solidão relatado por elas. Este debate, a meu ver, envolve considerações mais complexas a respeito das capacidades de apreensão das vidas humanas como vivíveis (ou não) e, portanto, (in)dignas de proteção, amparo e subsistência, processo resultante dos enquadramentos normativos que, sob certas ontologias sociais, irão diferenciar sujeitos reconhecíveis (ou não) humana e politicamente (Butler, 2015).

4.3. Mas saúde está pra além disso...

A partir dessas considerações, percebe-se como a saúde emerge enquanto ponto nodal em seus processos, tanto a partir desta dimensão do adoecimento quanto de uma visão mais englobante que, aliás, apresenta-se, em seus discursos, profundamente alinhada à definição fornecida pela OMS⁸⁵. Assim, conforme Suzuky comentou, “falar sobre saúde e sobre envelhecer com saúde vai além disso... É falar também sobre o preço do feijão, sobre ter dinheiro pra comprar esse feijão e sobre onde a gente vai dormir depois de comê-lo”. Tal perspectiva é também compartilhada por Sissy, ao apontar que “saúde não é ausência de doenças, envolvendo moradia, alimentação e bem estar”, ambas ressaltando as inúmeras dificuldades das travestis em acessar esse “pacote da sobrevivência”, segundo Suzuky. De fato, como promover uma saúde, pensada integralmente, quando o que se observa é um abismo, por vezes, quase intransponível entre ser travesti e acessar a uma condição plena de cidadania (condição que, aliás, precede o acesso e a garantia a direitos sociais básicos)?

Todo este debate nos conduz também a reflexões sobre o aspecto econômico e sob quais condições envelhecer pode se tornar ainda mais desafiador para este grupo. Segundo Sissy mesmo comenta, “melhor idade, afinal, só existe pra quem tem dinheiro, se aposenta bem e vai gastar tudo porque, pra quem não tem, a velhice pode ser muito dura! Pra travesti pobre então...”. Considerando que, de uma forma geral, todas as interlocutoras deste estudo tenham identificado suas situações socioeconômicas como pertencendo à classe popular, também descrita por elas como “popularíssima”, “pobre”, “remediada”, é preciso refletir como este marcador social se intersecta aos de gênero, sexualidade, idade e raça, produzindo experimentações diversas nesse período.

Conforme apresentado no capítulo dois, das cinco interlocutoras, quatro exerceram trabalho sexual durante a juventude – uma delas enfatizando que ainda “batalha vez ou outra pra tirar uns trocados”. Em um contexto marcado por múltiplas exclusões – familiar, escolar, social e conseqüentemente, profissional – o se observa, de fato, é que a prostituição torna-se, comumente, um dos únicos caminhos viáveis para elas se manterem economicamente, embora deva ser lido também como um espaço de construção de si, de experimentação do gênero, das trocas, das sociabilidades e das

⁸⁵ A OMS define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades”.

(auto)descobertas (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; TEIXEIRA, 2008; PELÚCIO, 2009). Sem desconsiderar sua autonomia no que tange ao exercício (ou não) desta profissão, o que gostaria de problematizar é que, de fato, o contexto de marginalização em que muitas se inserem acaba por restringir suas possibilidades de atuação em outras áreas, conduzindo-as, como consequência, para o trabalho sexual. Este foi o caso de Zoraide, Anyky, Sissy e Suzuky, embora no caso de Cláudia, que desde a infância começou a trabalhar como cozinheira e doméstica para se sustentar, o que se observa também é uma estratégia de sobrevivência forjada em um contexto de exclusão e desamparo familiar e financeiro. Inclusive, a possibilidade de ter se profissionalizado em culinária, durante a juventude, foi um fator relevante – e diferencial – na construção de seu percurso biográfico e de seu campo de atuação atual.

No que tange ao mercado sexual, é preciso considerar que sua dinâmica opera num movimento de expulsão periódica daqueles corpos não mais lidos como atraentes naquele espaço – atração que se sustenta, principalmente, sob os signos da juventude e da beleza – levando as travestis, após alcançarem determinada idade, a ter suas perspectivas de trabalho reduzidas. Considerando ainda que a maior parte delas teve constrangidas suas experiências educacionais – por falta de suporte familiar ou pelas violências e preconceitos (re)produzidos no espaço escolar –, o que se observa é que sua saída do mercado sexual se consubstancia numa série de tensões relacionadas tanto à falta de instrumentalização e/ou formação profissional para acessar outras áreas de trabalho quanto às dificuldades inerentes de inserção nesses espaços, uma vez que, mesmo dispondo de capacitação, travestis e transexuais permanecem excluídas dessa esfera⁸⁶. Ou seja, ao mobilizar a questão do envelhecimento é preciso considerar uma série de nuances “cistêmicas” que acentuam a vulnerabilidade desse grupo. Portanto, o aspecto econômico é outro eixo fundamental para compreendermos suas experiências

⁸⁶ O documentário *À Luz do Dia* (2017), dirigido por Elaine Coutrin aborda as dificuldades enfrentadas por diversas travestis e transexuais na busca por um emprego formal no mercado de trabalho. Para assistir, acesso o link <https://www.youtube.com/watch?v=0kih49U9NtU>. Acessado em 03 de março de 2017.

As diversas reportagens abaixo também discutem sobre essas dificuldades:

<http://tvbrasil.ebc.com.br/estacaoplural/post/visibilidade-trans-a-realidade-do-mercado-de-trabalho-para-transexuais>

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/o-preconceito-contra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>

<http://www.nlucon.com/2017/02/ativista-trans-angela-lobes-e.html>

<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2017/01/29/mulheres-e-homens-trans-relatam-rotina-de-humilhacoes-acesso-ao-mercado-de-trabalho/>

<http://www.revistaforum.com.br/2017/01/30/acesso-ao-emprego-ainda-e-a-principal-demanda-do-movimento-trans/> (Acessadas em 21 de fevereiro de 2017).

neste período e suas improvisações cotidianas para torna-lo o mais viável possível, mesmo que marcado por inúmeras dificuldades.

Zoraide, Sissy e Cláudia recebem aposentadoria, duas delas por invalidez, através do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), uma pelo BPC/LOAS (Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social)⁸⁷. Zoraide completa sua renda vendendo alguns cosméticos que sua sobrinha produz. Cláudia, além da aposentadoria, conta com auxílio moradia e trabalha, eventualmente, como cozinheira e cuidadora na Casa de Apoio Nossa Senhora da Conceição, instituição apresentada em outro momento desta dissertação. Sissy vive apenas com sua aposentadoria, sendo institucionalizada em uma casa de acolhimento para mulheres que vivem em situação de rua. Anyky e Suzuky viviam em imóveis alugados, onde também disponibilizavam quartos para outras travestis sob o custo de *diárias*. Outras fontes de rendimento com que Anyky conta são as palestras nas quais é convidada a ministrar e alguns trabalhos de costura que também realiza, esporadicamente. Suzuky, por sua vez, declarou, na época, que também exercia os ofícios de cabeleireira e de *bombadeira* junto às *meninas*, o que completava sua renda mensal. Percebe-se, pois, que de uma forma geral suas fontes de rendimento se restringem a um leque reduzido de possibilidades. Antunes (2013) também observara em seu estudo com travestis mais velhas que seu campo de atuação estava circunscrito, sobretudo, a trabalhos como de costureiras, maquiadoras, *bombadeiras*, cozinheiras, cabeleireiras, locatárias e cafetinas, o que reitero a partir dos dados que observei em meu campo. No que tange, porém, a esta última ocupação, gostaria de fazer algumas breves ressalvas que, a meu ver, merecem atenção especial.

4.3.1. O negócio do afeto e as filhas bastardas do Estado

No capítulo três, ao discutir o tema da sociabilidade e das relações intergeracionais entre as travestis, destaquei a construção dos vínculos filiais entre elas e de que maneira a figura da *mãe/madrinha* emerge nesse contexto. Ao descrever as funções desempenhadas por ela, situei os tensionamentos simbólicos em torno dessa categoria já que, à *mãe/madrinha*, frequentemente se entremeia também a figura da cafetina. Desta forma, são interações estruturadas tanto em referência às afetividades,

⁸⁷ Benefício prestado a idosos/as com mais de 65 anos e pessoas que tenham deficiência, desde que a renda familiar seja menor que ¼ do salário mínimo. Para acessá-lo não é necessário ter contribuído para a Previdência. Mais informações ver <http://www.fundacaoxuxameneghel.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Lei-Org%C3%A2ncia-da-Assist%C3%A2ncia-Social-LOAS.pdf>

cuidado e proteção quanto às mediações econômicas que comumente as orientam. Gostaria de dedicar um pouco mais de atenção a esta discussão agora, uma vez que esse lugar da cafetinagem não é raro entre aquelas que envelhecem.

Denominação usual é também a de *dona-de-casa* entre as travestis, que provoca um deslocamento semântico na carga atribuída ao termo cafetina, geralmente associado à exploração sexual, violência e criminalidade. Anyky e Suzuky, por exemplo, identificavam-se como *donas-de-casa* (ou mesmo como *pensionistas*, em algumas situações), embora Suzuky tenha problematizado também que, “se cobrar diária é ser cafetina, então que seja chamada desta forma”. Segundo ela

Olha pra você ver, eu tô aqui, tenho despesas com a casa... luz, água, internet, aluguel, né? Um tanto de conta pra pagar e elas vão morar de graça? É claro que não! Elas me ajudam e eu ajudo elas! Além disso, elas sabem que estão seguras aqui comigo! Quando elas descem pra pista, tô sabendo de tudo que acontece lá! E é isso... eu acolho elas, levo pra posto de saúde, pra comprar roupa, acompanho onde precisar! Falar que isso tudo é ser cafetina... Não sei!

Mobilizar este termo no contexto das travestilidades supõe não perder de vista o emaranhado de significados que ele assume. Conforme Sander (2015, p. 74) destacou:

Entre as travestis, o termo cafetina não tem o mesmo significado que aquele da prostituição de mulheres, no qual uma assimetria de gênero parece permear as relações entre a prostituta e o chamado cafetão. A cafetina/mãe ocupa um papel organizador e ramificado nas redes de travestis. Atua na rua, na casa e nos corpos. É tanto aquela que explora e até maltrata, quanto a que cuida.

A cafetinagem entre as travestis constitui, portanto, um campo de discussão bastante complexo e controverso. Se, por um lado, esta prática está marcada por relações de poder e assimetrias que têm, principalmente (mas não somente), no marcador geracional seu eixo organizador, ela também parece mobilizar uma rede protetiva mantida em resposta ao contexto de vulnerabilidade em que se inserem. Nesta última acepção, ela parece se dar como solução alternativa às violências sofridas nas *pistas* e, simultaneamente, à ausência de uma legislação eficiente em torno da prostituição, garantindo às profissionais do sexo condições dignas e seguras para o exercício desta atividade⁸⁸.

⁸⁸ Durante o trabalho de campo que realizei nas *pistas*, pude observar a atuação das chamadas “cafetinas” tanto na organização e no controle dessas territorialidades – determinando quem podia (ou não) estar ali –, quanto na proteção daquelas a quem era permitido “fazer ponto” na região de “seu domínio”. Juridicamente, no que tange à regulamentação do trabalho sexual, Paixão (2016) realiza uma relevante discussão sobre o Projeto de Lei nº 4.211/2012 (Projeto de Lei Gabriela Leite), refletindo-o à luz da experiência de travestis/transsexuais profissionais do sexo. A autora identifica várias inconsistências

Esta parece ser uma função exercida, sobretudo, por travestis “mais velhas” que, em outros momentos, também teriam *batalhado*. Embora *virar cafetina* tenha relação direta com assumir um *status* perante as mais jovens, confirmando o que outros autores também observaram e apontaram como sendo uma “promoção na trajetória da trabalhadora sexual” (SIMÕES, 2010; PASSINI, 2005 apud TAVARES, 2014, P. 32), é preciso problematizar que, entre as travestis, este se torna um caminho muito comum em decorrência das próprias (im)possibilidades de atuação que, em outros ramos, são bastante reduzidas. Assim foi que Zoraide me explicou:

Olha, depois que eu saí da prostituição eu montei uma casa, virei cafetina, dona-de-casa, né? Eu já tava mais velha, ia trabalhar com o quê? Travesti cê sabe, né? Então eu fiz assim! Mas aí depois foi ficando muito difícil, minha saúde muito ruim, resolvi parar com tudo, desmontei a casa... Daí eu consegui me ajeitar com minha aposentadoria...

Minha intenção ao pontuar tais questões refere-se não a uma tentativa de amenizar as práticas violentas e de extorsão que, comumente, configuram-se em torno da cafetinagem, mas chamar atenção para o fato de que refleti-la, neste contexto específico, requer considerar uma série de nuances, sobretudo quando o envelhecimento se coloca como seu pano de fundo. Se esta – prática condenável do ponto de vista ético, moral e jurídico em nossa sociedade – torna-se, para muitas travestis que envelhecem, um “caminho natural”, é preciso que nossas análises não se restrinjam apenas ao aspecto da criminalização, mas que reconheçamos também seu caráter contingente, lendo-a como efeito da violência estrutural e das vulnerabilidades individuais e sociais que acometem as travestis (PERES, 2005).

Observando a experiência de algumas travestis mais jovens que têm buscado, em outros “campos de batalha” e em meio a várias resistências políticas, assegurar suas formações profissionais e acadêmicas e ingressar no mercado de trabalho formal, é possível vislumbrar um horizonte de maiores possibilidades para sua inserção social futuramente. Ao mesmo tempo, as *pistas* permanecem um “destino” e/ou escolha pra grande parcela delas, um campo de *batalha* onde elas se (re)inventam e (re)criam corpos, gêneros, relações, afetividades e sobrevivências (sobretudo econômicas).

presentes neste dispositivo, destacando sua ineficiência frente às especificidades de travestis e mulheres trans que se prostituem. Uma das questões debatidas por Paixão (ibid.) refere-se à prática da cafetinagem e de como esta assume contornos específicos no contexto trans. O texto de Amara Moira “Prostituição nos devidos termos”, publicado em seu blog em março de 2016, também nos convida a pensar criticamente sobre esta prática frente à política de regulamentação. Disponível em <http://www.eseeufosseputa.com.br/>

Embora a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) tenha reconhecido a prostituição como ocupação laboral, em 2002, possibilitando às profissionais do sexo se inserirem no INSS como contribuintes individuais após declararem sua ocupação profissional, o que se observa é que elas não integram esse sistema previdenciário seja pelo desconhecimento da política e pelas dificuldades de acessá-la frente ao preconceito e estigmatização, seja pelo próprio despreparo por parte dos agentes do Estado em lidar com elas (PAIXÃO, 2016)⁸⁹. Anyky, por exemplo, comentou comigo:

Sabe, eu canso de falar com as meninas pra elas pagarem INSS. Elas nem sabem que podem pagar! E eu falo com elas que não é só pra velhice não... se elas sofrerem um acidente, alguma coisa, pra elas poderem receber também! É uma mixaria, lógico, mas é melhor que nada, né?

Sissy também destaca que “é preciso levar essa questão pras travestis e transexuais jovens estarem pagando seu INSS para ter ao menos uma garantia na velhice”. Considerando, porém, nossa atual conjuntura política e o acelerado desmonte de direitos sociais e trabalhistas pelo qual o Estado brasileiro tem passado, com ênfase para a questão previdenciária⁹⁰, quaisquer garantias parecem estar num horizonte cada vez mais distante, quanto mais para as travestis.

Discutir o envelhecimento na experiência das travestilidades, supõe, portanto considerar como sua desapropriação de direitos e posições de descartabilidade (BUTLER & ATHANASIOU, 2013 apud LINS & MESQUITA, 2016) convertem-se em mecanismos de precarização de suas vidas, que, embora as acompanhem durante toda sua trajetória, parecem se acentuar com o passar do tempo. Desta forma

estratégias de desumanização se estendem a tantas dimensões quantas forem possíveis, pois se não há como ter gênero e nome reconhecido, educação básica, inserção no mercado de trabalho e vínculo familiar, as possibilidades de estarem inseridas em núcleos que “comproven” sua humanidade e notem sua ausência vão sendo *tombadas* [...] uma a uma (ibid., p. 57)

⁸⁹ De acordo com o relatório do Nuh/UFMG da pesquisa Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais da cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população, de 138 travestis e transexuais entrevistadas que responderam à questão sobre a previdência, 86,96% (120 delas) responderam que não contribuíam com o INSS. Destacando-se que a maioria delas desconhecia a possibilidade de contribuírem como autônomas (Nuh, 2015).

⁹⁰ Atualmente, tem tramitado no Congresso Nacional, o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016 que trata da Reforma da Previdência. Proposta pelo poder executivo como forma de evitar um “possível déficit” previdenciário, este projeto representa enorme retrocesso das conquistas dos direitos sociais e trabalhistas garantidos pela Constituição Federal. As seguintes reportagens apresentam os principais pontos contidos no texto da PEC e trazem um resumo dos efeitos negativos da propositura, caso seja aprovada

<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/03/09/pec-287-reforma-ou-implosao-da-previdencia-social/>
<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/01/de-oab-a-base-aliada-cresce-adesao-contra-a-reforma-da-previdencia/>

É por esse motivo, creio eu, que a experiência das travestis idosas é – e deve mesmo ser – celebrada como profundo ato de resistência. Porém, parece urgente deslocar a ênfase que tem sido dada ao evento de envelhecer (em si) para pensar como, em que condições e sob quais perspectivas essas velhices têm se delineado. Se, pelo viés da legislação e das próprias políticas públicas de Estado, o que percebemos é a supressão de direitos e, antes disso, a própria negação de sua humanidade, caminho mais promissor parece ser olhar para suas micropolíticas cotidianas que criam possibilidades para se vivenciar este período de forma menos áspera.

No que tange à inclusão da pauta sobre a velhice nos movimentos sociais, é necessário destacar que todas as interlocutoras mencionaram sobre a invisibilidade com que o tema ainda tem sido tratado entre as militantes, mesmo que, dentro desses movimentos, o que se verifica seja uma presença crescente deste segmento. Conforme relataram, temas como DST, violência e despatologização ainda são os grandes motes mobilizadores das discussões tecidas nestes espaços.

4.4. Dialogando interseccionalmente sobre a velhice

Uma perspectiva interseccional nos permite apontar como marcadores sociais operam não apenas na categorização de indivíduos, mas também lhes oferecem recursos para suas ações (PISCITELLI, 2008, 2012). Ou seja, embora as narrativas das interlocutoras as situem como pertencendo a uma mesma geração, bem como apontem para a possível similaridade entre suas experiências no que tange à vivência do gênero feminino na velhice (aproximando-se, inclusive, das narrativas de mulheres cis sobre este mesmo período), suas experiências pessoais variam significativamente quando pensadas a partir de outros eixos de diferenciação como classe, raça e sexualidade. Ou seja, percebe-se que a intersecção desses eixos produz uma miríade de outras possibilidades enunciativas, responsáveis por localizá-las em diferentes posições políticas e sociais.

Busquei enfatizar suas narrativas no que se refere aos seus processos autocriativos e de reapropriação do mundo. Sem desconsiderar todo o contexto de vulnerabilidade em que se inserem – e que foi demonstrado talvez de forma exaustiva durante este trabalho – busquei apresentar, difusamente ao longo desta dissertação, como suas experiências pessoais também estão marcadas por políticas de resistência que

tornam não apenas possível, mas também aprazível envelhecer... “apesar de”. Neste sentido, a potência do enunciado de Das (2011, p. 16) de que “ser vulnerável não é o mesmo que ser vítima” está em reconhecermos a autonomia dos sujeitos e suas capacidades (re)inventivas, mesmo em contextos violentos, precários e de invisibilidade.

Sissy, na última comemoração de seu aniversário, comentou em determinado momento ao microfone: “eu não sou vítima! Não sou vítima da vida, não sou vítima de nada! E minha idade, quase o dobro da expectativa de vida das travestis nesse país, é uma prova disso”! Essa frase me marcou profundamente e me ajudou a ler com outros olhos que, a despeito de todas as dificuldades enfrentadas pelas travestis ao longo de suas vidas, o cotidiano também lhes permite improvisações e outras escritas. Este projeto seria inviável, porém, se desconsiderássemos a perspectiva interseccional e as possibilidades de agência que ela abre aos sujeitos. Apesar de apresentar de forma sucinta essas reescritas, espero que seja possível alcançar certas abstrações a partir delas que permitam amadurecer nossas reflexões não apenas sobre velhice, mas também sobre agência, resistência e criatividade, as quais desloquem a engessada prática “cis-acadêmica” de construir com frequência lugares de unívocos sofrimento e assujeitamento às alteridades que já foram historicamente subalternizadas.

4.5. Da diferença às diferenças

Neste capítulo, a despeito da comunalidade deste processo, busquei também enfatizar alguns aspectos singulares das percepções de cada interlocutora no que se refere ao envelhecimento. Evidentemente, suas experiências e subjetividades transgredem quaisquer construções textuais, os aspectos que priorizei sendo apenas alguns dos quais elas conferiram maior relevância durante nossas entrevistas. Ficou evidente uma miríade de possibilidades (re)inventivas e enunciatórias de vivenciar um mesmo período. Embora, em torno do marcador social de gênero, práticas e vivências comuns sejam mobilizadas, quando a análise passa a articulá-lo à sexualidade, classe e raça, por exemplo, essas experiências parecem ganhar outros contornos, interpretações, narrativas.

Ao fim das entrevistas, perguntei a cada interlocutora se o fato dela se identificar como travesti, de classe popular e autodeclarada parda (Zoraide, Sissy), branca (Anyky)

e/ou preta (Cláudia, Suzuky), redefiniam suas perspectivas com relação à velhice. Todas elas apontaram para uma série de diferenças que acreditavam alterar completamente a leitura sobre este período. Em primeiro lugar, diferentemente do envelhecimento de pessoas cisgêneras, elas apontaram para aqueles marcos heteronormativos, já mencionados aqui, não inclusos em seus percursos biográficos (casamento, filhos, netos etc), além de seu estilo de vida (na maioria dos casos ligado ao exercício do trabalho sexual) que operaria acelerando seus processos de envelhecimento.

Esta velhice também se opôs àquela de pessoas que teriam realizado cirurgias de transgenitalização, as quais, em suas perspectivas, irão depender de maiores intervenções e acompanhamentos médicos durante a velhice, sobretudo considerando a questão hormonal. Segundo Suzuky, “a transexual vai precisar fazer uma reposição hormonal e ter alguns outros cuidados que as travestis não precisam ter”. Para Anyky, o envelhecimento de uma pessoa trans que passou pelo procedimento cirúrgico terá outros impactos que não apenas físicos, mas também subjetivos, pois, em sua opinião, “a trans vai sofrer muito mais! Porque a ilusão de uma pessoa trans que faz a cirurgia é de que ela vai se casar, vai ter marido, entendeu? Mas isso não é a realidade!”. Ou seja, outra vez entram aqui expectativas sociais criadas em torno do gênero feminino e que têm nesses marcos biográficos uma certa “reiteração” das “normalidades”, enquanto a não conformidade a eles pode desencadear sofrimentos aos sujeitos.

Um aspecto que se demonstrou determinante neste estudo foi o de classe, pois, nas palavras de Cláudia, “é claro que uma travesti que tem boa condição financeira, que pode contratar serviços, tem um plano de saúde, essas coisas, vai mudar completamente a velhice dela né?”. Isto acabou por suscitar algumas considerações acerca das políticas de saúde e moradia em suas narrativas. No que se refere às primeiras, o SUS (serviço acessado por todas) emerge como um campo de *batalhas* diárias, *batalhas* travadas por um acesso digno, integral e de qualidade. “Mas se o SUS não consegue atender nem a população idosa em geral, quem dirá uma travesti idosa com todas as suas demandas?” Este foi um questionamento levantado por Anyky e Sissy. É por isso, disseram todas as interlocutoras desta pesquisa, que se uma travesti tem melhores condições e pode pagar por um atendimento digno e de qualidade no sistema de saúde privado, ela terá, em suas percepções, uma velhice muito melhor. Porém, é preciso considerar, é ainda a saúde o campo “privilegiado” de acesso desta população às políticas públicas (MELLO; PERILO; BRAZ; PEDROSA, 2011), o que nos leva a pensar na urgência de se avaliar

esta política mais criticamente pensando em suas potencialidades e (in)eficiências quando articuladas ao curso de vida dos sujeitos.

Também a moradia é outra questão importante considerada por elas e intrinsecamente relacionada ao aspecto econômico, pois para aquelas que têm condições de alugar um imóvel – seja para viver sozinha ou acompanhada – a velhice irá se construir a partir de outros lugares. Pude perceber isso, por exemplo, observando as diferenças entre viver sozinha ou com outras travestis em uma casa de aluguel e viver em uma casa de acolhimento institucional para mulheres em situação de rua, cada uma delas implicando em dinâmicas e formas de lidar com o período muito específicas. A tensão experimentada por Sissy, por exemplo, diante das incertezas experimentadas neste período de sua vida, reescrevem-no de uma forma muito singular.

Anyky comenta que, em sua opinião, “uma travesti negra e idosa deverá viver muito mais sofredamente, pois, no Brasil, tudo pra pessoa negra é mais difícil”. Cláudia, que se identifica como travesti, preta e pobre, diz já ter sofrido muitas discriminações por causa de sua cor e de seu gênero, mas que hoje em dia, aos 68 anos, sente-se muito mais feliz que durante sua juventude. Suzuky comentou que, entre todas as coisas, não ter uma casa e ter que viver “de favor” ou em um abrigo deveria ser uma das experiências mais dolorosas para uma travesti na velhice. Sissy não só reconhece todas as dificuldades desta situação como também milita ativamente em prol dos direitos da população trans em situação de rua, ao mesmo tempo em que diz se encontrar mais feliz hoje que em outras épocas, pois sua felicidade “está diretamente ligada ao fato de ter ganhado maturidade, ter se perdoado e ter tranquilidade de espírito”. É por esse motivo, ela comentou, que, às sextas feiras, ela gosta de sair, “tomar cerveja e se entregar aos prazeres da vida”, mesmo que precise voltar cedo para dar entrada à República⁹¹.

Pouco tempo antes de ir entrevistar Zoraide, uma travesti, amiga nossa em comum, havia me procurado pedindo ajuda para conseguir uma vaga em alguma instituição de acolhimento, pois, em suas palavras “Zoraide estava vivendo abandonada, esquecida por todos”. Durante nossa entrevista, ela comentou sobre esta situação, dizendo ter ficado profundamente chateada com esta pessoa, pois, para ela, mesmo com todas as dificuldades que enfrenta, era ali que se sentia bem, que se sentia feliz, não trocando sua casa “por nenhum outro lugar”.

⁹¹ O horário máximo permitido para retornar à República é às 22 horas.

As narrativas demonstram, a meu ver, que mesmo inseridas em um contexto de intensa vulnerabilidade, as (re)inscrições de seus processos, de suas velhices e perspectivas sobre o período variam enormemente em função das possibilidades e capacidades de agência abertas a cada uma delas a partir de suas posições sociais. Ao pensar em perspectivas de envelhecimento, portanto, vale considerar como todas essas questões se articulam para produzir experiências completamente distintas. É por esse motivo que a compreensão da diferença enquanto categoria analítica (BRAH, 2006) tornou-se uma ferramenta central neste debate.

Embora envelhecer signifique compartilhar processos diários e de enfrentamento quando pensamos em saúde, corpo, cuidado e trabalho, são nas improvisações cotidianas – de todas e de cada uma – que observamos estratégias de resistência que revelam não só dores, mas também as vivências prazerosas de uma travesti idosa. Não pretendi aqui uma narrativa que romantizasse suas vivências e enuvasse tais dores – mesmo porque estas pareceram constranger em muito as satisfações de algumas interlocutoras. Contudo, faço coro à Vergueiro (2015) no sentido de que “produzir registros, novas memórias e novas histórias onde estejam presentes outras alegrias, sensualidades, coragens e comunidades consiste em um projeto político crítico” que demanda, além do reconhecimento de normatividades em corpos e identidades gênero, também “a sensibilidade para construir estratégias efetivas de enfrentamento a elas” (ibid., p. 57). Utilizando, pois, estrategicamente de minhas posições de privilégio no contexto acadêmico, acredito que a produção de um trabalho que enfatize não só sofrimentos, mas outros “sentires” também pode contribuir para a construção de novos espaços (transitáveis) a serem ocupados por alteridades diversas.

Como capítulo final desta dissertação ressalto que minha intenção, menos que esgotar tal debate de enorme complexidade, consistiu em provocar mais questionamentos para que possamos avançar, não por filiação, mas por alianças “crescentemente diversas e afetivas” (VERGUEIRO, 2015), numa busca reflexiva e incessante por coalizões, políticas e conhecimentos cuidadosa e humanamente construídos.

Considerações Finais

“Ao final de nossas longas andanças, chegamos finalmente ao lugar de onde partimos. E o vemos então pela primeira vez. Para isso caminhamos a vida inteira, para chegar ao lugar de onde partimos. E quando chegamos é a surpresa. É como se nunca o tivéssemos visto. Agora, ao final de nossas andanças, nossos olhos são outros, olhos de velhice, de saudade.”
(Uma criança chora, Rubem Alves)

Na introdução a esta dissertação caracterizei-a enquanto uma formulação teórico-etnográfica, pensando nos termos de Peirano (2008, 2014). Olhando agora em retrospectiva para a trajetória empreendida até aqui, não consigo não retomar esse conceito, refletindo como a vivência das teorias de que parto se fez em campo – e em seu tensionamento constante no confronto com dados novos.

Parti das narrativas de cinco travestis que vivem em Belo Horizonte, e que possuem idades entre 39 e 68 anos, bem como dessas vivências teóricas e etnográficas, buscando apresentar como a velhice é experienciada pessoal e coletivamente por elas, enfatizando a articulação de diferentes marcadores sociais na produção dessas experiências, de suas identidades e subjetividades. Assim, embora determinados marcadores as posicionem em lugares comuns, e que criam experiências compartilhadas entre si, quando pensamos em suas diferenças de classe e de raça articuladas ao gênero, o que percebemos são formas muito singulares de vivenciar seus processos. A intersecção desses marcadores informa quem elas são – Anyky, Sissy, Cláudia, Zoraide e Suzuky – e lhes abrem possibilidades exclusivas de agenciamento.

Provocada a pensar nas frequentes representações de alteridades trans e travestis no meio acadêmico a partir de perspectivas exotizantes, patologizantes e/ou que lhes subscrevem em narrativas de passividade e sofrimentos, propus, como antropóloga e feminista, um texto que desse conta de outras dimensões. É por isso que, embora considere o contexto de vulnerabilidade em que se inserem e problematize como este produz limitações em seu acesso aos direitos e à cidadania, procuro enfatizar, difusamente ao longo do texto, improvisações e reinvenções cotidianas para tornar a velhice um período também satisfatório.

O que observamos nesse movimento é que essas sujeitas criam políticas de existências, resistências, de insistências onde não estaria previsto. O mesmo corpo cansado ainda pode dar satisfação; os laços com as famílias de origem podem ser refeitos; o retorno aos estudos pode ser uma possibilidade; a rotina de trabalho pode ter

uma importância incomparável a outros momentos da vida; a militância se torna um lugar de validar – e ensinar – com suas experiências. Tudo isso configurando-se enquanto potências de ação de existir em momentos da vida em que elas próprias duvidavam ser possível.

Na introdução a este trabalho, ressaltéi como minhas perguntas foram aumentando gradativamente, conforme avançava em uma ou outra questão ao longo da pesquisa. Embora tenha partido de algumas curiosidades e/ou suposições iniciais, estas foram ganhando outros formatos, outras relevâncias e urgências, à medida em que experimentava nossos encontros etnográficos.

Falar em travestilidade entre as interlocutoras implicou considerar, de antemão, como a própria categoria “travesti” apresenta-se atravessada pelo aspecto temporal. Esta identificação foi responsável por mobilizar sentimentos de pertencimento geracional, erigidos a partir de uma série de processos históricos, sociais e políticos compartilhados entre elas. No entanto, ressalto que a noção de geração, trabalhada nesta pesquisa, esteve menos afeita às definições de Mannheim (1982) que às de Brah (2006), enquanto experiência/identificação coletiva, a qual me pareceu mais adequada por não subsumir as capacidades de agenciamento dos sujeitos.

Ao buscar compreender como a velhice era significada e experienciada pelas travestis, fui levada a refletir também sobre uma série de outros aspectos como corporalidade, feminilidade, saúde, socialidade e sociabilidade e como estes se articulavam à dimensão da temporalidade. Aliás, no que se refere a esta última, vale ressaltar que as experiências de violência e abjeção comumente vivenciadas pelas travestis pareceram produzir, entre elas, um sentido de vivência permanentemente provisória, implicando num reordenamento simbólico das próprias categorias etárias. Neste trabalho, velhice e sobrevivência pareceram se amalgamar, seus sentidos sendo potencialmente confundidos. Essa ressemantização do tempo e daquelas categorias também se mostrou relacionada à não conformidade dessas sujeitas a certos pressupostos cis-heteronormativos (como casamento, reprodução, criação de filhos/as e netos/as) que regulamentam o curso de vida dos sujeitos. Desta forma, nas narrativas de algumas interlocutoras, uma travesti “não vai envelhecer como outra pessoa qualquer”, haja vista seu não enquadramento àqueles marcos biográficos. Essa perspectiva possibilitou pensarmos nas aproximações e diferenças nos processos de envelhecimento das travestis, LGBT’s e mulheres, por exemplo. No caso desta última categoria,

observa-se também como estas estão sujeitas a um processo de assexualização na velhice e se não têm filhos ou netos também se localizam fora da norma.

Falar sobre envelhecimento junto às interlocutoras requereu considerar como a corporalidade se torna um dos mecanismos privilegiados de diferenciação social entre elas, já que é através do corpo, este campo de significados, que elas se constroem. Uma vez que as inovações tecnológicas e de estética produzem, a cada nova época, modelos e referências em que elas se inspiram, ocorre de o valorizado feminino de outrora, agora obsoleto e “grosseiro”, ser deslegitimado frente às novas performatividades possíveis.

Outro aspecto relevante nesta discussão foi a relação entre gênero e velhice apontada pelas entrevistadas, as performances da *vovó*, da *titia*, da *bicha velha*, da *mariconna* e da *senhora* construindo-se a partir de “graus” variados de feminilidade (ou da ausência desta). Ainda, a noção de socialidade foi outra interessante ferramenta analítica nesta discussão, apontando para como, a partir de suas matrizes relacionais, as travestis vão se constituindo enquanto velhas, idosas e mesmo enquanto *mães*, *madrinhas* e/ou *tias*, em alguns casos, *status* que implica em certas reciprocidades intergeracionais com suas *filhas*.

Expostas, ao longo de suas trajetórias, às situações de desamparo familiar, social, político e institucional, o que se observa é um investimento constante, por parte delas, na criação de alternativas que permitam um cotidiano menos áspero: seja através da vivência com outras travestis, das práticas de cuidado, proteção e preservação estabelecidas entre elas, de suas micropolíticas do afeto... do sentir-se feliz, apesar de tudo. Mas há que se considerar que as agências também se limitam a certos campos de possibilidades, sendo urgente avançarmos nossas discussões sobre o tema para pensarmos não apenas se elas estão envelhecendo ou não, mas sob quais condições esta velhice tem sido experimentada.

No início desta dissertação, ressaltai que menos que fornecer uma análise que preenchesse lacunas sobre este tema, minha intenção era tecer, a partir do meu lócus enunciativo, algumas reflexões que auxiliassem a pensar o tema por outras narrativas, por outros lugares e sensibilidades. Conforme fui avançando neste texto, dei-me conta da complexidade envolvida nesta discussão, o que me levou a selecionar apenas alguns aspectos, entre uma miríade de possibilidades. É por esse motivo que acredito que muitos outros caminhos sejam possíveis a partir daqui. Neste momento de auto avaliação, destaco que meus “olhos outros” permitem-me ver, após essa longa andança,

interpretações nunca antes possíveis, embora reconheça que, outra vez em retirada, novas percepções sejam possíveis.

Concluo este trabalho caracterizando-o não como uma dissertação sobre a velhice, mas sim sobre **trajetórias de sobrevivência**. O que essas cinco interlocutoras demonstraram foram suas capacidades de insistência, resistência e invenção, mesmo diante do que muitos de nós não suportaríamos sequer em um único dia de nossas vidas. Este trabalho foi parte essencial da minha formação como antropóloga e da minha experiência feminista, subsidiando meu comprometimento no fortalecimento de alianças afetivas e políticas e de solidariedades junto àquelas sujeitas que têm me inspirado sincera e profundamente.

Bibliografia

- AHMED, Sara. Happy Futures, Perhaps. In: McCALLUM, E. L.; TUHKANON, M. **Queer Times, Queer Becomings**. State University of New York Press: Albany, 2011.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.
- À LUZ DO DIA. Direção: Elaine Coutrin. São Paulo: Felipe Murgas Cinematografia, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0kih49U9NtU&t=411s>>. Acessado em 03 de março de 2017.
- ALVES, Andrea Moraes. Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 34, ano 16, p. 213-233. jul./dez. 2010.
- ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis Envelhecem?** 2010. [Dissertação de Mestrado em Gerontologia]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis Envelhecem?** São Paulo: Annablume, 2013.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual**. 2010. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social] Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BASSIT, A.Z. História de mulheres: reflexões sobre a maturidade e a velhice. In: MINAYO, M.C.S; COIMBRA Jr., C.E.A. (Orgs.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002, 175-189.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: Gênero e identidade no corpo travesti**. Porto Alegre: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, ISSN: 2236-532X v. 4, n. 1 p. 165-182 Jan.–Jun. 2014
- BONETTI, Alinne de Lima. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem: Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife- PE**. 2007. [Tese de Doutorado em Ciências Sociais]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRAH, Avtar; PHOENIX, A. Ain't I a woman? Revisiting intersectionality. **Journal of International Women's Studies**, Bridgewater, MA, v. 5, n. 3, p. 75-86, may 2004.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação, **Cadernos Pagu**, Campinas, n 26, p.329-376, 2006.

BRASIL. (1941). Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais.

BRASIL. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. (1993). Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social.

BRASIL. (2003). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

BRASIL. (2011). Portaria nº2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

BRASIL. (2012). Projeto de Lei nº 4.211, de 2012. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.

BRASIL. (2013). Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292.p.

BRUM, Eliane. **Me chamem de velha**. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/02/me-chamem-de-velha.html>>. Acessado em 07 de abril de 2017.

BULASMED. Interferon. Disponível: <http://www.bulas.med.br/p/bulas-de-medicamentos/bula/5265/interferon+alfa+2b.htm>>. Acessado em 03 de fevereiro de 2017.

BUTLER, Judith. 2000. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”.

LOURO, Guacira Lopes (org.): **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte. Autêntica, 153-172.

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, pp.13-14.
- CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas** n. 05, p. 131-147, 2010.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. 2011. [Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. **As sereias também envelhecem: memória, corpo e travestilidade**. 2014. [Dissertação de mestrado em Ciências Sociais]. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá – PR, 2014.
- CASTRO, Davi. Visibilidade Trans: a realidade do mercado de trabalho para transexuais. **Tvbrasil**. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/estacaoplural/post/visibilidade-trans-a-realidade-do-mercado-de-trabalho-para-transexuais>>. Acessado em 21 de fevereiro de 2017.
- COHEN, C. **Punks, Bulldaggers, and Welfare Queens – The Radical Potential of Queer Politics?** GLQ, v. 3, p. 437 – 465, 1997.
- COSTA, Cícera Glaudiane Holanda. **Travestilidades: incursões sobre envelhecimento a partir das trajetórias de vida de travestis da cidade do Recife**. 2013. [Dissertação de mestrado em Antropologia]. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- CRAPANZANO, Vincent. **Imaginative Horizons: an essay in literary-philosophical anthropology**. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé W. “**Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**”. University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167, 1989.
- DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. Trad. Plínio Dentzien. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 9-41, jul./dez. 2011.
- DEBERT, Guíta Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. (Org.) *Velhice ou Terceira Idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

- DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento** - 2 reimp – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.
- DEBERT, Guita Grin. Gênero Envelhecimento. *Estudos Feministas*, 33, N 1, 1994.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- DOLL, J.; GOMES, A.; HOLLERWEGER, L; PECOITS, R. M.; ALMEIDA, S. T. Atividade, desengajamento, modernização - teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 12, p. 7-33, 2007.
- DUMARESQ, Leila. “Ensaio (travesti) sobre a escuta (cigênera)”. **Revista Periodicus**, n.5, vol 1, Salvador, maio-out. 2016, p. 121-131.
- DUMARESQ, Leila. 15/12/2014. **O cigênero existe**. Blog [Internet], Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/> . Acesso em 01/04/17.
- DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por**. 2013. [Tese de doutorado em Ciências Sociais]. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- DUQUE, Tiago. **Montagens e Desmontagens: Vergonha, Estigma e Desejo na Construção das Travestilidades na Adolescência**. 2009. [Dissertação de Mestrado em Sociologia]. Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. (1898). In: **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer* [1940] São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de campo**, n. 13: 155-161, 2005.
- FERNANDES, BARROSO *et al.* – Gênero, sexualidade e envelhecimento: uma revisão sistemática da literatura. **Clínica & Cultura** v. IV, n. I, jan-jun 2015, 14-28.
- FERNANDES, Purificação. **A depressão no idoso**. Lisboa: Quarteto Editora, 2000.
- FORTES, Meyer. Age, Generation and Social Structure. In: KERTZER, D. & KEITH, J. (orgs.). **Age and Anthropological Theory**. Ithaca, Cornell University Press, 1984.
- FOUCAULT, Michel. "Friendship as a Way of Life." In: **Foucault Live: Collected Interviews, 1961- 1984**, edited by S. Lotringer, 204-12, New York: Semiotext(e), 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976) Tradução: Maria Ermantina Galvão – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GELL, Alfred. **The anthropology of time. Cultural construction of temporal maps and images**. Oxford/Providence: Berg Oxford/Providence, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GOLDENBERG, Mirian. **Corpo, envelhecimento e felicidade na cultura brasileira**. Contemporânea, ed. 18, v.9, n.2, 2011.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: Antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 161-173, maio de 2006.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, V. 46 Nº 2, 2003.

GREEN, James. N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GROSGUÉL, Ramón. “Colonial Difference, Geopolitics of Knowledge and Global Coloniality in the Modern/Colonial Capitalist World-System”, **Review**, 25(3), 203-224, 2002.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março: 115-147, 2008.

HALBERSTAM, Judith. **In a Queer Time and Place**: Transgender Bodies, Subcultural Lives. New York: New York University Press, 2005.

HARAWAY, Donna, Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, **Cadernos Pagu**, Campinas n.5, p. 07-41, 1995.

HAREVEN, Tamara. “Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida”, **Cadernos Pagu**, n.13, pp. 11-36. 1999.

HENNING, Carlos Eduardo. Is old age always already heterosexual (and cisgender)? The LGBT Gerontology and the formation of the “LGBT elders”. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, ABA, v. 13, n.1. January to June. Brasília, [2016a]

HENNING, Carlos Eduardo. “Na minha época não tinha escapatória”: teleologias, temporalidades e heteronormatividade. **Cadernos Pagu** (46), janeiro-abril de 2016, , p.341-371, [2016b]. ISSN 1809-4449

HENNING, Carlos Eduardo. **As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, SC.** 2008. [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2008.

HENNING, Carlos Eduardo. **Paizões, tiozões, tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo.** 2014. [Tese de Doutorado em Antropologia Social]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

HENNING, Carlos Eduardo; DEBERT, Guita Grin. Velhice, gênero e sexualidade: revisando debates e apresentando tendências contemporâneas. **Mais 60: estudos sobre envelhecimento** / Edição do Serviço Social do Comercio. São Paulo: Sesc São Paulo, v. 26, n. 63, dez. 2015, ISSN 2358-6362, p. 8-31.

HOMOLESBOTRANSFOBIA. Disponível em: <https://transconnection.wordpress.com/2014/08/28/homolesbotransfobia/>. Acessado em 08 de abril de 2017.

JESUS, Fátima Weiss. **Unindo a Cruz e o Arco-Íris: Vivência Religiosa, Homossexualidades e Trânsitos de Gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo.** 2012. [Tese de Doutorado em Antropologia Social]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes. Interlocações teóricas do pensamento transfeminista in J. G. Jesus (org.), **Transfeminismo: teorias & práticas.** Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014. 206 pp.

JESUS, Jaqueline Gomes. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. **História Agora**, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes. O Conceito de Heterocentrismo. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 18, n. 3, p. 363-372, set/dez 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes. **O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).** 2010.

[Tese de Doutorado em Psicologia]. Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. **Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010, 2012.

KATZ, Steven. **Disciplining old age**: the formation of gerontological knowledge. Charlottesville: University Press of Virginia, 1996.

KATZ, Steven. Imagining the life-span: from premodern miracles to postmodern fantasies. In: Featherstone, Mike; Wernick, Andrew (Org.). **Images of aging**: cultural representations of later life. London: Routledge. pp.61-79. 1995.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LACOMBE, Andrea. **Ler[Se] nas Entrelinhas**. Sociabilidades e Subjetividades Entendidas, Lésbicas e Afins. 2010. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

LACOMBE, Andrea. Sobre saias, calças e bonés: expressão de gênero, geração e sedução entre mulheres que “gostam de mulher”, **ANTROPOLÍTICA**, Niterói, n. 34, p. 53-68, 1. sem. 2013.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**. A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. [Dissertação de Mestrado em Sociologia]. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LAPA, Nádia. O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho. **CartaCapital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/o-preconceito-contra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>>. Acessado em 21 de fevereiro de 2017.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEACH, E. R. "Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo", In: **Repensando a antropologia**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 193.

LEITE JUNIOR, Francisco Francinete. **Travestiliades e Envelhecimento: Cartografando Modos de Vida na Transcontemporaneidade.** [Dissertação de mestrado em Psicologia]. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015.

LEITE JUNIOR, Jorge. **Nossos Corpos também Mudam: A invenção das categorias “Travesti” e “Transexual” no Discurso Científico.** Annablume: São Paulo, 2011.

LENOIR Rémi. L'invention du "troisième âge". **Actes de la recherche en sciences sociales.** Vol. 26-27, mars-avril 1979. Classes d'âge et classes sociales. pp. 57-82.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Apresentação. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de Barros (org.) **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LINS, Carolina Cavalcanti; MESQUITA, Marcos Ribeiro. Exercício da cidadania e luta pela vida: precariedade das vidas de travestis e transexuais no estado de Alagoas. **Emancipação**, Ponta Grossa, 16(1): 45-60, 2016.

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19 [1]: 43-63, 2009

LIONÇO, T. Bioética e sexualidade: o desafio para a superação de práticas correcionais na atenção à saúde de travestis e transexuais. **Série Anis**. Brasília, n. 54, p. 1-6, 2008a

LIONÇO, T. Que Direito à Saúde para a População GLBT? Considerando Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos em Busca da Integralidade e da Equidade. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.2, p.11-21, 2008b

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUCON, Neto. **Aos 61 anos, militante travesti Anyky Lima fala sobre ditadura, transfobia e terceira idade.** Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2016/12/aos-61-anos-militante-travesti-anyky.html>>. Acessado em 13 de dezembro de 2016.

LUCON, Neto. **“Vivo abaixo da linha da invisibilidade”**, diz ativista trans Sissy Kelly, aos 60 anos. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/28/vivo-abaixo-da-linha-da-invisibilidade-diz-ativista-trans-sissy-kelly-aos-60-anos/>>. Acessado em 29 de janeiro de 2017.

LUCON, Neto. **“Disseram que eu não teria futuro; enfim cheguei aos 52”**, diz militante travesti Keyla Simpson. Disponível em:

<<http://www.nlucon.com/2017/04/disseram-que-eu-nao-teria-futuro-enfim.html>>.

Acessado em 24 de abril de 2017.

LUCON, Neto. Ativista trans Ângela Lopes é contratada por rede de farmácias e reflete sobre emprego. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2017/02/ativista-trans-angela-lobes-e.html>>. Acessado em 20 de abril de 2017.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini. **Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multisited ethnography. **Annual Review of Anthropology**. Vol. 24. Houston, Texas, p. 95-117, 1995.

MARTINS, Felipe. Mulheres e homens transexuais relatam rotina de humilhações no acesso ao mercado de trabalho. **Revista Fórum**. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2017/01/29/mulheres-e-homens-trans-relatam-rotina-de-humilhacoes-acesso-ao-mercado-de-trabalho/>>. Acessado em 21 de fevereiro de 2017.

MARTINS, Rosa Maria. A depressão no idoso. **Millenium - Revista do ISPV**, 34, 2008.

MAUSS, Marcel. “As Técnicas Corporais”. In: MAUSS, Marcel, **Sociologia e Antropologia**, vol. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MEAD, Margaret. **Coming of age in Samoa**. American Museum of Natural History. New York, 1973.

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PEDROSA, Claudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** no.9 Rio de Janeiro, Dec. 2011

MIGUEL, Luiz Henrique. **Gerações Travestis: corpo, subjetividade e geracionalidade entre travestis do interior de São Paulo**. 2015. [Dissertação de Mestrado em Sociologia]. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MINAYO, Maria Souza; COIMBRA JR., Carlos. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: _____. (Orgs.), **Antropologia, saúde e envelhecimento**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011 p. 11-24.

- MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidade, Salud y Sociedad – revista lationamericana**, Rio de Janeiro, 125-157, 2009.
- MOIRA, Amara. Prostituição nos devidos termos. **eeseufosseputa**. Disponível em: <<http://www.eeseufosseputa.com.br/>>. Acessado em 21 de fevereiro de 2017.
- MOTTA, Alda Britto da. Chegando pra idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de Barros (org.) **Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- MOTTA, Flávia de Mattos. **Velha é a vovozinha: identidade feminina na velhice**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.
- MOUTIAN, Ilana. Aspectos sobre travestilidade e envelhecimento: história, corpo e imigração. **Quaderns de Psicologia** | 2015, Vol. 17, No 3, 31-44, ISSN: 0211-3481.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. ONUBR. **Violência contra pessoas trans é ‘extremamente alta’ nas Américas**, apontam ONU e parceiros. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/violencia-contra-pessoas-trans-e-extremamente-alta-nas-americas-apontam-onu-e-parceiros/>>. Acessado em 14 de outubro de 2016.
- NATIVIDADE, Marcelo Tavares; OLIVEIRA, Leandro de. Religião e intolerância à homossexualidade: Tendências contemporâneas no Brasil. In: GONÇALVES, V. (org.). **Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2007.
- NATIVIDADE, Marcelo Tavares; OLIVEIRA, Leandro de. “Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia (s) em discursos evangélicos conservadores”. **Sexualid, Salud y Sociedad: Revista Latino americana**, vol II: 121-161, 2009.
- NOGUEIRA, Francisco Jander de Souza. **“Mariconas”**: itinerários da velhice travesti, (des)montagens e (in)visibilidades. 2013. [Tese de Doutorado em Sociologia] Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- OLIVEIRA, Lorena Hellen. **Significado(s) do envelhecimento na experiência de travestis e transexuais**. 2014. 74f. [Monografia de graduação em Ciências Sociais] Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- OVERING, Joanna. O mito como história: um problema de tempo, realidade e outras questões. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, vol. 1, n. 1, 1995.

PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas. **Entre a Batalha e o Direito:** Uma análise do Projeto de Lei Gabriela Leite sob a ótica da travestilidade. 2016 [Monografia de graduação em Direito]. Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, 2016.

PASSAMANI, Guilherme. Farras, fervos e shows: um kairós de protagonismos e infortúnios no Pantanal – MS. **Revista Bagoas**, n. 13, p. 107-131, 2015a.

PASSAMANI, Guilherme. O casamento como “armário”: histórias de um homem com conduta homossexual no Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. ISSN 1984-6487 / n. 21 - dic. pp.111-135, dec. 2015b.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, 2, 2008.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de Barros (org.) **Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, p. 17-248, 2005.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo:** uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

PELUCIO, Larissa. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e sociedade** (20), nº1. 2011. pg: 76-85.

PELÚCIO, Larissa. Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo da Aids. 2007. [Tese de doutorado em Ciências Sociais] Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer* decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea**, v. 5, n. 2, p. 411 – 437, Jul. – Dez. 2015.

PERES, William Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In SOUZA, Luiz Antônio Francisco; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro (Orgs.). **Michel Foucault: Sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 79.

- PERES, William Siqueira; TOLEDO, Livia Gomes. Dissidências Existenciais de Gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Psicologia Política**. Vol. 11. Nº 22. PP. 261-277. JUL. – DEZ. 2011.
- PERES, William S. **Subjetividade das travestis brasileiras**: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. 1987. [Tese de doutorado em Saúde Coletiva]. Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- PERLONGHER, Nestor. **O que é AIDS**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PINTO, Walber. Acesso ao emprego ainda é a principal demanda do movimento trans. **Revista Fórum**. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2017/01/30/acesso-ao-emprego-ainda-e-a-principal-demanda-do-movimento-trans/>>. Acessado em 21 de fevereiro de 2017.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, direitos humanos e vítimas. In MISKOLCI, R., PELÚCIO, L. (orgs.), **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.
- POCAHY, Fernando Altair. **Entre Vapores e Dublagens**: Dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento. 2011. [Tese de doutorado em Educação] Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo *et. al.* Travestis e Transexuais no Brasil: ciclos de violência, ininteligibilidade institucional e efeitos da invisibilidade. In: VEIGA, Ana Maria, LISBOA, Teresa Kleba, WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero e violências**: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016. – (Série Diversidades). 283 p. ISBN: 978-85-60501-24-3.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena** (Lima) Vol. 13, Nº 29, 1992.
- RAGO, Margareth. **A Aventura de Contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. 341 p.

ROCHA, Rita Martins Godoy; PEREIRA, Débora Letícia; DIAS, Thaísa Magna. O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. **Saúde e Sociedade**, vol.22, n.2, pp.554-565, 2013.

RUBIN, Gayle. *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. From Gender to Sexuality*, 1984.

RUBIN, Gayle. **Deviations: A Gayle Rubin Reader**. Durham, NC. Duke University Press, 2011.

SABATINE, Thiago Teixeira. Acorda Alice: experiências geracionais, narrativas de si e transmissão de saberes entre travestis mais velhas e mais jovens. Trabalho apresentado no 39º **Encontro Anual da Anpocs**, realizado entre os dias 26 e 30 de outubro de 2015, Caxambu-MG.

SABATINE, Thiago Teixeira. Experiências geracionais e narrativas de travestis mais velhas e jovens. Trabalho apresentado na 29ª **Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

SAGGESE, Gustavo Santa Roza. **Entre perdas e ganhos: homossexualidade masculina, geração e transformação social na cidade de São Paulo**. 2015. [Tese de Doutorado em Antropologia Social]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, vol. 3, 1997.

SANDER, V. Entre manuais e truques: uma etnografia das redes do trabalho sexual entre travestis em Belo Horizonte. [Dissertação de mestrado em Antropologia Social]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2015.

SANTOS, Anne Rafaela Telmira. A Atenção Básica à Saúde *no truque*: o encontro das travestis e as agentes comunitárias de saúde no bairro Rio Branco em Belo Horizonte. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social]. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Sobre uma antropologia da história. **Novos Estudos**, nº 72, pp. 119-135, julho 2005.

SCOTT, Joan. Experiência. In: RAMOS, Tânia Regina de O. et al. (Orgs.). **Falas de gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55.

SEEGER, Anthony. **Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

- SEFFNER, Fernando; DUARTE, Gustavo. E quando não há muito mais o que guardar no armário? Homossexualidades e processos de envelhecimento. **Revista Bagoas**, n. 13, p. 57-82, 2015.
- SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e Ética no Movimento da Expansão dos Direitos Universais, **Maná**, 12(1), 207-236, 2006.
- SILVA, Hélio R. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, pp.155-168, jan.-mar 2008.
- SIMÕES, Julio Assis. Corpo e sexualidade nas experiências de homens gays em São Paulo. In: TRENCH, Belkis & ROSA, Teresa E. Costa. (orgs.): **Nós e o outro**: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011, pp. 119-138.
- SIMÕES, Julio Assis. Gerações e identidades homossexuais entre homens: narrativa, tempo, diferença. **Anais do X Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 2013.
- SIMÕES, Julio Assis. “Homossexualidade masculina e curso de vida: pensando idades e identidades sexuais”. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. (Org.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 415-447
- SIQUEIRA, Monica Soares. **Sou senhora**: um estudo antropológico sobre travestis na velhice. 2004. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social] Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- SIQUEIRA, Monica Soares. **Arrasando Horrores!** Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas. 2009. [Tese de Doutorado em Antropologia Social]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- SOUZA, Érica Renata. **Necessidade de filhos**: maternidade, família e (homo)sexualidades. 2005. [Tese de Doutorado em Ciências Sociais]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- STRATHERN, Marilyn. “Cutting the Network”. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**. Vol 2. No. 3, 1996.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006.

TAVARES, Aline Godoi de Castro: **A organização da zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas - SP**. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social]. Programa de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 2014.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. *L'Italia dei Diveti*: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição. **Cadernos Pagu**, 31: 275-308. 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Nuh/ UFMG (Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais). **Relatório do projeto Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil em diálogo com a população**. Disponível em: <http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/projeto-trans>. Acessado em 20 de janeiro de 2017.

VALLE, Carlos Guilherme do. Identidades, doença e organização social: um estudo das pessoas vivendo com hiv e aids. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 179-210, junho de 2002.

VENCATO, Anna Paula. Confusões e Estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros. **Cadernos AEL: Homossexualidade, Sociedade, Movimento e Lutas**. Campinas, UNICAMP / IFCH / AEL, v. 10, n.18/19, p. 185-218, 2003.

VENCATO, Anna Paula. Entre “reais” e “virtuais”: noções sobre risco e verdade em um clube brasileiro para *crossdressers*. **Cadernos Pagu**, nº 44, p. 367-390, 2015.

VENCATO, Anna Paula. **Sapos e princesas: prazeres e segredos entre praticantes de *crossdressing* no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2013.

VERGUEIRO, V. É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo, e (ab?)uso de substâncias. In: JESUS, J. G. d. (Ed.). **Transfeminismo: Teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

VERGUEIRO, Viviane S. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. [Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade] Universidade Federal da Bahia, 2015.

ZAMBONI, Marcio. Interloquções da dor: a epidemia do HIV/aids na perspectiva de mulheres homossexuais. **Revista Bagoas**, n. 13, p. 133-150, 2015.

agradecimentos e de felicidade a to.

é — Maria Santos a Itajubá, 763. Belo esta».

ARRECERAM MENINAS

ndo de Nova a esta Capital

m da residencia de rua Melo Viana, 278, as meninas Léa, de de, que trajava vesti e Ivani, de 12 anos, estampado. As duas, naquele endereço, on-rumo ignorado. Pre- que tenham vindq tal. Quem p'orventu- paradeiro das meno- unicar-se com d. Es- endereço, ou com as liciais de Nova Lima oriz nte.

Gorou o baile de Carnaval dos "enxutos" da cidade

Tentaram imitar os «coleguinhas» do João Caetano mas a policia cortou a «festinha» pela raiz

Revela-se, agora, que perigoso explorador de menores tentou articular, nesta Capital, em contatos com o «bas-fond» belorizontino, um baile de anormais, no ultimo carnaval. O baile seria realizado com a participação de menores desviados nos moldes de o realizado tradicionalmente no Teatro João Caetano, no Rio, este ano, felizmente, proibido pelo DFSP.

MENOR A PISTA

Um desses menores foi pilhado por um investigador do respectivo setor quando conversava animadamente, proximo à Praça Sete, sobre o «acontecimento», o qual, segundo seu linguajar característico, seria um acontecimento «piramidal».

Os times de futebol deira e Olaria, destanaram uma partida domingo à tarde. Paadores, dirigentes e aldos dois quadros a se disputaria o jogo, o caminhão de João Lotado o veículo, Joitlu para o campo, lo alta velocidade ao atingir a Ladeira do o motorista descuidou e o veículo virou espe

QUASE AFOG

De acordo com d p'ssoas que assistiram as cenas que se seguiram, o acidente, da porções, são de dif Corpos ensanguentado mutilados, ferros retor go de sangue a empape do se misturava aos gr tes das vitimas.

E quase que a tra proporções mais violen nhão ao virar-se, arrebe canamento de agua, q vóca o afogamento das possibilidades de locon

Não fosse a ação pro lare, que assistiram a moradores da vizinhanc dade teria sido maior.

LIVIO DE ARAUJO MARINI
ADVOGADO
 Rua Rio, de Janeiro, 1023; apt. 802 (de 9 às 11 horas) — De 15 às 17 horas: fones 4-4757 e 2-0414

Diário da Tarde, fevereiro de 1959. Fonte: Arquivo pessoal Luiz Morando

TRAVESTIS FAZEM SEU

BAILE FECHADO NA BOITE FINANCIAL COM TRÊS BANDINHAS

Os "delicados" de Belo Horizonte fazem baile oficial, amanhã, na boate Financial, com três orquestras vestidas de côr de rosa tocando só os sucessos dos carnavais do passado ou, então, ritmos iê-iê-iê, como "monkey" ou "boogoo-loo".

Os convites estão sendo disputadíssimos e já não existem mais mesas, segundo informam os organizadores da promoção. O traje, para o baile dos travestis, é fantasia a caráter ou "gravata-prêta", para os "homens". Para as "mulheres" é exigido também fantasia a caráter ou "longdress". Máscaras, só as negras. Segundo a comissão organizadora, vai haver prêmio para a fantasia mais bonita e não serão "quebrados galhos" na porta da boate. Quem quiser ir, arranje convite antes. Entrada a Cr\$ 5 mil e mesa a Cr\$ 20 mil — e podem cair nos "gritinhos".

AUTOMÓVEL CLUBE

O Automóvel Clube abriu seus salões muito bem decorados pelo artista Ponzio e fez, ontem, o seu Baile de Gala, considerado o grande carnaval dos clubes elegantes. Com mesas a Cr\$ 30 mil, o AC ficou lotado e era impossível mexer-se lá dentro. Todos de gravata-prêta e poucas fantasias no Baile de Gala. A festa só acabou depois das quatro da manhã, com os foliões "entregando os pontos".

ração foi Fernando Manoel de Andrade e Silva, muito elogiado.

HÍPICA

Os jovens foliões da praça vão baixar hoje no clube da BR-55, para fazer o Carnaval mais jovem da cidade. Antro do iê-iê-iê em condições normais, a Hípica sai desta vez para o Carnaval firme, entrando "de com força", como diria o Evillastrus, na área de Momo. Este Lord Memê, folião que se preza, já escovou sua peninha e esticou o elástico para sua fantasia de índio: pelado, com a peninha na cabeça.

MARINHEIRO E AMANHÃ

Para amanhã, a esquema indica dois bons bailes: o mais recomendável é o do Marinheiro, no Iate, com mesas a Cr\$ 30 mil, tradicional sucesso na Pampulha em matéria de Carnaval. O outro, menos quente, é o baile dos "delicados", na boate Financial. Entre os dois, a escolha é difícil. Para o segundo, dizem que vem aí uma grande vedete do passado... Quem quiser brincar no "Marinheiro" vai ter que comprar um camisa típica, que custa entre Cr\$ 8 e Cr\$ 15 mil, um boné branco e bermudas ou calça comprida. O traje é igual para mulheres e, como sempre, o baile não termina antes das seis. Podemos garantir.

CARNAVAL

Marcha
Gravacão d
Ê.ê.ê.ê...
Eu este ano
Vou sair de
(he
E! papo firm
Vou sair de
Sem choro
Esnobando
Vai ser bon
Vai ser bon
Mamãe pas
(He

CAM-CAM

Marcha
— Canta B
Ep! Ep! Ep
O meu time
Sou Cruzeir
Cam-Cam
Vamos, mir
Vamos bem
Rápido e ra
Só o ataque

MULHER E

Marcha d
Canta Jura
Se feiura m
Ela tinha m
Mulher com
Nunca há d
Olha como
É feia de d
Mulher com
É da gente s

